

TODAS AS CRIANÇAS NA ESCOLA EM 2015

Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola



BRASIL

Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes

Agosto 2012



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

UNESCO
INSTITUTE
for
STATISTICS

unicef 

Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola

Brasil

**Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão
da Educação Básica na idade certa – Direito de todas
e de cada uma das crianças e dos adolescentes**

UNICEF
Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Brasília, 2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação
Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos
adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: UNICEF, 2012.

“Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola - Brasil”.

Bibliografia

1. Brasil - Política educacional
2. Crianças e adolescentes - Brasil - Condições sociais
3. Crianças e adolescentes - Direitos
4. Crianças e adolescentes - Educação
5. Direito à educação
6. Educação - Brasil
7. Educação Básica
8. Inclusão escolar.

ISBN: 978-85-87685-32-2

12-08000

CDD-379.260981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Crianças e adolescentes: Inclusão escolar:
Políticas públicas: Educação 379.260981
-

Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola

Brasil

**Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão
da Educação Básica na idade certa – Direito de todas
e de cada uma das crianças e dos adolescentes**

UNICEF
Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Brasília, 2012

Expediente

REALIZAÇÃO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Gary Stahl

Representante do UNICEF no Brasil

Antonella Scolamiero

Representante adjunta do UNICEF no Brasil

Escritório do Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510, Bloco A, 2º andar

Brasília/DF – 70750-521

www.unicef.org.br

brasilia@unicef.org

Escritório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Rua Mourato Coelho, 393 – Conj. 04

São Paulo/SP – 05417-010

www.campanhaeducacao.org.br

campanha@campanhaeducacao.org.br

Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola

O relatório Brasil integra a Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola, coordenada pelo UNICEF e pelo Instituto de Estatística da UNESCO (UIS)

EQUIPE UNICEF

Coordenação-geral: Maria de Salete Silva e Júlia Ribeiro

Colaboração: Ana Cristina Matos, Boris Diechtiareff, Casimira Benge, Cristina Albuquerque, Helena Silva, Letícia Sobreira, Ludimila Palazzo, Maria Estela Caparelli, Mário Volpi, Pedro Ivo Alcantara e Zélia Teles

Consultoria estatística: Marcos Ramos e Alysson Salvador

EQUIPE CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Coordenação: Iracema Nascimento

Supervisão: Daniel Cara

Apoio: Carolina Moraes e Julio Almeida

PRODUÇÃO EDITORIAL

Cross Content Comunicação

www.crosscontent.com.br

contatos@crosscontent.com.br

Coordenação: Andréia Peres

Edição: Andréia Peres e Carmen Nascimento

Texto e reportagem: Iracy Paulina e Lillian Saback

Revisão: José Genulino Moura Ribeiro e Regina Pereira

Checagem: José Genulino Moura Ribeiro

Diagramação e arte final: José Dionísio Filho

Fotos: Campanha Por uma infância sem racismo/João Ripper/Imagens Humanas

Capa: Campanha Por uma infância sem racismo/João Ripper/Imagens Humanas e Dreamstime (bandeira)

Tratamento de imagens: Premedia Crop

** “Todas as crianças na escola em 2015” é uma referência ao Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 2 (Educação Básica de qualidade para todos). No Brasil, essa meta está relacionada ao Ensino Fundamental.*

Impresso no Brasil

Agradecimentos

Durante a realização do relatório Brasil, contamos com o apoio constante de Anna Lucia D’Emilio, assessora regional de Educação do Escritório do UNICEF para a América Latina e o Caribe; Irene Kit, Martín Scasso, Alejandro Morduchowicz e equipe, da Asociación Civil Educación para Todos (AEPT); Lorenzo Guarcello, do programa internacional *Understanding Children’s Work* (UCW – Entendendo o Trabalho Infantil); e da equipe do Instituto de Estatística da UNESCO (UIS). Agradecemos a todos pelas contribuições e sugestões.

Também gostaríamos de agradecer a colaboração dos especialistas entrevistados e de Lúcio Fittipaldi Gonçalves, oficial de monitoramento e avaliação do UNICEF até setembro de 2011, e Maria da Conceição Silva Cardozo, oficial de monitoramento e avaliação do UNICEF até fevereiro de 2012.

Sumário

Prefácio	10
Lista de tabelas e gráficos	12
Lista de tabela e gráficos em Anexos	13
Acrônimos	16
Resumo executivo	18
Introdução – Reduzir as desigualdades é o principal desafio	20
Contexto do país	20
Introdução às Cinco Dimensões.....	22
Metodologia	24



Capítulo 1 – Quem são as crianças e os adolescentes fora da escola ou em risco de abandono no Brasil 26

Cenário e análise de dados 26

Perfil das crianças na Dimensão 1 28

Perfil das crianças nas Dimensões 2 e 3 29

Perfil das crianças nas Dimensões 4 e 5 31

Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola 35

Trabalho infantil 38

Sumário analítico 45



Fotos: João Ripper/Imagens Humanas

Sumário

Capítulo 2 – Barreiras à universalização do acesso e da permanência na escola.....	46
Barreiras socioculturais	47
Barreiras econômicas	51
Barreiras vinculadas à oferta	53
Barreiras políticas, financeiras e técnicas	63
Sumário analítico.....	67

Capítulo 3 – Políticas e programas – Garantindo o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica na idade certa para cada criança e adolescente.....	68
Políticas para superar as barreiras socioculturais.....	69



Todas as fotos que ilustram este relatório, incluindo a da capa, fazem parte da Campanha Por uma infância sem racismo, realizada pelo UNICEF em parceria com a Seppir, entre outros (ver mais na página 69)

Políticas intersectoriais e políticas para superar as barreiras econômicas	74
Políticas para superar as barreiras vinculadas à oferta.....	83
Políticas para superar as barreiras de gestão e governança.....	87
Investimento e financiamento da educação	93
Sumário analítico.....	95

Conclusões e recomendações – Caminhos necessários

para garantir o direito de aprender	96
Anexos.....	102
Bibliografia	126
Mapa.....	128



Prefácio

“Os Estados-partes reconhecem o direito da criança à educação e, a fim de que ela possa exercer progressivamente e em igualdade de condições esse direito, deverão especialmente adotar medidas para estimular a frequência regular às escolas e a redução do índice de evasão escolar.”

(Convenção sobre os Direitos da Criança, Artigo 28, 1-e)

O texto acima faz parte da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, que é, hoje, o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países, inclusive o Brasil.

Apesar de todos os esforços, ainda há muitas barreiras que precisam ser vencidas para atingirmos o objetivo expresso no documento. No mundo todo, 72 milhões de crianças com idade para cursar os anos finais do Ensino Fundamental estavam fora da escola, em 2009¹. Diante desse cenário, UNICEF e Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) deram início em 2010 à iniciativa global *Out of School Children* (OOSC) – Pelas Crianças Fora da Escola, que analisa a exclusão e os riscos de abandono escolar em 25 países.

No Brasil, o projeto vem sendo desenvolvido em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede da sociedade civil que, desde 1999, atua pela efetivação do direito constitucional à educação no país.

Ao fazer parte desse estudo global, a intenção do escritório do UNICEF no Brasil foi aprofundar a análise das desigualdades regionais, etnoraciais e socioeconômicas registradas no relatório *Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009*.

Acreditamos que, para continuar potencializando os avanços do país nessa área, é preciso voltar, agora, a nossa atenção para as crianças e os adolescentes que estão fora da escola ou em risco de exclusão, a maioria oriunda de populações vulneráveis, como negra, indígena, quilombola, pobre, do campo, sob risco de violência e exploração e com deficiência. É preciso, ainda, olhar para as crianças e os adolescentes que, dentro da escola, não têm garantido seu direito de aprender devido a fatores e vulnerabilidades diversos, que aumentam os riscos de abandono e evasão.

A exclusão escolar é um fenômeno complexo e a sua superação requer mais do que boa vontade. É preciso que o Estado cumpra o seu dever constitucional e que haja a participação e o compromisso de toda a sociedade e de cada

¹ *Education for All Global Monitoring Report 2010: Reaching the marginalized*, UNESCO, Paris, 2010.

um de nós para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica na idade certa. Por isso, o projeto envolveu gestores dos três níveis de governo da área de educação e de outras políticas sociais, como também atores da sociedade civil e de outras instituições e agências da ONU.

Em janeiro de 2011, foi instituído um Grupo Gestor do projeto, composto, inicialmente, de representantes do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Posteriormente, e tendo como objetivo aprofundar o caráter multidisciplinar e interinstitucional da exclusão escolar, passaram a integrar o Grupo representantes da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), da UNESCO, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Demais atores relacionados ao tema, como dirigentes municipais de Educação de todas as regiões do país, representantes de organizações não governamentais, universidades, movimentos e fóruns, foram ainda chamados a participar desde o início do processo, por meio de oficinas, para debater a efetividade e as lacunas das políticas existentes. Ao todo, o Grupo Gestor e as oficinas mobilizaram 102 pessoas.

Durante o desenvolvimento do projeto, percebemos que a falta de diálogo e trabalho conjunto entre as várias áreas e os diversos níveis do Estado é um dos principais entraves para a implementação de políticas públicas efetivas de enfrentamento do complexo fenômeno da exclusão escolar. Muitas iniciativas têm sido empreendidas para mudar esse quadro, mas ainda estão longe de constituir as tão necessárias e desejadas intersectorialidade e integração de políticas.

Com este estudo, esperamos contribuir com os enormes esforços de um país que alcançou um patamar de desenvolvimento econômico, social e político que lhe proporciona todas as condições de criar soluções efetivas para enfrentar a exclusão educacional, garantindo o acesso à Educação Básica pública e de qualidade para toda a população em idade escolar, sobretudo crianças e adolescentes.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS		Página
QUADRO 1	População de 7 a 14 anos fora da escola	27
QUADRO 2	População de 4 a 6 anos fora da escola, por raça/etnia, localização e gênero	28
QUADRO 3	População de 4 e 5 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar <i>per capita</i>	28
QUADRO 4	População de 6 a 10 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar <i>per capita</i>	29
QUADRO 5	População de 11 a 14 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar <i>per capita</i>	30
QUADRO 6	Taxas de rendimento escolar – Ensino Fundamental	30
QUADRO 7	População de 6 a 17 anos fora da escola e que nunca frequentou, por grupo de idade e raça/etnia	31
QUADRO 8	Taxa de distorção idade-série – Ensino Fundamental de oito e nove anos, por série ou ciclo e por localização geográfica (<i>percentuais</i>)	32
QUADRO 9	População na escola, no Ensino Fundamental anos iniciais, com idade superior à recomendada, por nível de ensino	32
QUADRO 10	População que trabalha e estuda de 6 a 10 anos de idade, por raça/etnia	33
QUADRO 11	População que trabalha e estuda de 6 a 10 anos de idade, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	33
QUADRO 12	População na escola, no Ensino Fundamental anos finais, com idade superior à recomendada	34
QUADRO 13	População de 11 a 14 anos de idade que trabalha e estuda, por raça/etnia	34
QUADRO 14	População de 15 a 17 anos de idade fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar <i>per capita</i> (<i>números absolutos</i>)	35
QUADRO 15	População de 6 a 17 anos que nunca frequentou a escola, por grupos de idade e raça/etnia (<i>números absolutos</i>)	36
QUADRO 16	População de 15 a 17 anos que só trabalha, por raça/etnia (<i>números absolutos e percentuais</i>)	36
QUADRO 17	População no Ensino Médio com idade superior à recomendada (<i>números absolutos e percentuais</i>)	37
QUADRO 18	População de 15 a 17 anos que trabalha e estuda, por raça/etnia (<i>números absolutos e percentuais</i>)	37
QUADRO 19	Crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas e no serviço doméstico (<i>números absolutos</i>)	39
QUADRO 20	Crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas e no serviço doméstico (<i>percentuais</i>)	40
QUADRO 21	Crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas e fora da escola (<i>números absolutos</i>)	41
QUADRO 22	Crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas e fora da escola (<i>percentuais</i>)	42
QUADRO 23	Trabalho infantil e frequência à escola (<i>números absolutos</i>)	43
QUADRO 24	Trabalho infantil e frequência à escola (<i>percentuais</i>)	44
QUADRO 25	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por raça/etnia	47
QUADRO 26	Taxa de frequência líquida da faixa de 15 a 17 anos de idade, por raça/etnia (<i>percentuais</i>)	47
QUADRO 27	Analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade, por raça/etnia (<i>percentuais</i>)	47
QUADRO 28	Número de partos de adolescentes na década passada	49
QUADRO 29	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por classes de renda	51
QUADRO 30	Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade	52
QUADRO 31	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por localização	54
QUADRO 32	Taxa de distorção idade-série no Brasil	55
QUADRO 33	Número de matrículas na Educação Indígena, por etapas ou modalidade de ensino	56
QUADRO 34	Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos	57

QUADRO 35	Número de matrículas da Educação Especial, por etapa	59
QUADRO 36	Estimativa de funções docentes necessárias para o atendimento a crianças de 4 e 5 anos	60
QUADRO 37	Estimativa da demanda por expansão do total de funções docentes, por região	61
QUADRO 38	Número de matrículas no Ensino Médio	62
QUADRO 39	Escolaridade e formação dos professores da Educação Básica	63
QUADRO 40	Gastos com educação	64
QUADRO 41	Número de estabelecimentos e de matrículas de Educação Indígena	70
QUADRO 42	Número de matrículas de Educação Indígena, por etapa e modalidade de ensino (2007-2010)	71
QUADRO 43	Número de matrículas de Ensino Médio em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos	72
QUADRO 44	Matrículas por localização geográfica, por etapa e modalidade de ensino	73
QUADRO 45	Número de matrículas no Ensino Fundamental de oito e nove anos (2009)	86
QUADRO 46	Número de matrículas no Ensino Fundamental de oito e nove anos (2010)	87
QUADRO 47	Número de matrículas da Educação Infantil	89
QUADRO 48	Percentual de alunos que aprenderam o esperado em Leitura para o 3º ano do EF	90
QUADRO 49	Percentual de alunos que aprenderam o esperado em Matemática para o 3º ano do EF	90
QUADRO 50	Número de matrículas de Educação Especial (2009-2010)	92

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS EM ANEXOS		Página
QUADRO 1	Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade (<i>percentuais</i>)	102
QUADRO 2	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas	102
QUADRO 3	Taxa de frequência à escola, por faixa etária	102
QUADRO 4	Taxa de frequência bruta à Educação Infantil, por categorias selecionadas	103
QUADRO 5	Taxa de frequência líquida, por categorias selecionadas	103
QUADRO 6	Beneficiários do BPC incluídos – e não incluídos – na escola, por estado	104
QUADRO 7	Percentual de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos fora da escola	104
QUADRO 8	Percentual de crianças de 4 a 6 anos fora da escola	105
QUADRO 9	Percentual de crianças de 4 e 5 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar <i>per capita</i>	105
QUADRO 10	Percentual de crianças de 6 a 10 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar <i>per capita</i>	105
QUADRO 11	População de 6 anos fora da escola, por raça/etnia	105
QUADRO 12	População de 6 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	106
QUADRO 13	População de 7 anos fora da escola, por raça/etnia	106
QUADRO 14	População de 7 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	106
QUADRO 15	População de 8 anos fora da escola, por raça/etnia	106

LISTA DE TABELA E GRÁFICOS EM ANEXOS		Página
QUADRO 16	População de 8 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	107
QUADRO 17	População de 9 anos fora da escola, por raça/etnia	107
QUADRO 18	População de 9 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	107
QUADRO 19	População de 10 anos fora da escola, por raça/etnia	107
QUADRO 20	População de 10 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	108
QUADRO 21	População de 11 a 14 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar <i>per capita</i> (percentuais)	108
QUADRO 22	População de 11 anos fora da escola, por raça/etnia	108
QUADRO 23	População de 11 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	108
QUADRO 24	População de 12 anos fora da escola, por raça/etnia	109
QUADRO 25	População de 12 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	109
QUADRO 26	População de 13 anos fora da escola, por raça/etnia	109
QUADRO 27	População de 13 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	109
QUADRO 28	População de 14 anos fora da escola, por raça/etnia	110
QUADRO 29	População de 14 anos fora da escola, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	110
QUADRO 30	Taxa de abandono, por série	110
QUADRO 31	População de 6 a 17 anos de idade fora da escola e que nunca frequentou, por grupos de idade e classes de renda familiar <i>per capita</i>	110
QUADRO 32	Percentual da população de 6 a 17 anos de idade fora da escola e que nunca frequentou, por grupos de idade e raça/etnia	111
QUADRO 33	Percentual da população de 6 a 17 anos de idade fora da escola e que nunca frequentou, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	111
QUADRO 34	Taxa de reprovação, por série	111
QUADRO 35	População na escola com idade superior à recomendada, por raça/etnia	112
QUADRO 36	População na escola com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar <i>per capita</i> (números absolutos)	112
QUADRO 37	Percentual de população na escola com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar <i>per capita</i>	112
QUADRO 38	População na escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, com idade superior à recomendada, por raça/etnia (números absolutos e percentuais)	113
QUADRO 39	População na escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar <i>per capita</i> (números absolutos)	113
QUADRO 40	População na escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar <i>per capita</i> (percentuais)	113
QUADRO 41	População de 11 a 14 anos de idade que trabalha e estuda, por classes de renda familiar <i>per capita</i> (números absolutos e percentuais)	114
QUADRO 42	População de 15 a 17 anos de idade fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar <i>per capita</i> (percentuais)	114

QUADRO 43	População de 15 a 17 anos de idade que só trabalha, por classes de renda familiar <i>per capita</i> (percentuais)	114
QUADRO 44	População no Ensino Médio com idade superior à recomendada, por raça/etnia (números absolutos)	115
QUADRO 45	População no Ensino Médio com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar <i>per capita</i> (números absolutos)	115
QUADRO 46	População no Ensino Médio com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar <i>per capita</i> (percentuais)	115
QUADRO 47	População de 15 a 17 anos que trabalha e estuda, por classes de renda familiar <i>per capita</i> (números absolutos e percentuais)	116
QUADRO 48	Pontuação no Saeb em Português e Matemática	116
QUADRO 49	Taxa de distorção idade-série, por região	117
QUADRO 50	Número de estabelecimentos de Educação Indígena, por recursos de infraestrutura	117
QUADRO 51	Número de matrículas da Educação Especial no Ensino Médio	118
QUADRO 52	Salas de recursos multifuncionais adquiridas	118
QUADRO 53	Número de estabelecimentos, matrículas e percentual de alunos atendidos no Ensino Médio, por dependência existente na escola	119
QUADRO 54	Número de estabelecimentos, matrículas e percentual de alunos atendidos no Ensino Fundamental, por dependência existente na escola	119
QUADRO 55	Evolução das taxas de frequência líquida e bruta à escola para a faixa etária de 15 a 17 anos	120
QUADRO 56	Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grandes regiões e grupos de idade	120
QUADRO 57	Taxa de distorção idade-série, por localização e dependência administrativa	120
QUADRO 58	Taxas de rendimento escolar Brasil	121
QUADRO 59	Professores da Educação Básica com escolaridade de nível Fundamental, por região	121
QUADRO 60	Escolas de Educação Básica que possuem professores com escolaridade de nível Fundamental, por região	121
QUADRO 61	Professores do Ensino Médio, por quantidade de disciplinas que lecionam	122
QUADRO 62	Número de nascimentos (em milhares), por idade da mãe	122
QUADRO 63	Matrículas na Educação Infantil, por dependência administrativa	122
QUADRO 64	Número de matrículas na Educação Infantil	123
QUADRO 65	Número de matrículas de Educação Especial na Educação Infantil	123
QUADRO 66	Número de matrículas de Educação Especial no Ensino Fundamental	123
QUADRO 67	Número de matrículas de Educação Especial no Ensino Médio	124
QUADRO 68	Taxa de frequência à escola, por faixa etária	124
QUADRO 69	Estimativa de valor por aluno das redes municipais, por região	124
QUADRO 70	Comparação entre a Região Nordeste e o Parecer CAQi	125
QUADRO 71	Comparação entre os valores estimados pelo CAQi para a Educação Básica e os valores aplicados pelo Fundeb - em reais	125

Acrônimos

- ABMP** – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
- BSM** – Brasil Sem Miséria
- BVJ** – Benefício Variável Jovem
- CadÚnico** – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CAQi** – Custo Aluno Qualidade Inicial
- Ceert** – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
- Ceftru** – Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes
- Genpec** – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
- Ciespi** – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
- CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNJ** – Conselho Nacional de Justiça
- CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- Consed** – Conselho Nacional de Secretários de Educação
- Cras** – Centro de Referência de Assistência Social
- Creas** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- Disoc** – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
- ECSA** – Especialização em Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- FGV** – Fundação Getulio Vargas
- Ficai** – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente
- Fipe** – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
- Firjan** – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FNPETI** – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
- Fundeb** – Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- Fundef** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- Geempa** – Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Ideb** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH-D** – Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade
- IETS** – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
- Inep** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- Ipec** – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MEC** – Ministério da Educação

MP – Ministério Público

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OOSC – *Out of School Children*

PAR – Plano de Ações Articuladas

PBF – Programa Bolsa Família

Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Pnate – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPV – Pesquisa sobre Padrões de Vida

Procampo – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

ProInfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil

Pronacampo – Programa Nacional de Educação do Campo

Prova ABC – Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização

PSE – Programa Saúde na Escola

Resab – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

SAB – Semiárido Brasileiro

Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica

Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SPE – Saúde e Prevenção nas Escolas

UCW – *Understanding Children's Work*

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UIS – Instituto de Estatística da UNESCO

UnB – Universidade de Brasília

Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Resumo executivo

O relatório Brasil da iniciativa global *Out of School Children* (Pelas Crianças Fora da Escola) obedeceu a mesma estrutura dos demais países, com três grandes capítulos (Perfis, Gargalos e Barreiras e Políticas e Estratégias), além de Conclusões e Recomendações e Anexos.

O Capítulo 1 traça o(s) perfil(s) de quem são as crianças e os adolescentes fora da escola ou em risco de abandono, de acordo com cinco dimensões:

Dimensão 1: Crianças em idade pré-escolar fora da escola

Dimensão 2: Crianças de 6 a 10 anos fora da escola

Dimensão 3: Crianças de 11 a 14 anos fora da escola

Dimensão 4: Crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental em risco de abandono

Dimensão 5: Crianças dos anos finais do Ensino Fundamental em risco de abandono

Esse modelo proporciona, entre outros aspectos, uma visão mais ampla, complexa e orientada da exclusão educacional, levando em conta o ciclo biológico e vinculando a educação a diversas necessidades de desenvolvimento nas diferentes etapas da vida.

Do total de crianças excluídas da escola, a maioria vive nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam os mais altos índices de pobreza do país e as menores taxas de escolaridade.

Em todas as dimensões, os indicadores mostram que os grupos mais vulneráveis são aqueles historicamente excluídos da sociedade brasileira: as populações negra e indígena, as pessoas com deficiência, as que vivem nas zonas rurais e as famílias com baixa renda.

No Capítulo 2, abordamos os principais gargalos e barreiras que impedem que todas as crianças e todos os adolescentes estejam na escola e, uma vez nela, tenham assegurado seu direito de permanecer estudando, de progredir nos estudos e de concluir toda a Educação Básica na idade certa.

De forma geral, a dificuldade de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola tem várias causas, que frequentemente se manifestam de forma combinada. Muitas vezes, os conteúdos desenvolvidos em sala de aula são muito distantes da realidade dos alunos, seja na zona rural, seja nas áreas urbanas. Também se destacam falta de valorização dos professores, por meio de remuneração adequada, plano de carreira e capacitação constante; pobreza; trabalho infantil; gravidez na adolescência; e exposição à violência.

De acordo com dados da Pnad 2009, as pessoas das faixas mais pobres da população têm, em média, 5,5 anos de estudo, enquanto as das faixas mais ricas chegam a 10,7, quase o dobro de escolaridade.

O trabalho infantil também é uma barreira em quase todas as dimensões do estudo global e é, inclusive, tema de um subcapítulo do relatório.

Em razão das dificuldades econômicas, muitas crianças acabam deixando a escola para trabalhar e ajudar na renda familiar ou mesmo para cuidar dos serviços domésticos, liberando suas mães para o trabalho remunerado. Segundo a Pnad 2009, 4,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalham no país – um contingente quase equivalente à população da Costa Rica –, em média 26,3 horas semanais.

Outro enorme desafio para a universalização de toda a Educação Básica é a grande dificuldade de acesso de professores e alunos às escolas de áreas rurais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

No Capítulo 3, são abordadas as principais políticas e os programas que promovem o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica na idade certa.

No Brasil, nos últimos anos, a tendência dos programas e das políticas públicas que visam enfrentar as barreiras que impedem o acesso e a permanência das crianças e adolescentes nas escolas é integrar vários órgãos e entidades, governamentais e não governamentais.

Desenvolvidos por diferentes esferas do poder público, alguns desses programas e políticas investem em questões que afetam diretamente a educação e a escola, como a qualidade do ensino, como o Mais Educação. Outros, como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), condicionam o benefício à frequência à escola.

Além de valorizar políticas intersetoriais e o trabalho em rede, questões relacionadas ao financiamento da educação têm ganhado cada vez mais importância no país e são abordadas com destaque no relatório.

O capítulo Conclusões e Recomendações foi construído com base em um levantamento de dados realizado para o relatório, na contribuição das organizações participantes do Grupo Gestor da iniciativa OOSC no Brasil, nos processos de consulta desenvolvidos no decorrer do projeto e em documentos de entidades nacionais no campo da educação.

Em comum, todas as Recomendações se relacionam aos perfis e às barreiras identificados e procuram obedecer a um princípio: o da equidade, com o firme propósito de diminuir as múltiplas desigualdades ainda presentes entre as regiões do país e também entre os grupos da população.

Apesar dos inegáveis progressos do Brasil na área de educação, os desafios para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica na idade certa ainda são muitos e variados e, para ser vencidos, precisam ser enfrentados pelo Estado, por toda a sociedade e por cada um de nós.

Introdução – Reduzir as desigualdades é o principal desafio

Como resultado da mobilização da sociedade, de significativos investimentos e da implantação de políticas públicas mais eficazes, o Brasil registrou importantes avanços na educação nos últimos 15 anos². Milhões de meninas e meninos entre 7 e 14 anos³ estão hoje na escola. Segundo o relatório *Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil – Próximos Passos*⁴, do Banco Mundial, “uma criança brasileira de 6 anos de idade nascida hoje no quintil mais baixo da distribuição de renda completará mais que o dobro de anos de escolaridade que seus pais”. Em 1993, o filho de um pai sem educação formal completaria em média quatro anos de estudo; hoje os estudantes brasileiros completam entre nove e 11 anos, independentemente do nível escolar de seus pais.

Contexto do país

Dados do programa do governo federal Brasil Sem Miséria, lançado em 2011, mostram que na última década 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta. Entretanto, 16 milhões de pessoas⁵ ainda

2 *Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades*, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

3 Até novembro de 2009, essa era a faixa de escolaridade obrigatória no Brasil. Com a Emenda Constitucional nº 59, o ensino passou a ser obrigatório dos 4 aos 17 anos. As redes municipais e estaduais de educação têm até 2016 para a sua implementação.

4 *Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil – Próximos Passos*, de Barbara Bruns, David Evans e Javier Luque (Sumário), 2011, Banco Mundial.

5 Pessoas cuja renda familiar, dividida entre os seus membros, é inferior a R\$ 70 mensais por pessoa.



Meninos da Comunidade Picada, pertencente ao Quilombo Gurutuba

permanecem nessa situação: 59% delas estão no Nordeste, 40% têm menos de 14 anos e 47% vivem na zona rural. As médias do país escondem, portanto, grandes desigualdades.

Com 8,51 milhões de quilômetros quadrados e cerca de 190 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é o quinto maior país em área e em população do planeta. De acordo com o Centro de Pesquisa Econômica e de Negócios (CEBR), sediado em Londres, é a sexta maior economia mundial, com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,5 trilhões em 2011. Também é uma das nações mais desiguais do mundo. O índice de Gini atual – a medida mais usada de concentração de renda – é de 0,53 (2010). Apesar de estar mais próximo do máximo (1) do que do mínimo da desigualdade (0), ele vem apresentando queda em todos os últimos dez anos.

Segundo o *Relatório Regional sobre Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe 2010*⁶, do Pnud, o Brasil fica em oitavo lugar na América Latina no ranking do IDH-D (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade), que leva em conta as diferenças de rendimento, de escolaridade e de saúde. Após a desigualdade de renda, a educação é a que mais pesa sobre o IDH-D brasileiro.

Com um passado marcado por golpes de Estado e ditaduras, desde a década de 1990 o país vive um dos seus mais longos períodos de estabilidade política. Mesmo com os impactos das crises internacionais dos anos 2000, o Brasil retomou o crescimento econômico e houve uma melhoria na distribuição de renda, reforçada por programas de transferência condicionais, como o Bolsa Família. Com isso, um grande número de pessoas passou a ter mais acesso a serviços (educação, saúde, etc.) e bens de consumo. Apesar desses avanços, 20,2% dos brasileiros têm ao menos uma grave privação em educação⁷, 5,2% em saúde e 2,8% em padrão de vida. E 5,2% vivem com menos de US\$ 1,25 por dia.

A exclusão escolar

O regime de colaboração entre estados, municípios e União no que diz respeito às políticas educacionais no Brasil está previsto na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação (PNE). Embora a legislação defina de forma clara as responsabilidades de cada um – cabe aos municípios atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil, aos estados, nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio e à União exercer uma função redistributiva e supletiva, prestando assistência técnica e financeira –, na prática há dificuldade em definir como essas diferentes instâncias devem cooperar entre si para garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes a uma educação de qualidade.

A articulação dessas três esferas de governo torna o sistema de gestão da educação brasileira muito complexo, o que se acentua em razão das dimensões continentais do país. O Brasil apresenta desigualdades regionais bem marcantes, em termos geográficos, sociais e econômicos, que influem de forma significativa em suas redes de ensino e nos desafios que precisam ser vencidos.

A partir da década de 1990, o país ampliou seus esforços para melhorar o acesso das crianças à educação. Para tentar reduzir as desigualdades, foi adotada uma política educacional com ênfase na descentralização de recursos, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

⁶ A íntegra do relatório está disponível em www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org/site/informe.php. Segundo o Pnud, o IDH-D não é comparável ao IDH tradicionalmente divulgado pela organização. Como usa dados de pesquisas domiciliares, foram feitas diversas adaptações. Para o relatório da América Latina e do Caribe, foi desenvolvido um índice que leva em conta as três dimensões do IDH original: rendimento, educação e saúde.

⁷ O *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010* apresenta o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que leva em consideração diversas privações e respectiva sobreposição. O índice identifica privações nas mesmas três dimensões que compõem o IDH e mostra o número de pessoas que são pobres (que sofrem um dado número de privações) e o número de privações com as quais as famílias pobres normalmente se debatem. O Pnud considera que há grave privação em educação quando nenhum membro do domicílio completou cinco anos de estudo e/ou pelo menos uma criança em idade escolar não estiver frequentando a escola.

Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ao relacionar o valor do repasse de recursos ao número de alunos, o Fundef, substituído em 2007 pelo Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), manteve o foco no Ensino Fundamental, o eixo central das políticas educacionais naquele momento.

O PNE 2001-2010 (Lei nº 10.172/2001) reforçou esse mecanismo, estabelecendo que estados e municípios elaborassem seus próprios planos de educação. Esses planos deveriam complementar e colocar em prática o PNE, considerando as particularidades locais e regionais. No entanto, segundo levantamento do Observatório da Educação, da ONG Ação Educativa, divulgado em 2010, 15 dos 26 estados brasileiros não possuem planos que estabeleçam diretrizes e metas para as políticas públicas da área. O Distrito Federal também não tem um plano distrital. Do mesmo modo, 44% dos municípios brasileiros não elaboraram seus planos de educação, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE, 2010). Expirado o prazo de vigência do PNE 2001-2010, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação estima⁸ que apenas um terço de suas metas foi cumprido e aponta que o Brasil ainda está longe de elaborar e cumprir políticas de Estado no campo da educação⁹ para além de ações e programas que dependam da boa vontade dos gestores.

Além da mudança no financiamento e na organização dos sistemas educativos, as políticas educacionais investiram na formação dos professores e em programas de incentivo à permanência da criança na escola. Como resultado, o país está bem próximo da universalização do Ensino Fundamental. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, de 2009, 98% das crianças e dos adolescentes entre 7 e 14 anos estão na escola, o que corresponde a cerca de 26,9 milhões de estudantes. Quando se incluem as crianças de 6 anos, a taxa cai para 97,6% (*ver Anexos, quadro 1*), mas a tendência é que esse número continue crescendo, em função da obrigatoriedade do Ensino Fundamental de nove anos¹⁰.

Introdução às Cinco Dimensões

Os 2% que permanecem fora da escola representam cerca de 535 mil crianças de 7 a 14 anos, segundo dados da Pnad 2009. As mais atingidas são oriundas de populações vulneráveis, como as negras, indígenas, quilombolas, pobres, sob risco de violência e exploração, e com deficiência. Isso mostra que as desigualdades que persistem na sociedade brasileira se refletem no sistema de ensino do país.

A maioria das crianças excluídas da escola vive nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam os mais altos índices de pobreza do Brasil e as menores taxas de escolaridade. Enquanto no Rio Grande do Sul, na Região Sul, 98,8% das crianças e dos adolescentes de 7 a 14 anos estão na escola, nos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Amazonas e Alagoas, nas regiões Norte e Nordeste, os números ficam em 96,7%, 96,7%, 96,5% e 95,2%, respectivamente – os mais baixos do país. Os dados da Pnad 2009 analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹¹ comprovam que as diferenças de

⁸ *Posicionamento Público sobre o PNE*, divulgado em 8 de dezembro de 2010. Disponível em <http://campanhaeducacao.org.br/?idn=260>.

⁹ Em meados de 2012, estava em tramitação no Congresso Nacional projeto de lei que instituirá novo Plano Nacional de Educação. Como parte do processo democrático, o Plano vem sendo discutido por diversos setores da sociedade e a proposta já recebeu uma série de emendas. Uma das principais é a que pede que o equivalente a 10% do PIB seja aplicado na área, com base em cálculos do estudo “Custo Aluno-Qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil”, ante os 7% prometidos pelo governo federal até 2020.

¹⁰ Em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.274, que regulamentou o Ensino Fundamental de nove anos. O prazo para a sua implementação nos termos exigidos pela legislação esgotou-se em 2010.

¹¹ *Comunicado nº 66 Pnad 2009 – Primeiras análises: Situação da educação brasileira: avanços e problemas*, Ipea, novembro de 2010.

renda impactam de forma significativa a escolarização da população. Há uma diferença de 5,2 anos de estudo entre os grupos mais ricos da população e os mais pobres – enquanto estes têm, em média, 5,5 anos de estudo, os mais ricos têm 10,7 anos. Na categoria localização, a população urbana tem, em média, 3,9 anos de estudo a mais que a população rural. No quesito cor/raça, observa-se que os negros têm menos 1,7 ano de estudo, em média, que os brancos (*ver Anexos, quadro 2*).

Apesar de o Brasil estar bem próximo da universalização do Ensino Fundamental, as taxas de frequência líquida (*ver Anexos, quadro 3*) mostram que o país ainda está longe da universalização em relação às crianças de até 5 anos e aos adolescentes de 15 a 17 anos – ou seja, na Educação Infantil e no Ensino Médio, respectivamente. Eles representam, hoje, o maior contingente fora da escola.

Apenas 18,4% das crianças de até 3 anos frequentam creches, percentual muito menor que o previsto no PNE de 2001 – em 2010, essa taxa deveria ser de 50%. As maiores desigualdades se dão em relação à localização e à renda. Nas áreas urbanas, 20,2% das crianças frequentam creches, ante 8,8% na zona rural. Apenas 11,8% das crianças das famílias mais pobres estão matriculadas, enquanto entre os mais ricos a taxa é de 34,9%. A diferença de acesso também é desigual entre as regiões. Na Região Sul, 24,1% das crianças estão em creches, ante 8,2% na Região Norte. Também há diferenças entre as crianças brancas e as negras, de 19,9% ante 16,6%.

O acesso à educação das crianças de 4 a 6 anos¹² também apresenta desigualdades. No grupo dos mais ricos, a frequência é de 93,6%, enquanto no dos mais pobres é de 75,2%. Também há diferença entre as regiões, mas inversa à das demais faixas: no Nordeste, 85,8% das crianças de 4 a 6 anos estão na escola, enquanto no Sul a taxa é de 71%. A desigualdade também se verifica entre as crianças de áreas urbanas e rurais – 83,1% ante 73,1% – e entre negras (80,1%) e brancas (82,6%) (*ver Anexos, quadro 4*).

A análise do Ipea mostra ainda que 85,2% dos adolescentes entre 15 e 17 anos frequentam a escola. A taxa de frequência líquida nessa faixa etária tem apresentado crescimento ininterrupto. No entanto, em 2009 é de apenas 50,9%. Isso significa que apenas metade dessa população está no nível de ensino adequado à idade, ou seja, no Ensino Médio.

Assim como nas outras faixas etárias, os adolescentes brasileiros são afetados pelas desigualdades. A diferença de acesso à escola é significativa entre as regiões. No Sudeste, 60,5% da população entre 15 e 17 anos frequenta o Ensino Médio, enquanto no Norte a taxa é de apenas 39,1%. Nas áreas urbanas metropolitanas, 57,3% dos adolescentes estão no Ensino Médio, ante 35,7% da zona rural – 21,6 pontos percentuais a menos. Também há diferença no acesso ao Ensino Médio entre brancos e negros: 60,3% ante 43,5% (*ver Anexos, quadro 5*). Quando se considera a renda familiar, enquanto 31,3% dos jovens de 15 a 17 anos do grupo mais pobre cursa o Ensino Médio, entre os mais ricos a taxa é de 72,5%. O acesso dos adolescentes mais ricos ao Ensino Médio é mais de duas vezes maior que o dos mais pobres.

No mundo todo, 72 milhões de crianças com idade para cursar os anos finais do Ensino Fundamental estão fora da escola – 54% delas são meninas¹³. Diante desse cenário, UNICEF e Instituto de Estatística

¹² Em 2006, foi aprovada Lei nº 11.274, que diminuiu a idade de entrada no Ensino Fundamental de 7 para 6 anos e aumentou a duração desse nível de ensino para nove anos.

¹³ *Education for All Global Monitoring Report 2010: Reaching the marginalized*, UNESCO, Paris, 2010.

da UNESCO (UIS) deram início em 2010 à iniciativa global *Out of School Children* (OOSC) — Pelas Crianças Fora da Escola, que analisa a exclusão e os riscos de abandono escolar em 25 países, de acordo com cinco dimensões:

Dimensão 1: Crianças em idade pré-escolar fora da escola

Dimensão 2: Crianças de 6 a 10 anos fora da escola

Dimensão 3: Crianças de 11 a 14 anos fora da escola

Dimensão 4: Crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental em risco de abandono

Dimensão 5: Crianças dos anos finais do Ensino Fundamental em risco de abandono

Metodologia

Esse modelo facilita a inter-relação e o aproveitamento sistemático de três componentes principais:

- Os diversos perfis das crianças excluídas, que refletem a complexidade do problema em relação à magnitude, às desigualdades e às disparidades em torno das cinco dimensões.
- Os obstáculos e os gargalos que dificultam o esclarecimento dos processos causais e dinâmicos relacionados com as cinco dimensões.
- As políticas e estratégias para abordar os obstáculos e gargalos relacionados com as cinco dimensões, no contexto educativo.

Ao levar em conta o ciclo biológico e vincular a educação a diversas necessidades de desenvolvimento nas diferentes etapas da vida, o modelo de dimensões proporciona, entre outras coisas, uma visão mais ampla da exclusão educacional.

A análise das cinco dimensões também é fundamental para melhor compreender as múltiplas formas de exclusão e os obstáculos para a inclusão, identificar e acompanhar de forma mais eficaz os grupos e as regiões mais vulneráveis e ampliar a articulação entre as políticas educativas e os sistemas de proteção social.

Além disso, engloba as crianças que atualmente frequentam a escola, mas estão em risco de abandono. Dessa forma, identifica grupos potenciais em situação de risco que podem se tornar crianças fora da escola no futuro. Esse é um aspecto-chave no momento de vincular a igualdade de acesso a uma educação de qualidade; as políticas baseadas na demanda e centradas na pobreza a uma previsão de qualidade do lado da oferta, em especial no que se refere aos processos no âmbito escolar; e as políticas voltadas para crianças fora da escola àquelas dirigidas às crianças que frequentam a escola.

No Brasil, a iniciativa está sendo desenvolvida por meio do projeto Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças

e dos adolescentes e, com a ampliação da obrigatoriedade de matrícula para a faixa etária de 4 a 17 anos, como prevê a Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009, foram consideradas para efeito de análise também as faixas etárias de 4 a 5 anos e de 15 a 17 anos.

Partindo do entendimento de que a superação da exclusão escolar requer o compromisso de múltiplos atores, o projeto ainda procura envolver gestores dos três níveis de governo da área de educação e de outras políticas sociais, como também atores da sociedade civil e de outras instituições. Foi instituído o Grupo Gestor do projeto, coordenado por UNICEF e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e composto de representantes do Ministério da Educação (MEC), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), da UNESCO, da OIT, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Demais atores vêm sendo chamados a participar desde o início do processo, por meio de encontros para debater a efetividade e as lacunas das políticas existentes. O primeiro deles aconteceu em maio de 2011, em Brasília, e reuniu 40 dirigentes municipais de Educação (ou seus representantes), que discutiram avanços e dificuldades dos programas e políticas nacionais de enfrentamento da exclusão escolar e experiências de iniciativa municipal. Em agosto de 2011, foi realizada uma nova oficina de consulta ampliada que ouviu 39 representantes de 32 organizações da sociedade civil, provenientes de 18 unidades da federação, por ocasião da realização do 7º Encontro Nacional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em Brasília.

Capítulo 1 – Quem são as crianças e os adolescentes fora da escola ou em risco de abandono no Brasil

Cenário e análise de dados

Em termos percentuais, o número de crianças brasileiras fora da escola na faixa de 7 a 14 anos de idade¹⁴ é considerado pequeno: 2%. No entanto, em números absolutos, são 534.872 crianças que não têm garantido o seu direito de aprender, de acordo com análise dos dados da Pnad/IBGE em 2009. Do total, 329.571 são negras, o equivalente a 61,6% (ver quadro 1).

Em 2010, a pesquisa de pareamento de dados entre o Censo Escolar do MEC e o banco de dados do programa Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) na Escola¹⁵ mostrou que, entre os 409.202 beneficiários do BPC com deficiência, de até 18 anos, 216.890 (53%) estão na escola. Um progresso significativo; em 2008, o percentual era de apenas 29% (ver Anexos, quadro 6).

¹⁴ Até 2009, essa era a faixa etária de escolaridade obrigatória no Brasil.

¹⁵ O BPC na Escola realiza o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola das crianças e dos adolescentes com deficiência, na faixa etária até 18 anos que recebem o BPC. Veja mais sobre o programa no Capítulo 3.



Foto: João Ripper/Imagens Humanas

Crianças indígenas Xakriabá, da aldeia Morro Vermelho

Apesar dos avanços, de acordo com a procuradora da República no estado de São Paulo Eugênia Augusta Gonzaga, boa parte das crianças e dos adolescentes excluídos da escola tem algum tipo de deficiência. No entanto, não existem estatísticas que permitam mensurar a quantidade exata de crianças com deficiência¹⁶ que ainda permanecem fora da escola no Brasil, apesar dos esforços realizados por diferentes setores do poder público e da sociedade civil para promover sua inclusão.

O mesmo acontece com as crianças e os adolescentes indígenas¹⁷. Não há dados sobre o total dessa população, apenas sobre aqueles que frequentam a escola, coletados pelo Censo Escolar. Informações mais precisas sobre as crianças e os adolescentes com deficiência e indígenas devem ser fornecidas pelo Censo 2010.

Em relação à localização, a proporção de crianças de 7 a 14 anos das zonas rurais fora da escola é maior que a verificada nas áreas urbanas: 2,5% ante 1,8%. Também há uma pequena diferença entre gênero no acesso à escola. Enquanto 2,2% dos meninos entre 7 e 14 anos não estudam, a taxa entre as meninas é de 1,7% (ver Anexos, quadro 7). O fato de as meninas apresentarem, historicamente, índices mais elevados de frequência líquida e mais anos de estudo que os meninos, de acordo com os dados da Pnad 2009 analisados pelo Ipea¹⁸, pode ser um indicativo de que elas apresentam melhor desempenho escolar e, por isso, têm menos propensão a abandonar os estudos.

Quando são avaliadas as cinco dimensões do estudo global¹⁹, no entanto, os dados são mais preocupantes e revelam que ainda há muito a avançar para garantir o acesso de todas as crianças e de todos os adolescentes à Educação Básica no país, como prevê a Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009, que ampliou a obrigatoriedade de educação para 4 a 17 anos. Por causa dessa recente conquista, incluímos também no Brasil, para efeito de análise, as faixas etárias de 4 a 5 anos e de 15 a 17 anos, como já mencionado na Introdução.

16 O IBGE faz na Pnad a contagem das pessoas com deficiência por amostragem, o que não permite levantar dados confiáveis sobre esse número exato no Brasil.

17 O IBGE faz na Pnad a contagem das crianças e dos adolescentes indígenas por amostragem, o que não permite levantar dados confiáveis sobre esse número exato no Brasil.

18 Comunicado nº 66 Pnad 2009 – Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas, Ipea.

19 Dimensão 1: Crianças em idade pré-escolar fora da escola, Dimensão 2: Crianças de 6 a 10 anos fora da escola, Dimensão 3: Crianças de 11 a 14 anos fora da escola, Dimensão 4: Crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental em risco de abandono, Dimensão 5: Crianças dos anos finais do Ensino Fundamental em risco de abandono.

QUADRO 1 - População de 7 a 14 anos fora da escola

Região	Total	Branca	Negra*	Urbano	Rural	Meninos	Meninas
Brasil	534.872	191.715	329.571	405.701	129.171	309.920	224.952
Norte	77.947	14.170	61.342	53.143	24.804	47.034	30.913
Nordeste	189.483	50.741	135.292	126.859	62.624	104.154	85.329
Sudeste	169.065	74.506	88.016	145.545	23.520	101.751	67.314
Sul	66.026	42.712	22.860	51.581	14.445	37.052	28.974
Centro-Oeste	32.351	9.586	22.061	28.573	3.778	19.929	12.422

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Nota: O número de negros na tabela corresponde à soma de "pardos e pretos" da Pnad. A diferença entre o total e a soma de brancos e negros é a soma de "indígena", "amarela" e "sem declaração" (outros), que apresentam números muito pequenos para análise.

Perfil das crianças na Dimensão 1

Dimensão 1: Crianças em idade pré-escolar fora da escola

Na faixa etária de 4 a 6 anos²⁰, que abrange crianças que deveriam estar na Pré-Escola e no primeiro ano do Ensino Fundamental – desde a ampliação da duração deste nível de ensino para nove anos –, cerca de 18,7% das crianças estão fora da escola, o que equivale a 1.615.886 crianças. Em termos percentuais, as regiões que apresentam as maiores taxas são a Sul, com 29%, e a Norte, com 26,5%. Em números absolutos, as regiões com maior número de crianças fora da escola são a Sudeste, com 474.760, e a Nordeste, com 385.814.

Refletindo a desigualdade verificada em diversos setores da sociedade brasileira, em relação a raça, 19,8% das crianças negras de 4 a 6 anos (921.677) não frequentam a escola, ante 17,3% das brancas (682.778). Em relação a gênero, o número de meninos fora da escola é praticamente igual ao de meninas – 19% (842.298), ante 18,4% (773.588). As maiores desigualdades são encontradas quando se compara a localização: enquanto 16,9% das crianças de 4 a 6 anos das áreas urbanas estão fora da escola, nas zonas rurais o índice chega a 26,8% (ver quadro 2 e Anexos, quadro 8).

Em um recorte mais específico, considerando apenas as crianças de 4 e 5 anos, que deveriam estar na Pré-Escola, as diferenças são mais acentuadas. Nesta faixa, 26,4% (798.891) das crianças negras estão fora da escola, ante 23,6% (612.548) das brancas, de acordo com a Pnad 2009.

²⁰ A Lei nº 11.274, de 2006, que alterou a LDB com relação ao Ensino Fundamental de nove anos, inclui a obrigatoriedade de entrada aos 6 anos no Ensino Fundamental. Os municípios tiveram até 2010 para se adequar a essa lei.

QUADRO 2 - População de 4 a 6 anos fora da escola, por raça/etnia, localização e gênero

Região	Total	Branca	Negra	Urbano	Rural	Meninos	Meninas
Brasil	1.615.886	682.778	921.677	1.179.942	435.944	842.298	773.588
Norte	248.092	48.583	198.625	171.549	76.543	134.851	113.241
Nordeste	385.814	107.776	272.485	229.611	156.203	213.060	172.754
Sudeste	474.760	213.295	259.267	386.404	88.356	236.812	237.948
Sul	329.495	247.580	81.234	247.244	82.251	167.526	161.969
Centro-Oeste	177.725	65.544	110.066	145.134	32.591	90.049	87.676

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 3 - População de 4 e 5 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar per capita

Região	Total	Branca	Negra	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	1.419.981	612.548	798.891	453.879	448.003	343.048	120.798	28.717
Norte	209.980	42.467	166.969	84.519	68.380	44.422	8.901	1.324
Nordeste	332.667	92.204	236.701	198.702	96.524	28.570	4.065	3.313
Sudeste	423.470	195.125	226.147	84.829	147.588	123.891	43.281	6.986
Sul	295.923	223.630	71.839	53.755	83.446	93.792	49.524	13.127
Centro-Oeste	157.941	59.122	97.235	32.074	52.065	52.373	15.027	3.967

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Ao se levar em consideração a renda, a desigualdade aumenta ainda mais. Enquanto 32,6% das crianças de famílias com renda familiar per capita de até ¼ de salário mínimo estão fora da escola, 6,9% daquelas oriundas de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos encontram-se na mesma situação (ver quadro 3 e Anexos, quadro 9).

Perfil das crianças nas Dimensões 2 e 3

Dimensão 2: Crianças de 6 a 10 anos fora da escola (anos iniciais do Ensino Fundamental)

No Brasil, desde 2006, com a implantação da Lei nº 11.274, o ingresso no Ensino Fundamental passou a ser obrigatório a partir dos 6 anos.

De acordo com dados da Pnad 2009, 375.177 crianças na faixa de 6 a 10 anos estão fora da escola em todo o país – o que corresponde a 2,3% do total dessa faixa etária. Dessas, 3.453 trabalham (0,9%), segundo dados da Pnad 2009, e entre essas a grande maioria das que exercem alguma atividade é negra (93%) e vive nas regiões Nordeste (cerca de 30%) e Norte (28%).

Em termos percentuais, as regiões que apresentam as maiores taxas de crianças de 6 a 10 anos fora da escola são a Norte, com 4%, e a Centro-Oeste, com 2,5%. Em números absolutos, a região com maior número de crianças fora da escola é a Nordeste, com 116.125, e a Sudeste, com 109.448. No que diz respeito à renda, 3,6% das crianças de 6 a 10 anos de famílias com renda familiar *per capita* de até ¼ de salário mínimo estão fora da escola (138.249), enquanto 0,6% daquelas oriundas de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos encontra-se na mesma situação (7.409) (ver quadro 4 e Anexos, quadro 10).

Em relação a raça, não há grandes diferenças nesta faixa etária. Enquanto 2,4% das crianças negras de 6 a 10 anos (219.335) não frequentam a escola, 2,0% das brancas (144.345) encontram-se na mesma situação.

Dimensão 3: Crianças de 11 a 14 anos fora da escola (anos finais do Ensino Fundamental)

Na faixa de 11 a 14 anos, que corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental, 355.600 crianças ainda se encontram fora da escola no Brasil – o que equivale a 2,5% do total dessa faixa etária, segundo dados da Pnad 2009.

QUADRO 4 - População de 6 a 10 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar per capita

Região	Total	Branca	Negra	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	375.177	144.345	219.335	138.249	126.372	74.525	23.022	7.409
Norte	67.038	12.757	52.524	32.314	24.880	5.709	2.916	289
Nordeste	116.125	33.628	78.362	67.347	31.831	14.227	1.988	488
Sudeste	109.448	49.726	55.227	20.749	44.821	29.958	7.706	2.367
Sul	52.136	38.291	13.618	10.079	13.720	16.208	7.989	3.913
Centro-Oeste	30.430	9.943	19.604	7.760	11.120	8.423	2.423	352

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

O número de crianças de 11 a 14 anos que só trabalham é cerca de 20 vezes maior que na faixa anterior, de 6 a 10 anos: 68.289, segundo dados da Pnad 2009. Aqui, também a maioria é negra (47.277). No entanto, as regiões que concentram a maior quantidade de crianças trabalhadoras, independentemente da etnia/raça, são a Nordeste (25.344) e a Sudeste (20.252).

Em termos percentuais, as regiões que apresentam as maiores taxas de crianças de 11 a 14 anos fora da escola são a Norte, com 3,7%, e a Nordeste, com 2,9%. Em números absolutos, são a Nordeste, com 126.505, e a Sudeste, com 110.907.

Em relação a raça, 2% das crianças brancas de 11 a 14 anos (117.600) não frequentam a escola, ante 2,9% das negras (233.022). Em termos de renda, 3,5% das crianças de famílias com renda familiar *per capita* de até ¼ de salário mínimo estão fora da escola (96.808), ante 0,8% das de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos (8.472) (ver quadro 5 e Anexos, quadro 21).

Em relação ao abandono²¹, segundo dados do Inep, 3,7% dos alunos (1.173.105 crianças) deixaram o Ensino Fundamental antes de concluir essa etapa de ensino em 2009, percentual que chegou a 5,2% nas zonas rurais, ante 3,4% nas áreas urbanas. As diferenças regionais também são grandes em relação a este indicador. Enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam taxa de abandono de 6,2%, nas regiões Sul e Sudeste o índice é de 1,6% e 1,7%, respectivamente.

A mais alta taxa de abandono no Ensino Fundamental é registrada na 5ª série/6º ano, de 5,8%. Como é nessa série/ano que se observa a maior taxa de reprovação dessa etapa de ensino, 16,5%,

²¹ Abandono: condição do aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento de determinado ano letivo. Evasão: condição do aluno que, matriculado em determinada série, em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado.
Fonte: Glossário Todos pela Educação.

QUADRO 5 - População de 11 a 14 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar *per capita*

Região	Total	Branca	Negra	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	355.600	117.600	233.022	96.808	116.300	98.982	26.980	8.472
Norte	49.021	7.529	40.474	16.919	14.330	12.900	1.711	2.256
Nordeste	126.505	32.685	92.714	49.475	45.357	24.752	4.863	-
Sudeste	110.907	42.950	65.909	19.583	35.818	38.281	11.007	2.807
Sul	47.462	28.371	18.637	6.728	15.909	16.136	5.049	3.013
Centro-Oeste	21.705	6.065	15.288	4.103	4.886	6.913	4.350	396

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 6 - Taxas de rendimento escolar - Ensino Fundamental

Região	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	85,2	11,1	3,7
Norte	80,3	13,5	6,2
Nordeste	80,0	13,8	6,2
Sudeste	89,6	8,7	1,7
Sul	87,5	10,9	1,6
Centro-Oeste	87,4	9,5	3,1

Fonte: Sinopse Estatística – MEC/Inep/Deed, 2009

pode-se supor que o fracasso escolar acaba levando uma parte dos alunos a deixar a escola. (ver Anexos, quadros 30 e 34).

Do total de crianças entre 6 e 14 anos²² que não estudam (730.777), segundo a Pnad 2009, 297.334 nunca chegaram a frequentar uma escola. Esse número corresponde a mais de 40% desse grupo, embora represente 1% da população total de crianças de 6 a 14 anos no país.

Também neste grupo a população negra se encontra em situação menos favorável que a branca. Enquanto 169.721 crianças negras nunca frequentaram a escola (o equivalente a 1% do total de negros dessa faixa etária), 112.107 brancas (0,9%) estão na mesma condição. As desigualdades também são grandes em relação à renda. As crianças de 6 a 14 anos de famílias com renda familiar *per capita* de até ¼ de salário mínimo que nunca frequentaram a escola somam 109.405; já as crianças de famílias com renda familiar *per capita* superior a 2 salários mínimos que nunca frequentaram a escola são 6.809 (ver quadro 7 e Anexos, quadros 31, 32 e 33).

Perfil das crianças nas Dimensões 4 e 5

Dimensão 4: Crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental em risco de abandono

Um dos principais fatores de risco para a permanência das crianças na escola é o fracasso escolar, representado pela repetência (ver Anexos, quadro 34), que provoca elevadas taxas de distorção idade-série.

Segundo artigo publicado pelo Ipea, em 2010, as evidências qualitativa e quantitativa estabelecendo um elo entre a repetência e a evasão escolar são extensas. “Desde os trabalhos seminais de Sergio Costa Ribeiro (1991), sabe-se que alunos evadem após múltiplas repetências os convencerem de que não têm futuro na escola”, alerta o texto para discussão “A repetência no contexto internacional: o que dizem os dados de avaliações das quais o Brasil não participa?”, de Sergei Suarez Dillon Soares.

Também podemos considerar em risco de abandono aqueles alunos com idade superior à recomendada para a série que frequentam. Encontram-se nessa situação 3.764.437 alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental.

²² É importante lembrar que, em 2009, o Ensino Fundamental de nove anos ainda estava em período de transição, o que tem impacto direto nos dados.

QUADRO 7 - População de 6 a 17 anos fora da escola e que nunca frequentou, por grupo de idade e raça/etnia

Região	Por grupo de idade			Total		6 a 14 anos		15 a 17 anos	
	Total	6 a 14 anos	15 a 17 anos	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra
Brasil	348.744	297.334	51.410	131.778	199.362	112.107	169.721	19.671	29.641
Norte	62.747	54.697	8.050	12.554	45.547	11.763	40.159	791	5.388
Nordeste	104.837	84.752	20.085	31.205	68.391	21.992	57.519	9.213	10.872
Sudeste	106.593	90.772	15.821	43.240	57.427	38.194	46.652	5.046	10.775
Sul	48.449	43.362	5.087	36.694	10.847	32.468	10.213	4.226	634
Centro-Oeste	26.118	23.751	2.367	8.085	17.150	7.690	15.178	395	1.972

Fonte: IBGE / Pnad 2009

Nota: Como essa pesquisa é aplicada anualmente em uma amostra distinta de pessoas, não é possível identificar aquelas que nunca estiveram na escola, somente aquelas que estão fora da escola no momento da pesquisa. Assume-se, logicamente, que exista dentro desse conjunto dos que não frequentam a escola um subconjunto de crianças que nunca estiveram na escola. Contudo, não é possível identificar essas crianças nem estimar o tamanho desse subconjunto. A tabela apresenta dados das dimensões 2 e 3 do estudo global.

A taxa de distorção idade-série pode dar ainda uma noção mais precisa de quantas crianças ingressam tardiamente no Ensino Fundamental. Segundo a taxa calculada com base nos dados do Censo Escolar 2009, 6,2% dos alunos matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos têm dois anos ou mais acima da idade recomendada para a etapa²³ (o equivalente a 156.776 crianças). Se considerarmos o Ensino Fundamental de oito anos, a taxa mais que duplica: 15,4% dos alunos matriculados na 1ª série/2º ano têm idade acima da recomendada (551.652 crianças). Os índices aumentam ainda mais quando se compara o local de residência desses alunos: nas zonas rurais, as taxas são de 11,6% e 28%, no 1º ano e na 1ª série/2º ano, respectivamente, ante 5% e 12% nas áreas urbanas (ver quadro 8).

Em termos absolutos, as regiões com maior número de alunos em risco de abandono são a Nordeste, com 1.690.583 crianças, e a Sudeste, com 1.079.649. Em termos proporcionais, as regiões com mais estudantes em risco nas séries iniciais são a Norte, com 18,33%, e a Nordeste, com 17,68% (ver quadro 9).

As maiores desigualdades se verificam quando se levam em consideração a raça e a renda familiar das crianças em risco de abandono. Enquanto 8,99% das crianças brancas (1.084.260) têm idade superior à recomendada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, entre as negras a taxa é de 16,46% (2.667.832) (ver Anexos, quadro 35).

Já as crianças de famílias com renda familiar *per capita* de até ¼ do salário mínimo com idade superior à recomendada chegam a 19,5% (1.324.959) nas séries iniciais do Ensino Fundamental, número muito maior do que o de crianças de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos na mesma situação – 3,2% (62.776) (ver Anexos, quadros 36 e 37).

23 O Inep considera esse critério para o cálculo da taxa distorção idade-série.

QUADRO 8 - Taxa de distorção idade-série – Ensino Fundamental de oito e nove anos, por série ou ciclo e por localização geográfica

Local	1º ANO	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	Total EF
		2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	
Rural	11,6%	28%	35,6%	37,9%	37,8%	45,4%	41,9%	38,1%	34,1%	31,7%	40,7%	34,6%
Total	6,2%	15,4%	21,5%	22,5%	23%	32,6%	29,5%	27,5%	25%	18,6%	28,9%	23,3%
Urbana	5%	12%	18%	18,9%	19,8%	30,8%	27,9%	26,2%	24%	15,4%	27,5%	21,2%

Fonte: Mec/Inep/Deed, 2009

Nota: Inclui as taxas do Ensino Fundamental de oito e nove anos. A tabela inclui dados das dimensões 4 e 5.

QUADRO 9 - População na escola, no Ensino Fundamental anos iniciais, com idade superior à recomendada, por nível de ensino

Região	População na escola no EF anos iniciais	Alunos com idade superior à recomendada – EF anos iniciais (números absolutos)	Alunos com idade superior à recomendada – EF anos iniciais (%)
Brasil	28.384.290	3.764.437	13,26%
Norte	2.941.786	539.346	18,33%
Nordeste	9.562.068	1.690.583	17,68%
Sudeste	10.429.945	1.079.649	10,35%
Sul	3.581.924	262.166	7,32%
Centro-Oeste	1.868.567	192.693	10,31%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Como o trabalho infantil é uma causa significativa do abandono escolar, de acordo com especialistas, como Renato Mendes, coordenador nacional de projetos do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e Isa Oliveira, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), também podem ser consideradas em risco aquelas crianças que exercem alguma atividade profissional em paralelo com os estudos. Apesar de a legislação brasileira proibir o trabalho para adolescentes com menos de 16 anos, na faixa dos 6 aos 10 anos de idade existem 214.574 crianças nessa condição, o que representa 1,3% dessa faixa etária. Entre as crianças brancas de 6 a 10 anos, a taxa é de 1,0% (67.798); entre as negras, de 1,6% (145.328) (*ver quadro 10*).

Mais de 90 mil crianças (42,3%) de 6 a 10 anos das famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo trabalham e estudam, taxa que cai para 1,2% (2.657) nas famílias com renda familiar *per capita* superior a dois mínimos (*ver quadro 11*). Nos últimos dez anos, começou a ocorrer, segundo Renato Mendes, uma queda na velocidade da redução do trabalho infantil no Brasil e, há cinco anos, a taxa de redução praticamente estacionou. “Precisamos ter muito cuidado em intensificar as políticas públicas, em especial a educação e a assistência social, as duas áreas mais assertivas nos últimos anos em relação ao trabalho infantil”, diz ele.

Em relação ao ingresso tardio no Ensino Fundamental, não há dados específicos na Pnad 2009 ou no Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep, ligado ao MEC. A informação disponível trata do número de crianças com idade superior à esperada para a série que frequentam. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 3.764.437 crianças se encontram nessa situação (*ver quadro 9*) – o que pode indicar ingresso tardio, mas também repetência.

QUADRO 10 - População que trabalha e estuda de 6 a 10 anos de idade, por raça/etnia

Região	Total	%	Branca	Negra	Branca %	Negra %
Brasil	214.574	1,3%	67.798	145.328	1,0%	1,6%
Norte	33.784	2,0%	5.038	28.746	1,3%	2,2%
Nordeste	101.999	2,0%	24.327	76.224	1,7%	2,1%
Sudeste	43.423	0,7%	17.934	25.489	0,6%	0,9%
Sul	23.094	1,1%	17.153	5.941	1,1%	1,2%
Centro-Oeste	12.274	1,0%	3.346	8.928	0,7%	1,3%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 11 - População que trabalha e estuda de 6 a 10 anos de idade, por classes de renda familiar *per capita*

Região	Números absolutos					%				
	Até $\frac{1}{4}$	Mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$	Mais de $\frac{1}{2}$ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até $\frac{1}{4}$	Mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$	Mais de $\frac{1}{2}$ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	90.781	71.080	38.516	7811	2.657	42,3%	33,1%	17,9%	3,6%	1,2%
Norte	16.730	12.479	4.467	16	--	49,5%	36,9%	13,2%	--	--
Nordeste	52.329	32.762	12.897	2.395	--	51,3%	32,1%	12,6%	2,3%	--
Sudeste	13.050	14.594	12.708	618	1.840	30,1%	33,6%	29,3%	1,4%	4,2%
Sul	5.594	7.287	5.980	3.640	593	24,2%	31,6%	25,9%	15,8%	2,6%
Centro-Oeste	3.078	3.958	2.464	1.142	224	25,1%	32,2%	20,1%	9,3%	1,8%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Nota: Os percentuais foram calculados em relação à população total. No caso da renda, nem todos os adolescentes declaram essa informação ou mesmo têm renda. Por isso, a soma dos percentuais não é necessariamente igual a 100%.

Dimensão 5: Crianças dos anos finais do Ensino Fundamental em risco de abandono

Os alunos com idade superior à recomendada para a série (dois anos ou mais de atraso) que frequentam os anos finais do Ensino Fundamental somam 5.118.436, de acordo com a Pnad 2009.

Em termos absolutos, as regiões com maior número de alunos em risco de abandono, em função da defasagem idade-série, nessa etapa de ensino são a Nordeste, com 2.270.318 crianças, e a Sudeste, com 1.534.868 crianças. Em termos proporcionais, as regiões com mais estudantes em risco nas séries finais são a Nordeste (59,09%) e a Norte (52,23%) (ver quadro 12).

As maiores desigualdades se verificam quando se levam em consideração a raça e a renda familiar das crianças em risco de abandono. Enquanto 30,67% das crianças brancas (1.596.750) têm idade superior à recomendada nos anos finais do Ensino Fundamental, entre as negras a taxa é de 50,43% (3.513.117).

Já as crianças de famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo com idade superior à recomendada chegam a 62,02% (1.241.902) e a 11,52% nas famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos (121.334) (ver Anexos, quadros 38, 39 e 40).

Assim como na faixa dos 6 aos 10 anos de idade, entre as crianças de 11 a 14 anos o trabalho infantil é uma causa importante do abandono escolar, e também podem ser consideradas em risco aquelas que exercem alguma atividade profissional em paralelo aos estudos. Nessa faixa, 1.090.117 crianças encontram-se nessa

QUADRO 12 - População na escola, no Ensino Fundamental anos finais, com idade superior à recomendada

Região	População na escola – EF anos finais	População na escola com idade superior à recomendada – EF anos finais (números absolutos)	População na escola com idade superior à recomendada – EF anos finais (%)
Brasil	12.225.028	5.118.436	41,87%
Norte	1.105.651	577.464	52,23%
Nordeste	3.841.902	2.270.318	59,09%
Sudeste	4.778.686	1.534.868	32,12%
Sul	1.529.140	428.022	0,03%
Centro-Oeste	969.649	307.764	0,03%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 13 - População de 11 a 14 anos de idade que trabalha e estuda, por raça/etnia

Região	População que trabalha e estuda		População que trabalha e estuda por raça/etnia			
	Números absolutos	%	Branca	Negra	Branca (%)	Negra (%)
Brasil	1.090.117	7,8%	377.167	706.160	34,60%	64,78%
Norte	120.117	9,0%	22.050	97.841	18,36%	81,45%
Nordeste	514.240	11,7%	110.485	399.934	21,49%	77,77%
Sudeste	230.816	4,3%	99.145	130.266	42,95%	56,44%
Sul	146.373	7,7%	117.699	28.040	80,41%	19,16%
Centro-Oeste	78.571	7,8%	27.788	50.079	35,37%	63,74%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

condição, ou 7,8% desse grupo. Entre as crianças brancas, a taxa é de 34,60% (377.167); entre as negras, de 64,78% (706.160) (ver quadro 13).

É importante observar que, ao contrário das dimensões 1, 2 e 3, as dimensões 4 e 5 do estudo global dizem respeito ao nível de ensino que as crianças e os adolescentes frequentam, independentemente da idade. Portanto, muitas dessas crianças e adolescentes de 11 a 14 anos podem pertencer – e é provável que pertençam – à dimensão 4, que se refere a crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental em risco de abandono.

Em relação à renda, 11,9% (333.085) das crianças de 11 a 14 anos das famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo trabalham e estudam, taxa que cai para 3,1% (34.217) nas famílias com renda familiar *per capita* superior a dois mínimos (ver Anexos, quadro 41).

Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola

Dos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, 1.539.811 estão fora da escola (14,8% dessa população). O maior contingente em termos absolutos está na Região Nordeste, com 524.114 adolescentes; em seguida, vem a Região Sudeste, com 471.827. O menor contingente, 130.637 adolescentes, está na Região Centro-Oeste. Em termos proporcionais, a região com mais adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola é a Sul (17,1%), seguida da Centro-Oeste (16,7%).

Como nos demais grupos etários, os adolescentes negros estão em situação menos favorável que os brancos. Enquanto 16,1% dos adolescentes negros de 15 a 17 anos estão fora da escola (937.681), 13,1% dos brancos se encontram na mesma situação (592.966) (ver quadro 14 e Anexos, quadro 42).

A questão da renda permanece sendo fator de exclusão também nesta faixa etária. Enquanto 20,4% dos adolescentes de famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo não frequentam a escola (335.854), 5,5% daqueles de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos enfrentam a mesma realidade (51.934) (ver quadro 14).

Do total de adolescentes brasileiros na faixa de 15 a 17 anos, 0,5% (51.410) nunca frequentou a escola. Desse total, 29.641 são adolescentes negros – cerca de 58%. Em relação à renda, 0,8% dos adolescentes de famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo nunca foi à escola; já entre aqueles de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos essa taxa é de 0,3% (ver quadro 15 e Anexos, quadros 31, 32 e 33).

QUADRO 14 - População de 15 a 17 anos de idade fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar *per capita*

Região	Total	Branca	Negra	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	1.539.811	592.966	937.681	335.854	426.493	479.901	211.205	51.934
Norte	156.688	25.339	128.885	43.145	52.901	40.833	12.473	2.871
Nordeste	524.114	129.035	392.911	187.794	179.984	118.649	22.946	6.778
Sudeste	471.827	210.361	260.530	60.404	106.847	179.800	89.710	18.709
Sul	256.545	180.634	73.819	29.220	56.190	88.932	62.860	15.156
Centro-Oeste	130.637	47.597	81.536	15.291	30.571	51.687	23.216	8.420

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Uma parcela significativa dos adolescentes de 15 a 17 anos que não estudam está envolvida com o trabalho: 673.820 estão nessa condição, segundo a Pnad 2009. Esse número representa 6,5% do total dessa faixa etária no Brasil. Embora não haja grandes diferenças em relação a raça – 6,8% dos adolescentes negros só trabalham, ante 6,0% dos brancos –, elas aumentam quando se considera a renda: 6,5% dos adolescentes de 15 a 17 anos de famílias com renda familiar *per capita* de até ¼ do salário mínimo só trabalham, ante 2,8% daqueles de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos (ver quadro 16 e Anexos, quadro 43).

Em termos regionais, não há diferenças significativas. Mas é uma das regiões mais desenvolvidas do país aquela que detém a maior proporção de adolescentes que só trabalham e não estudam: a Sul, com 9%, de acordo com dados da Pnad 2009.

No Ensino Médio²⁴, o número de alunos com dois anos ou mais acima da idade recomendada para a série que frequentam é de 2.843.056, o que corresponde a 24,2% do total de matriculados nessa etapa de ensino. Em termos absolutos, as regiões com maior número de alunos com idade superior à recomendada – e, por isso, em risco de abandono – são a Nordeste, com 1.139.605, e a Sudeste, com 866.906. Em termos proporcionais, as taxas mais elevadas são as das regiões Centro-Oeste, com 29,3%, e Sul, com 27% (ver quadro 17).

24 Não há recorte por idade nas tabelas, apenas por nível de ensino.

QUADRO 15 - População de 6 a 17 anos que nunca frequentou a escola, por grupos de idade e raça/etnia

Região	Por grupos de idade			Por grupos de idade e raça/etnia					
	Total	6 a 14 anos	15 a 17 anos	Total		6 a 14 anos		15 a 17 anos	
				Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra
Brasil	348.744	297.334	51.410	131.778	199.362	112.107	169.721	19.671	29.641
Norte	62.747	54.697	8.050	12.554	45.547	11.763	40.159	791	5.388
Nordeste	104.837	84.752	20.085	31.205	68.391	21.992	57.519	9.213	10.872
Sudeste	106.593	90.772	15.821	43.240	57.427	38.194	46.652	5.046	10.775
Sul	48.449	43.362	5.087	36.694	10.847	32.468	10.213	4.226	634
Centro-Oeste	26.118	23.751	2.367	8.085	17.150	7.690	15.178	395	1.972

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 16 - População de 15 a 17 anos que só trabalha, por raça/etnia

Região	População que só trabalha		População que só trabalha, por raça/etnia			
	Total	%	Branca	Negra	Branca (%)	Negra (%)
Brasil	673.820	6,5%	272.851	397.583	6,0%	6,8%
Norte	61.976	6,4%	9.909	51.727	5,0%	6,8%
Nordeste	211.468	6,5%	49.124	161.822	5,5%	6,8%
Sudeste	207.450	5,4%	99.260	108.190	5,0%	5,8%
Sul	134.436	9,0%	95.570	37.001	8,4%	10,6%
Centro-Oeste	58.490	7,5%	18.988	38.843	6,5%	8,0%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

No que diz respeito a raça, permanecem os níveis de desigualdade verificados em outros indicadores. O índice de adolescentes negros com idade superior à recomendada no Ensino Médio é de 15,2% (1.785.354 alunos); já o dos brancos é de 8,9% (1.044.727). Em relação à renda, as diferenças são menores nesta etapa de ensino. Enquanto os adolescentes de famílias com renda familiar *per capita* de até ¼ do salário mínimo com idade superior à recomendada são 3,1% (344.600), os de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos chegam a 1,5% (168.751) (ver Anexos, quadros 44, 45 e 46).

Os adolescentes de 15 a 17 anos – público que deveria estar cursando o Ensino Médio – que trabalham e estudam ao mesmo tempo somam 2.196.092 em todo o país, o que representa 21,1% do total dessa faixa etária. A região com maior proporção de adolescentes que trabalham e estudam é a Sul, com 24,7%, seguida pela Nordeste, com 22,4%. Em termos absolutos, as líderes são as regiões Sudeste, com 737.884, e Nordeste, com 732.520 (ver quadro 18).

Como nas demais dimensões, os adolescentes negros e pobres são os que estão expostos aos maiores riscos de deixar a escola, embora as diferenças na faixa etária de 15 a 17 anos sejam menores. Enquanto 21,9% (1.277.003) dos adolescentes negros estudam e trabalham, a taxa entre os brancos é de 20,1% (909.970). Entre os adolescentes de famílias com renda de até ¼ do salário mínimo, a taxa é de 19,0% (312.987); entre os oriundos de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos, de 16,6% (157.694) (ver Anexos, quadro 47).

QUADRO 17 - População no Ensino Médio com idade superior à recomendada

Região	Total	Ensino Médio	Ensino Médio (%)
Brasil	11.725.929	2.843.056	24,2%
Norte	1.489.856	373.046	25,0%
Nordeste	5.100.506	1.139.605	22,3%
Sudeste	3.481.423	866.906	24,9%
Sul	945.837	255.649	27,0%
Centro-Oeste	708.307	207.850	29,3%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 18 - População de 15 a 17 anos que trabalha e estuda, por raça/etnia

Região	Total	%	Branca	Negra	Branca %	Negra %
Brasil	2.196.092	21,1	909.970	1.277.003	20,1	21,9
Norte	183.773	19,0	31.108	152.005	15,8	19,9
Nordeste	732.520	22,4	182.896	547.760	20,6	23,1
Sudeste	737.884	19,0	355.776	378.767	17,8	20,5
Sul	370.354	24,7	283.874	85.249	24,8	24,5
Centro-Oeste	171.561	21,9	56.316	113.222	19,3	23,4

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Trabalho infantil

Uma análise dos microdados da Pnad 2009 realizada com base no modelo criado pelo programa internacional *Understanding Children's Work* (UCW – Entendendo o Trabalho Infantil) – iniciativa de cooperação entre a OIT, o UNICEF e o Banco Mundial – mostra que ainda é grande o número de crianças de 5 a 14 anos que trabalham, apesar de o trabalho para adolescentes com menos de 16 anos ser proibido pela legislação brasileira: 638.412 meninas e meninos executam atividades econômicas ou serviços domésticos por mais de 28 horas semanais em todo o país (*ver quadros 19 e 20*).

As mais atingidas pelo problema são as crianças negras do sexo masculino das zonas urbanas, oriundas das camadas mais pobres da população. A maioria executa trabalhos remunerados, mas é significativa a parcela de crianças envolvidas no serviço doméstico: mais de 240 mil, das quais cerca de 26 mil trabalham mais de 28 horas semanais. Do total de crianças trabalhadoras de 5 a 14 anos, 6,6% não frequentam a escola (*ver quadros 21 e 22*).

Mais da metade das 40.470 crianças envolvidas em atividades econômicas que estão fora da escola é das regiões Nordeste e Sudeste. A imensa maioria está na zona urbana (33.801) e, em geral, a mãe tem pouca ou nenhuma instrução.

Das 571.491 crianças envolvidas em atividades econômicas que frequentam a escola, 350.490 são meninos. A maioria é das regiões Nordeste e Sudeste e da zona urbana. A escolaridade das mães nesses casos é um pouco mais alta: a maioria tem nível secundário (*ver quadros 23 e 24*).

QUADRO 19 - Crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas e no serviço doméstico

	Atividade econômica (Trabalho remunerado, não remunerado e em negócio familiar)	Serviço doméstico de 28 horas ou mais	Atividade econômica ou serviço doméstico de 28 horas ou mais	Número de crianças de 5 a 14 anos
Total	611.961	26.451	638.412	33.025.737
Sexo				
<i>Masculino</i>	375.557	15.920	391.477	17.015.016
<i>Feminino</i>	236.404	10.531	246.935	16.010.721
Idade				
<i>5 a 11</i>	135.345	8.445	143.790	22.341.487
<i>12 a 14</i>	476.616	18.006	494.622	10.684.250
Região				
<i>Norte</i>	54.750	3.827	58.577	3.335.949
<i>Nordeste</i>	267.639	15.570	283.209	10.352.618
<i>Sudeste</i>	165.505	4.137	169.642	12.530.710
<i>Sul</i>	77.675	453	78.128	4.392.464
<i>Centro-Oeste</i>	46.392	2.464	48.856	2.413.996
Localização				
<i>Urbana</i>	447.309	21.730	469.039	26.719.088
<i>Rural</i>	164.652	4.721	169.373	6.306.649
Frequência à escola				
<i>Sim</i>	571.491	25.158	596.649	31.860.231
<i>Não</i>	40.470	1.293	41.763	1.165.506
Escolaridade da mãe				
<i>Nenhuma</i>	99.834	4.462	104.296	2.447.775
<i>Primária</i>	164.244	5.129	169.373	6.625.008
<i>Secundária</i>	233.835	13.113	246.948	16.730.808
<i>Superior</i>	23.381	2.094	25.475	3.114.409
Quintil de renda				
<i>Mais pobre</i>	159.104	5.284	164.388	6.412.979
<i>Segundo</i>	119.302	3.558	122.860	6.442.096
<i>Meio</i>	124.276	4.315	128.591	6.348.463
<i>Quarto</i>	130.957	8.170	139.127	6.337.927
<i>Mais rico</i>	69.538	4.511	74.049	6.678.921
Religião/Idioma/Etnia do chefe de família				
<i>Indígena</i>	793	0	793	101.144
<i>Branca</i>	196.674	8.978	205.652	13.376.462
<i>Preta</i>	68.135	2.898	71.033	3.140.871
<i>Amarela</i>	352	0	352	89.804
<i>Parda</i>	346.007	14.575	360.582	16.311.482
<i>Sem declaração</i>	0	0	0	5.974

Fonte: IBGE/Pnad, 2009 (microdados)

QUADRO 20 - Crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas e no serviço doméstico

	Atividade econômica (Trabalho remunerado, não remunerado e em negócio familiar)	Atividade econômica ou serviço doméstico de 28 horas ou mais	Número de crianças de 5 a 14 anos
Total	1,85%	1,93%	33.025.737
Sexo			
<i>Masculino</i>	2,20%	2,30%	17.015.016
<i>Feminino</i>	1,47%	1,54%	16.010.721
Idade			
<i>5 a 11</i>	0,60%	0,64%	22.341.487
<i>12 a 14</i>	4,46%	4,62%	10.684.250
Região			
<i>Norte</i>	1,64%	1,75%	3.335.949
<i>Nordeste</i>	2,58%	2,73%	10.352.618
<i>Sudeste</i>	1,32%	1,35%	12.530.710
<i>Sul</i>	1,76%	1,77%	4.392.464
<i>Centro-Oeste</i>	1,92%	2,02%	2.413.996
Localização			
<i>Urbana</i>	1,67%	1,75%	26.719.088
<i>Rural</i>	2,61%	2,68%	6.306.649
Frequência à escola			
<i>Sim</i>	1,79%	1,87%	31.860.231
<i>Não</i>	3,47%	3,58%	1.165.506
Escolaridade da mãe			
<i>Nenhuma</i>	4,07%	4,26%	2.447.775
<i>Primária</i>	2,47%	2,55%	6.625.008
<i>Secundária</i>	1,39%	1,47%	16.730.808
<i>Superior</i>	0,75%	0,81%	3.114.409
Quintil de renda			
<i>Mais pobre</i>	2,48%	2,56%	6.412.979
<i>Segundo</i>	1,85%	1,90%	6.442.096
<i>Meio</i>	1,95%	2,02%	6.348.463
<i>Quarto</i>	2,06%	2,19%	6.337.927
<i>Mais rico</i>	1,04%	1,10%	6.678.921
Religião/Idioma/Etnia do chefe de família			
<i>Indígena</i>	0,78%	0,78%	101.144
<i>Branca</i>	1,47%	1,53%	13.376.462
<i>Preta</i>	2,16%	2,26%	3.140.871
<i>Amarela</i>	0,39%	0,39%	89.804
<i>Parda</i>	2,12%	2,21%	16.311.482
<i>Sem declaração</i>	0	0	5.974

Fonte: IBGE/Pnad, 2009 (microdados)

QUADRO 21 - Crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas e fora da escola

	Quantidade de crianças envolvidas em atividades econômicas	Quantidade de crianças fora da escola	Número de crianças de 5 a 14 anos	Quantidade de crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas que está fora da escola
Total	611.961	1.165.506	33.025.737	40.470
Sexo				
<i>Masculino</i>	375.557	632.700	17.015.016	25.067
<i>Feminino</i>	236.404	532.806	16.010.721	15.403
Região				
<i>Norte</i>	54.750	188.690	3.335.949	4.873
<i>Nordeste</i>	267.639	331.336	10.352.618	16.140
<i>Sudeste</i>	165.505	330.489	12.530.710	11.453
<i>Sul</i>	77.675	210.525	4.392.464	5.846
<i>Centro-Oeste</i>	46.392	104.466	2.413.996	2.158
Localização				
<i>Urbana</i>	447.309	860.533	26.719.088	33.801
<i>Rural</i>	164.652	304.973	6.306.649	6.669
Idade				
<i>5 a 11</i>	135.345	845.160	22.341.487	4.073
<i>12 a 14</i>	476.616	320.346	10.684.250	36.397
Escolaridade da mãe				
<i>Nenhuma</i>	99.834	156.913	2.447.775	9.149
<i>Primária</i>	164.244	279.064	6.625.008	9.581
<i>Secundária</i>	233.835	484.788	16.730.808	11.713
<i>Superior</i>	23.381	34.892	3.114.409	197
Quintil de renda				
<i>Mais pobre</i>	159.104	335.447	6.412.979	10.145
<i>Segundo</i>	119.302	285.419	6.442.096	8.066
<i>Meio</i>	124.276	242.171	6.348.463	9.658
<i>Quarto</i>	130.957	178.803	6.337.927	9.337
<i>Mais rico</i>	69.538	100.789	6.678.921	2.911
Religião/Idioma/Etnia do chefe de família				
<i>Indígena</i>	793	7.796	101.144	0
<i>Branca</i>	196.674	388.400	13.376.462	11.845
<i>Preta</i>	68.135	132.671	3.140.871	5.602
<i>Amarela</i>	352	0	89.804	0
<i>Parda</i>	346.007	635.970	16.311.482	23.023
<i>Sem declaração</i>	0	669	5.974	0

Fonte: IBGE/Pnad, 2009 (microdados)

QUADRO 22 - Crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas e fora da escola

	Porcentagem de crianças envolvidas em atividades econômicas	Porcentagem de crianças fora da escola	Número de crianças de 5 a 14 anos	Porcentagem de crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas que está fora da escola	Número de crianças de 5 a 14 anos envolvidas em atividades econômicas
Total	1,85%	3,52%	33.025.737	6,61%	611.961
Sexo					
<i>Masculino</i>	2,20%	3,71%	17.015.016	6,67%	375.557
<i>Feminino</i>	1,47%	3,32%	16.010.721	6,51%	236.404
Região					
<i>Norte</i>	1,64%	5,65%	3.335.949	8,90%	54.750
<i>Nordeste</i>	2,58%	3,20%	10.352.618	6,03%	267.639
<i>Sudeste</i>	1,32%	2,63%	12.530.710	6,92%	165.505
<i>Sul</i>	1,76%	4,79%	4.392.464	7,52%	77.675
<i>Centro-Oeste</i>	1,92%	4,32%	2.413.996	4,65%	46.392
Localização					
<i>Urbana</i>	1,67%	3,22%	26.719.088	7,55%	447.309
<i>Rural</i>	2,61%	4,83%	6.306.649	4,05%	164.652
Idade					
<i>5 a 11</i>	0,60%	3,78%	22.341.487	3,00%	135.345
<i>12 a 14</i>	4,46%	2,99%	10.684.250	7,63%	476.616
Escolaridade da mãe					
<i>Nenhuma</i>	4,07%	6,41%	2.447.775	9,16%	99.834
<i>Primária</i>	2,47%	4,21%	6.625.008	5,83%	164.244
<i>Secundária</i>	1,39%	2,89%	16.730.808	5,00%	233.835
<i>Superior</i>	0,75%	1,12%	3.114.409	0,84%	23.381
Quintil de renda					
<i>Mais pobre</i>	2,48%	5,23%	6.412.979	6,37%	159.104
<i>Segundo</i>	1,85%	4,43%	6.442.096	6,76%	119.302
<i>Meio</i>	1,95%	3,81%	6.348.463	7,77%	124.276
<i>Quarto</i>	2,06%	2,82%	6.337.927	7,13%	130.957
<i>Mais rico</i>	1,04%	1,50%	6.678.921	4,18%	69.538
Religião/Idioma/Etnia do chefe de família					
<i>Indígena</i>	0,78%	7,70%	101.144	0	793
<i>Branca</i>	1,47%	2,90%	13.376.462	6,02%	196.674
<i>Preta</i>	2,16%	4,22%	3.140.871	8,22%	68.135
<i>Amarela</i>	0,39%	0	89.804	0	352
<i>Parda</i>	2,12%	3,89%	16.311.482	6,65%	346.007
<i>Sem declaração</i>	0	11,19%	5.974	0	0

Fonte: IBGE/Pnad, 2009 (microdados)

QUADRO 23 - Trabalho infantil e frequência à escola

	Número de crianças envolvidas em atividades econômicas	Quantidade de crianças envolvidas em atividades econômicas que frequenta a escola	Número de crianças de 5 a 14 anos
Total	611.961	571.491	33.025.737
Sexo			
<i>Masculino</i>	375.557	350.490	17.015.016
<i>Feminino</i>	236.404	221.001	16.010.721
Região			
<i>Norte</i>	54.750	49.877	3.335.949
<i>Nordeste</i>	267.639	251.499	10.352.618
<i>Sudeste</i>	165.505	154.052	12.530.710
<i>Sul</i>	77.675	71.829	4.392.464
<i>Centro-Oeste</i>	46.392	44.234	2.413.996
Localização			
<i>Urbana</i>	447.309	413.508	26.719.088
<i>Rural</i>	164.652	157.983	6.306.649
Idade			
<i>5 a 11</i>	135.345	131.272	22.341.487
<i>12 a 14</i>	476.616	440.219	10.684.250
Escolaridade da mãe			
<i>Nenhuma</i>	99.834	90.685	2.447.775
<i>Primária</i>	164.244	154.663	6.625.008
<i>Secundária</i>	233.835	222.122	16.730.808
<i>Superior</i>	23.381	23.184	3.114.409
Quintil de renda			
<i>Mais pobre</i>	159.104	148.959	6.412.979
<i>Segundo</i>	119.302	111.236	6.442.096
<i>Meio</i>	124.276	114.618	6.348.463
<i>Quarto</i>	130.957	121.620	6.337.927
<i>Mais rico</i>	69.538	66.627	6.678.921
Religião/Idioma/Etnia do chefe de família			
<i>Indígena</i>	793	793	101.144
<i>Branca</i>	196.674	184.829	13.376.462
<i>Preta</i>	68.135	62.533	3.140.871
<i>Amarela</i>	352	352	89.804
<i>Parda</i>	346.007	322.984	16.311.482
<i>Sem declaração</i>	0	0	5.974

Fonte: IBGE/Pnad, 2009 (microdados)

QUADRO 24 - Trabalho infantil e frequência à escola

	Porcentagem de crianças envolvidas em atividades econômicas	Porcentagem de crianças envolvidas em atividades econômicas que frequenta a escola	Número de crianças de 5 a 14 anos
Total	1,85%	93,38%	33.025.737
Sexo			
<i>Masculino</i>	2,20%	93,32%	17.015.016
<i>Feminino</i>	1,47%	93,48%	16.010.721
Região			
<i>Norte</i>	1,64%	91,10%	3.335.949
<i>Nordeste</i>	2,58%	93,96%	10.352.618
<i>Sudeste</i>	1,32%	93,08%	12.530.710
<i>Sul</i>	1,76%	92,47%	4.392.464
<i>Centro-Oeste</i>	1,92%	95,34%	2.413.996
Localização			
<i>Urbana</i>	1,67%	92,44%	26.719.088
<i>Rural</i>	2,61%	95,95%	6.306.649
Idade			
<i>5 a 11</i>	0,60%	96,99%	22.341.487
<i>12 a 14</i>	4,46%	92,36%	10.684.250
Escolaridade da mãe			
<i>Nenhuma</i>	4,07%	90,83%	2.447.775
<i>Primária</i>	2,47%	94,16%	6.625.008
<i>Secundária</i>	1,39%	94,99%	16.730.808
<i>Superior</i>	0,75%	99,15%	3.114.409
Quintil de renda			
<i>Mais pobre</i>	2,48%	93,62%	6.412.979
<i>Segundo</i>	1,85%	93,23%	6.442.096
<i>Meio</i>	1,95%	92,22%	6.348.463
<i>Quarto</i>	2,06%	92,87%	6.337.927
<i>Mais rico</i>	1,04%	95,81%	6.678.921
Religião/Idioma/Etnia do chefe de família			
<i>Indígena</i>	0,78%	100,00%	101.144
<i>Branca</i>	1,47%	93,97%	13.376.462
<i>Preta</i>	2,16%	91,77%	3.140.871
<i>Amarela</i>	0,39%	100,00%	89.804
<i>Parda</i>	2,12%	93,34%	16.311.482
<i>Sem declaração</i>	0	0	5.974

Fonte: IBGE/Pnad, 2009 (microdados)

Sumário analítico

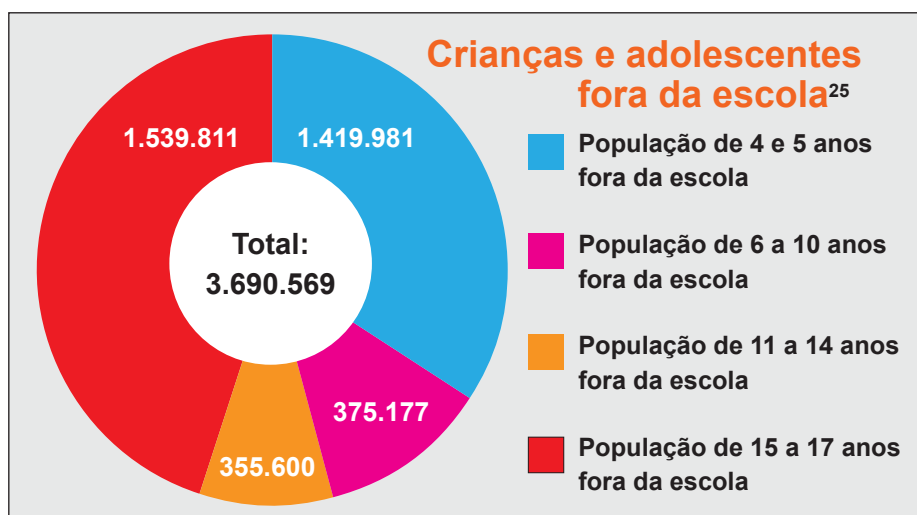
Em todas as dimensões, os indicadores mostram que os grupos mais vulneráveis são aqueles historicamente excluídos da sociedade brasileira: as populações negra e indígena, as pessoas com deficiência, as que vivem nas zonas rurais e as de famílias com baixa renda.

Na Dimensão 1, a maior diferença de frequência à escola verifica-se entre as crianças de 4 a 6 anos que vivem nas zonas rural e urbana – quase 10 pontos percentuais. Em seguida, vêm as diferenças de raça, não tão significativas (cerca de 2 pontos percentuais). Entre as crianças de 4 e 5 anos, a maior desigualdade é a de renda: a diferença entre os grupos de maior e menor renda passa de 25 pontos percentuais.

Na Dimensão 2, as desigualdades são menores, em grande parte porque se trata de um grupo incluído há mais tempo na faixa etária de escolarização obrigatória (6 a 10 anos). Nesse caso, as diferenças mais marcantes são regionais e de renda. Há mais crianças fora da escola nas regiões onde o acesso é mais difícil por questões de transporte e entre as oriundas de famílias de mais baixa renda (3 pontos percentuais a mais que as oriundas de famílias com maior renda).

Na Dimensão 3, da mesma forma não há grandes diferenças em relação a raça e se repetem as desigualdades regionais e de renda. No entanto, é muito maior o número de crianças de 11 a 14 anos que trabalham. Isso indica que a pressão para ajudar na renda da família cresce proporcionalmente com a idade e também que o mercado de trabalho se torna uma alternativa para aqueles que abandonam a escola em razão da dificuldade em progredir nos estudos. Entre as crianças que nunca frequentaram a escola, não há muita diferença entre as raças. A desigualdade mais significativa é a de renda. As taxas de crianças de famílias com menor renda chegam a ser dez vezes maior que as daquelas com maior renda.

Nas Dimensões 4 e 5, repetem-se os fatores de desigualdade entre as crianças com maior risco de abandono. Os índices são muito mais altos nas zonas rurais, entre as crianças negras e entre aquelas de famílias com renda familiar mais baixa.



Fonte: IBGE/Pnad, 2009.

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, há mais negros fora da escola que brancos, mas a renda é o maior fator de desigualdade. Essas diferenças se mantêm quando se analisa o risco de abandono da escola.

As desigualdades existentes no acesso e na progressão dos estudos para esses grupos persistem ao longo de toda a Educação Básica, impedindo que todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros tenham assegurado seu direito de aprender.

²⁵ Dadas a ampliação da escolaridade obrigatória e as mudanças no ingresso do Ensino Fundamental, no Brasil, consideramos as faixas etárias e não as dimensões.

Capítulo 2 – Barreiras à universalização do acesso e da permanência na escola

Uma série de obstáculos impede que todas as crianças e todos os adolescentes estejam na escola e, uma vez nela, tenham assegurado seu direito de permanecer estudando, de progredir nos estudos e de concluir toda a Educação Básica na idade certa. Neste capítulo, serão descritos os principais grupos de barreiras: as socioculturais, as econômicas, aquelas vinculadas à oferta educacional e as políticas, financeiras e técnicas, que muitas vezes se manifestam de forma combinada.

As barreiras socioculturais envolvem a discriminação racial, a exposição à violência e a gravidez na adolescência, entre outras questões. As barreiras econômicas dizem respeito à pobreza e, em particular, ao trabalho infantil (*ver texto Trabalho Infantil*). Entre as barreiras relacionadas à oferta educacional, estão a apresentação de conteúdos distantes da realidade dos alunos, a não valorização dos profissionais de educação, o número insuficiente de escolas, a falta de acessibilidade para alunos com deficiência, condições precárias de infraestrutura e de transporte escolar. As barreiras políticas, financeiras e técnicas tratam da insuficiência de recursos destinados à educação pública brasileira.



Foto: João Ripper/Imagens Humanas

Estudantes do Quilombo da Lapinha

Barreiras socioculturais

Discriminação racial afeta acesso e progressão nos estudos

Com impacto nas dimensões	1 médio	2 médio	3 muito intenso	4 muito intenso	5 muito intenso
As cores se referem à intensidade do impacto	Crianças em idade pré-escolar fora da escola	Crianças de 6 a 10 anos fora da escola	Crianças de 11 a 14 anos fora da escola	Crianças dos anos iniciais do EF em risco de abandono	Crianças dos anos finais do EF em risco de abandono

A discriminação racial é uma das principais barreiras que as crianças e os adolescentes brasileiros enfrentam para ter garantido seu direito à educação. Do total de excluídos da escola, a maioria é negra e parda: na faixa de 4 a 6 anos, 19,9% estão fora da escola, de acordo com o *Comunicado nº 66 Pnad 2009 – Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas*, do Ipea (ver Anexos, quadro 4). E a discriminação não se manifesta apenas na dificuldade de acesso mas também na continuidade da vida escolar.

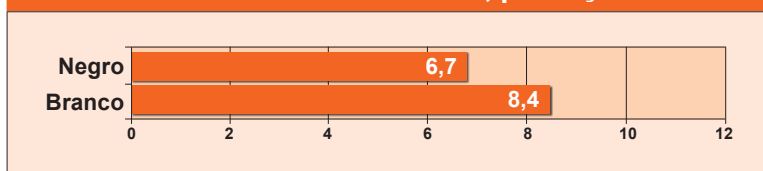
A média de anos de estudo da população negra é de 6,7 anos, ante 8,4 da branca (ver quadro 25). Essa diferença indica que as taxas de repetência e abandono escolar entre crianças e adolescentes negros são maiores que entre os brancos, como se pode constatar pelas taxas de frequência líquida da faixa de 15 a 17 anos (ver quadro 26), grupo que deveria estar no Ensino Médio. É uma evidência de que a discriminação racial interfere de forma significativa no rendimento escolar dos alunos do Ensino Fundamental.

No entanto, o Censo Escolar, do Inep, não faz o recorte por raça/etnia desses indicadores.

Entre a população negra de 15 anos ou mais de idade também há mais analfabetos (13,4%) que entre a população branca (5,9%), embora a redução da taxa tenha sido mais rápida para os negros – em média 0,76 ponto percentual ao ano – que para os brancos (0,27 ponto percentual ao ano) (ver quadro 27).

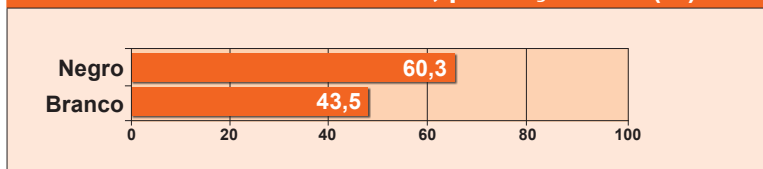
Dados da Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação, no documento sobre a missão Educação e Racismo no Brasil, também indicam como a discriminação afeta a escolaridade. Enquanto 70% das crianças brancas conseguem concluir o Ensino Fundamental, somente 30% das negras chegam ao final dessa etapa (Inep, 2007). De 1976 a 2006, o percentual de pessoas brancas com diploma universitário aos 30 anos de idade passou de 5% para 18%, e o percentual de pessoas negras na mesma situação foi de 0,7% para 4,3%. A diferença de acesso ao Ensino Superior entre pessoas brancas e negras, que era de 4,3 pontos em 1976, passou para 13 pontos em 30 anos (Ipea, 2008). Já o analfabetismo entre adolescentes negros de 12 a 17 anos é quase duas vezes maior do que entre

QUADRO 25 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por raça/etnia



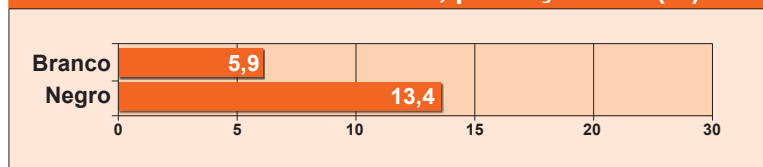
Fonte: IBGE/Pnad, 2009. Elaboração: Disoc/Ipea

QUADRO 26 - Taxa de frequência líquida da faixa de 15 a 17 anos de idade, por raça/etnia (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2009. Elaboração: Disoc/Ipea

QUADRO 27 - Analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade, por raça/etnia (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2009. Elaboração: Disoc/Ipea

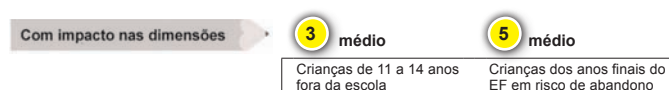
brancos. Além disso, um adolescente negro de 12 a 17 anos tem 42%²⁶ mais chances de estar fora da escola que um branco na mesma faixa etária.

Embora significativos, os números não são capazes de dimensionar a sutileza da discriminação e de mensurar o impacto negativo que ela exerce sobre o desempenho escolar. De acordo com Denise Carreira, Relatora Nacional do Direito Humano à Educação até o fim de 2011, o racismo não se concretiza só por meio de atitudes ativas (agressões, humilhações, apelidos, violências físicas), mas de forma mais “sutil”, por meio da falta de reconhecimento e de estímulo, da negação de uma história e de identidades, da desatenção, da distribuição desigual de afeto e da baixa expectativa positiva com relação ao desempenho de crianças, adolescentes e adultos negros.

A pesquisa *Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*, realizada em 2009 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e pelo Inep em 501 escolas de todos os estados brasileiros, revela dados significativos nesse sentido. Segundo o estudo, 99,3% dos respondentes – entre alunos, professores e outros integrantes da comunidade escolar – afirmaram ter algum tipo de preconceito, e 94,2% disseram ter preconceito de cunho etnoracial.

Práticas discriminatórias, como humilhações e agressões, têm, segundo a pesquisa, como principais vítimas os alunos, especialmente negros, pobres e homossexuais, com médias de 19%, 18% e 17%, respectivamente. A pesquisa mostra ainda que em escolas onde é elevado o nível de preconceito etnoracial também é forte o preconceito de natureza socioeconômica, e que essa situação afeta o desempenho escolar. As unidades de ensino onde há mais atitudes preconceituosas entre os alunos apresentaram resultados mais baixos nas avaliações de Matemática e Português da Prova Brasil 2007. Naquelas onde há maior conhecimento da ocorrência de situações de *bullying*, as avaliações na Prova Brasil também tendem a ser piores.

Evasão e abandono estão relacionados à gravidez na adolescência



No Brasil, a gravidez na adolescência vem diminuindo, acompanhando o decréscimo das taxas de fecundidade dos últimos anos. Dados do Ministério da Saúde mostram que a quantidade de partos de meninas e adolescentes entre 10 e 19 anos caiu 22,4% de 2005 a 2009. De 2000 a 2009, a maior queda ocorreu no último ano, quando foram realizados 444.056 partos em todo o país – 8,9% menos que em 2008 (*ver quadro 28*).

De acordo com dados do relatório *Situação da Adolescência Brasileira 2011* (UNICEF), entre as meninas de até 15 anos, no entanto, a tendência é oposta: a taxa de fecundidade vem crescendo nos últimos anos. Em 2004, eram 8,6 nascidos vivos por grupo de mil. Cinco anos mais tarde, a taxa verificada foi de 9,6 por mil. Pela legislação brasileira em vigência, as relações sexuais antes dos 14 anos são classificadas como estupro de vulnerável.

Ao analisar o total de nascimentos no país, considerando a idade das mães acima de 15 anos, os partos das mães adolescentes foram os que tiveram maior redução: os grupos de 15 a 19 anos e de 20 a 24 concentraram 93% dessa queda, de acordo com o relatório *Saúde Brasil 2009*, publicado em 2010 pelo Ministério da Saúde e instituições parceiras (*ver Anexos, quadro 62*). No entanto, do total de partos

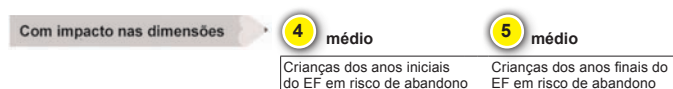
26 UNICEF, *Situação Mundial da Infância 2011*, com dados da Pnad 2009.

registrados em 2007, 20% foram de mães com idades entre 15 e 19 anos. Segundo o relatório, as regiões Norte e Nordeste são as que têm o maior número de partos nas faixas etárias mais adolescentes.

Não há pesquisas específicas recentes sobre a relação entre gravidez na adolescência e abandono escolar. No entanto, o estudo *Situação Educacional dos Jovens Brasileiros na Faixa Etária de 15 a 17 anos*, elaborado pelo pesquisador do Inep Carlos Eduardo Moreno Sampaio, realizado com base na análise da Pnad 2005, apresenta alguns dados que evidenciam essa relação. Segundo o levantamento, entre as meninas dessa faixa etária que estudam, 1,6% são mães. Esse número salta para 28,8% entre as adolescentes que estão fora da sala de aula. Isso mostra que a evasão e o abandono podem estar relacionados à gravidez na adolescência, em especial entre as adolescentes de famílias de baixa renda.

Segundo o relatório *Situação da Adolescência Brasileira 2011* (UNICEF), entre as meninas com idade entre 10 e 17 anos sem filhos, 6,1% não estudavam no ano de 2008. Na mesma faixa etária, entre as adolescentes que tinham filhos, essa proporção, de acordo com o relatório, chegava a 75,7%. Entre essas mesmas meninas, 57,8% delas não estudavam nem trabalhavam²⁷.

Violência afasta crianças e adolescentes da escola

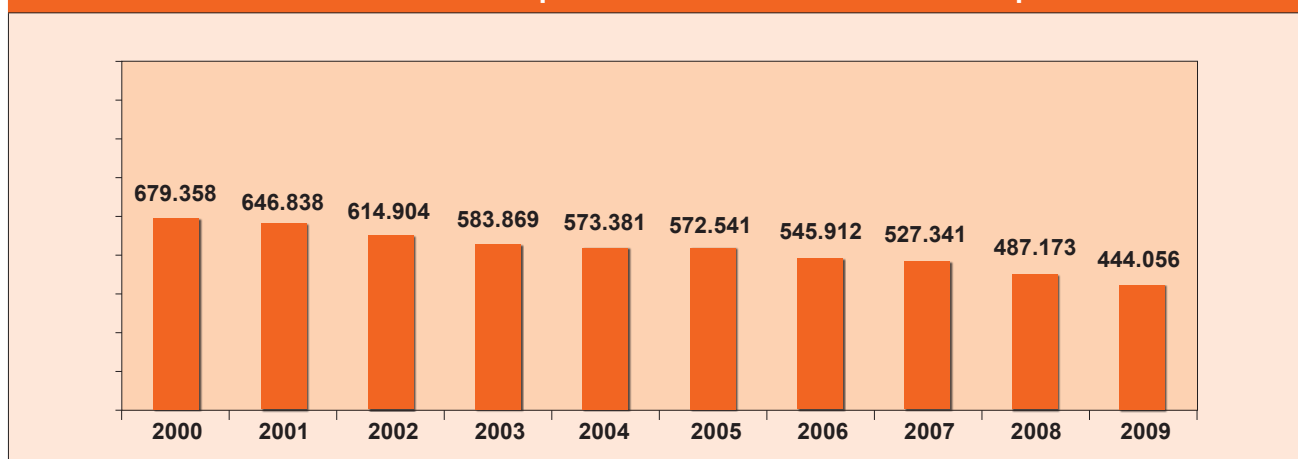


A violência é outro fator que contribui para afastar crianças e adolescentes da escola e se manifesta de diferentes maneiras. De acordo com a pesquisa *Bullying Escolar no Brasil*²⁸, realizada no âmbito da campanha Aprender Sem Medo, em 2009, pela Plan International, organização não governamental voltada para a defesa dos direitos da infância e para o combate à violência e aos abusos contra crianças em todo o mundo, 70% dos mais de 5 mil estudantes ouvidos nas cinco regiões do país apontam a existência de violência na sua escola. Em torno de 9% dos alunos afirmam ter visto colegas serem maltratados várias vezes por semana e 10% disseram ver esse tipo de situação todos os dias. Esses dados mostram que o *bullying* está presente de forma significativa nas escolas. E essa situação traz

²⁷ FONTOURA, Natália, PINHEIRO, Luana. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas, in *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*, CASTRO, AQUINO et ANDRADE, Ipea, Brasília, 2009.

²⁸ *Bullying*: atitudes agressivas de todas as formas, praticadas intencional e repetidamente, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Fonte: relatório da pesquisa *Bullying Escolar no Brasil* – Março de 2010 – Plan International.

QUADRO 28 - Número de partos de adolescentes na década passada



Fonte: Ministério da Saúde/Datasus, 20/1/2010

sérios prejuízos para o processo de aprendizagem. A pesquisa aponta que tanto vítimas da violência quanto agressores perdem o interesse pelas aulas e se sentem desmotivados a frequentar a escola.

O grande problema, segundo o estudo, é que, apesar de os gestores e os professores admitirem a existência de violência entre os estudantes, as instituições não estão preparadas para enfrentá-la. Não há procedimentos de prevenção, controle e correção da violência que é praticada na escola e no seu entorno pelos próprios alunos, situação reforçada pela crença de que essa questão não faz parte das atribuições das instituições de ensino, segundo dados levantados pela pesquisa.

A violência decorrente do conflito entre facções de traficantes de drogas também impacta negativamente o desempenho escolar das crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Segundo a pesquisa *Violência e Desempenho Escolar: Evidências dos Conflitos entre Traficantes de Drogas no Rio de Janeiro*²⁹, escolas próximas às áreas que sofreram maior aumento de conflitos ao longo do período 2004 a 2009 tiveram uma queda do desempenho escolar medido pela nota média na Prova Brasil dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental.

²⁹ Os autores da pesquisa são Joana Monteiro, pesquisadora visitante da Harvard Kennedy School, e Rudi Rocha, professor de economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

UMA EXPERIÊNCIA-MODELO NAS COMUNIDADES POPULARES DO RIO DE JANEIRO

Relacionado pelo Innovation Exchange – um banco de dados do NYC Global Partners (www.nyc.gov/html/unccp), site da prefeitura de Nova Iorque que divulga políticas públicas inovadoras, como uma das melhores práticas em educação do mundo, o programa Escolas do Amanhã, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, é desenvolvido em 152 escolas, que foram selecionadas porque se encontram em áreas conflagradas da cidade. Ao todo, o projeto abrange cerca de 107 mil alunos e 5,5 mil professores.

O programa começou a ser desenhado no início de 2009 e foi oficialmente lançado, já com algumas ações acontecendo, em 24 de agosto de 2009. “O que as Escolas do Amanhã têm é um olhar mais forte em duas questões importantes: a melhoria da aprendizagem e o combate à evasão escolar”, afirma a secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro Claudia Costin. “Nós temos o sucesso absoluto? Não, porque é muito complicado nesse tipo de área ter todas as crianças na escola”, conclui ela.

Segundo Claudia Costin, em dezembro de 2008, a evasão escolar na rede era de 2,6%. Nas áreas onde estão as Escolas do Amanhã, o índice era quase o

dobro: 5,1%. Dois anos depois, em dezembro de 2010, a evasão da rede caiu para 2,4% e nas áreas das Escolas do Amanhã baixou para 3,26%.

De acordo com o gerente do programa, André Ramos, o principal objetivo da iniciativa é obter um salto na qualidade da educação nessas escolas. O gerente diz que as metas a ser alcançadas variam de escola para escola e são baseadas no Ideb. “O Ciep 1º de Maio, em Santa Cruz, por exemplo, cresceu em números absolutos mais de 1 ponto na média. Uma melhora significativa em uma área de muita violência”, conta André Ramos.

O programa Escolas do Amanhã tem como pilares reforço escolar, Educação Integral e Metodologia Dinâmica de Aprendizagem, técnicas de aprendizagem baseadas em estudos de neurociência, que podem ajudar a superar os bloqueios provocados por anos e anos de violência.

“Está dando certo”, avalia Claudia Costin. “Agora, é persistência estratégica para avançar na aprendizagem, porque o esforço tem que ser ainda maior nessas escolas para que essas crianças possam construir o seu futuro”, conclui.

As estimativas indicam que os alunos de uma escola exposta a episódios de violência obtêm na Prova Brasil de Matemática cerca de 2,4 pontos a menos que alunos não expostos à violência, o que equivale a 5% do desvio-padrão das notas (estatística que indica o grau de variação entre elementos de um grupo). Segundo o estudo, eventos de violência também estão associados a maior taxa de reprovação e abandono dos alunos do 5º ano, principalmente entre negros e pardos.

Dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) em relatório publicado em 2006³⁰ também mostram que, dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e internação provisória, mais da metade não frequentava a escola e 90% não haviam concluído o Ensino Fundamental. Dos que cumpriam medida socioeducativa de semiliberdade, 58,7% estavam fora da escola formal antes de cometer o ato infracional.

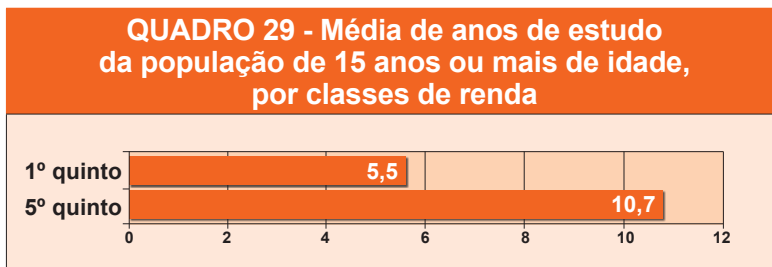
Estudo recente conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que analisou as unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei entre julho de 2010 e outubro de 2011, no âmbito do programa Justiça ao Jovem, apontou um cenário preocupante em relação à educação dos adolescentes em conflito com a lei. “De modo geral, cerca de 20% das unidades não oferecem nada e, em termos de estado, cerca de 30% têm uma proposta efetiva com relação à escolarização desses adolescentes”, alerta o juiz Reinaldo Cintra, um dos responsáveis pelo relatório.

Conclusão semelhante está no relatório *Direitos Humanos: Um Retrato das Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei*, da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, publicado em 2006. Das 30 unidades visitadas simultaneamente em 22 estados e no Distrito Federal, cinco (17%) estavam sem nenhum tipo de escolarização. “Algumas justificaram que era em função de reformas. Outras não tinham nenhuma explicação para o total descumprimento de uma das principais atividades que devem ser desenvolvidas dentro de uma unidade de internação de adolescentes em conflito com a lei”, aponta o relatório. Segundo a publicação, os adolescentes reclamaram, em praticamente todas as unidades, de ociosidade.

Barreiras econômicas

Embora as desigualdades de renda tenham diminuído nos últimos anos, principalmente pelo crescimento econômico do país e pelos programas de transferência de renda implantados pelo governo federal (*ver capítulo Políticas*), a pobreza extrema ainda atinge 4 milhões de domicílios brasileiros, segundo o Censo 2010, e dificulta o acesso de crianças e adolescentes à escola.

E mesmo os que conseguem ingressar enfrentam grandes dificuldades para avançar nos estudos. De acordo com dados da Pnad 2009, as pessoas das faixas mais ricas da população têm quase o dobro de anos de estudo que as das faixas mais pobres (*ver quadro 29*).



Fonte: IBGE/Pnad, 2009. Elaboração: Disoc/Ipea

³⁰ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase/Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: Conanda, 2006. Até o fim de 2012, será apresentada uma nova pesquisa sobre atendimento, escolarização e profissionalização de adolescentes em medidas socioeducativas. A nova pesquisa começou a ser realizada em setembro de 2011, em todos os estados. Os dados serão analisados por região e o levantamento completo deve ser apresentado no final deste ano pela Secadi e a Secretaria de Direitos Humanos.

Pobreza extrema dificulta o acesso à escola e a progressão nos estudos

Com impacto nas dimensões

1 muito intenso	2 muito intenso	3 muito intenso	4 muito intenso	5 muito intenso
Crianças em idade pré-escolar fora da escola	Crianças de 6 a 10 anos fora da escola	Crianças de 11 a 14 anos fora da escola	Crianças dos anos iniciais do EF em risco de abandono	Crianças dos anos finais do EF em risco de abandono

Os meninos e as meninas que se encontram hoje fora da escola ou em risco de exclusão são oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social (*ver capítulo Perfis*).

Em razão das dificuldades econômicas, muitas crianças acabam deixando a escola para trabalhar e ajudar na renda familiar ou mesmo para cuidar dos serviços domésticos, liberando suas mães para o trabalho remunerado. De acordo com a Pnad 2009, cerca de 4,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalham no país – um contingente quase equivalente à população da Costa Rica –, em média, 26,3 horas semanais (*ver Trabalho Infantil*).

É um número significativo, embora venha caindo nos últimos anos (em 2004, eram 5,3 milhões). Desse total, cerca de 123 mil eram crianças de 5 a 9 anos de idade; 785 mil, de 10 a 13 anos; e 3,3 milhões, de 14 a 17 anos.

O abandono escolar fica evidente quando se analisa a taxa de escolarização dos diferentes grupos etários. Enquanto entre as crianças de 5 a 13 anos 3,5% estão fora da escola, entre os adolescentes de 14 ou 15 anos essa taxa é de 12,1% e entre os de 16 ou 17 anos, de 26,4% (*ver quadro 30*).

Além de tirar as crianças da escola, o trabalho afeta seu rendimento escolar, que é inferior ao das crianças que só estudam. Uma comparação da pontuação obtida no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostra que tanto em Português como em Matemática, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o desempenho dos alunos que trabalham é menor que o daqueles que não o fazem (*ver Anexos, quadro 48*). Por isso, também são maiores entre as crianças trabalhadoras as taxas de repetência e de abandono.

QUADRO 30 - Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos, por grupos de idade

Especificação	Total	Grupos de idade		
		5 a 13 anos	14 ou 15 anos	16 ou 17 anos
Percentual de homens na população ocupada na semana de referência (%)	65,8	69,1	66,0	64,4
Nível da ocupação (%)	9,8	3,1	16,1	32,0
Rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> das pessoas ocupadas (R\$)	350,00	238,00	318,00	414,00
Rendimento médio mensal de trabalho (R\$)	278,00	98,0	205,00	336,00
Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana	26,3	15,8	24,0	31,8
Taxa de escolarização das pessoas ocupadas	82,4	96,5	87,9	73,6
Percentual de pessoas em atividade agrícolas na população ocupada (%)	34,6	57,5	36,2	24,3
Percentual de não remunerados na população ocupada (%)	30,0	51,0	34,8	18,8
Percentual de trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso na população ocupada (%)	9,4	19,7	9,5	5,1

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pnad, 2009

Barreiras vinculadas à oferta

Ainda são inúmeras as barreiras relacionadas à oferta educacional: da falta de transporte à infraestrutura inadequada para atender à demanda ou mesmo a não valorização dos profissionais de educação ou a dificuldade de acessibilidade para alunos com deficiência. Atuando em conjunto ou de forma isolada, essas barreiras acabam, muitas vezes, afastando as crianças e os adolescentes da sala de aula.

Falta de valorização do professor



Segundo dados do Inep e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), divulgados na Semana de Ação Mundial, em 2006, organizada, no Brasil, pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma professora de Educação Infantil ganha até 20 vezes menos que um juiz³¹. Já a remuneração de um professor de Ensino Médio é quase um quarto da de um delegado de polícia no país. “A ampliação do direito à educação no Brasil não foi seguida da ampliação nos investimentos na educação de um modo geral”, alerta Roberto Franklin Leão, presidente da CNTE.

Atualmente, a média salarial desses professores com Ensino Superior é, de acordo com o presidente da CNTE, 50% menor do que a média salarial de profissionais de outras categorias com o mesmo nível de formação.

Além de baixos, os salários ainda estão sujeitos às variações na situação econômica das regiões, dos estados e dos municípios, o que compromete a qualidade do ensino principalmente nas áreas mais pobres. Mesmo com o estabelecimento do piso nacional para os professores da Educação Básica da rede pública pela Lei nº 11.738/2008, no valor de R\$ 1.187 para uma carga horária de 40 horas semanais – cuja constitucionalidade foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2011 –, muitos municípios alegam dificuldades para arcar com esse valor sem recorrer à complementação do governo federal, por meio do Fundeb.

Segundo a pesquisa *Motivos da Evasão Escolar*³², coordenada pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ, 2009), 40,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos que evadem deixam de estudar porque acreditam que a escola é desinteressante. A necessidade de trabalho e geração de renda é apontada como o segundo motivo, com 27,1% das respostas. Já a dificuldade de acesso à escola aparece com 10,9%. De acordo com o relatório, a percepção da falta de oferta de escola se dá em quase metade das respostas (45,1%) “pela presença de deficiência ou incapacidade dos jovens, indicando a carência de escolas inclusivas ou especiais”. Ainda no campo das dificuldades de oferta vem, de acordo com o estudo, “a falta de vagas, cursos mais elevados e de escolas perto”, que responderam conjuntamente por 35,2%. A falta de documentação e a dificuldade de locomoção apareceram em 19,7% das justificativas.

³¹ Esses são os dados comparativos mais recentes disponíveis.

³² O estudo foi realizado com base nos suplementos de educação da Pnad de 2004 e da de 2006 e da Pesquisa Mensal do Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando as respostas diretas de pais e alunos sobre os motivos da evasão escolar. Pesquisa patrocinada pela Fundação Educar DPaschoal, movimento Todos pela Educação, Instituto Unibanco e Fundação Getúlio Vargas.

Problemas de acesso e de infraestrutura

Com impacto nas dimensões

4

muito intenso

5

muito intenso

Crianças dos anos iniciais do EF em risco de abandono

Crianças dos anos finais do EF em risco de abandono

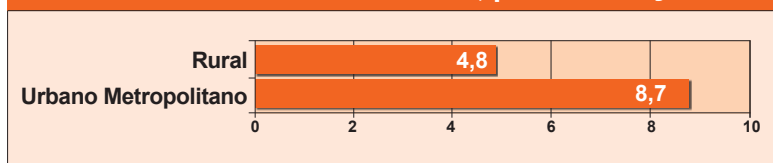
Um dos maiores desafios para a universalização de toda a Educação Básica é a grande dificuldade de acesso de professores e alunos às escolas de áreas rurais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Em diversos lugares, não há escolas suficientes para atender à demanda em locais próximos às residências. Quando elas existem, muitas crianças não têm acesso em razão de deficiências na rede de transporte escolar, ou demoram horas para chegar, o que desestimula a frequência. No entanto, não há dados específicos sobre quantas crianças estão fora da escola por falta de transporte escolar, apenas sobre os alunos que frequentam a escola e não têm acesso a esse serviço. De acordo com dados do Censo Escolar 2009, dos 6.680.375 alunos matriculados em escolas rurais no Brasil, 4.355.656 (cerca de 65%) não são atendidos por sistemas de transporte escolar público. As desigualdades são grandes entre as regiões. Enquanto no Sul 68% desses alunos são atendidos por transporte escolar, no Nordeste a taxa fica em torno de apenas 26%.

Além disso, muitos currículos estão desvinculados da realidade, das necessidades, dos valores e dos interesses dos estudantes residentes no campo, o que impede que o aprendizado, de fato, se

transforme em um instrumento para o desenvolvimento do meio rural.

QUADRO 31- Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por localização



Fonte: IBGE/Pnad, 2009. Elaboração: Disoc/Ipea

Em razão desses problemas, a escolaridade da população rural é muito menor que a da população urbana. De acordo com dados

ENCURTANDO DISTÂNCIAS

Uma pesquisa realizada pelo Ibope em 2010 para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Serviço Nacional de Aprendizagem (Senar), em dez estados das cinco regiões brasileiras, apontou que cerca de 10% dos estudantes que vivem nas zonas rurais levam mais de uma hora para chegar até a escola todos os dias. De acordo com o estudo, a maior dificuldade enfrentada pelos alunos dessas escolas (22%) é referente a transporte escolar (condições das estradas, distância, etc.).

Para facilitar o acesso à educação das crianças e dos adolescentes que vivem em regiões remotas e não são atendidos por transporte escolar público, algumas secretarias estaduais de Educação têm recorrido a soluções alternativas.

No estado do Amazonas, por exemplo, a saída encontrada pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (Seduc) para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes que vivem nas comunidades rurais mais distantes dos centros urbanos foi criar, em 2007, o projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica.

A partir do Centro de Mídias de Educação, são transmitidas aulas ao vivo para salas de aulas distribuídas por todo o estado, por meio de uma plataforma de TV interativa e videoconferência que opera em redes IP, conectadas a uma rede por satélite, que possibilita a interação, em tempo real, entre estudantes e professores. Para que isso seja possível,

da Pnad 2009, as pessoas que vivem nas cidades têm, em média, 3,9 anos de estudo a mais que aquelas que vivem nas zonas rurais (*ver quadro 31*).

Quando se analisa a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, as desigualdades são ainda maiores: na população urbana os analfabetos são 4,4%, na rural eles chegam a 22,8%.

Também o rendimento escolar da população rural é mais baixo que o da população urbana. Enquanto a taxa de reprovação no Ensino Fundamental nas escolas rurais é de 13,8%, nas urbanas fica em 10,6%; em relação ao abandono nessa mesma etapa, nas escolas rurais o índice é de 5,2%, ante 3,4% nas urbanas. O quadro é ainda pior em relação à distorção idade-série. No Ensino Fundamental, a distorção nas escolas rurais atinge 36,1% dos alunos, ante 21,3% nas urbanas (*ver quadro 32*). Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a diferença é grande: 32,2% (rural) e 15,3% (urbana) e se mantém elevada nos anos finais: 43,8% (rural) e 27,8% (urbana). A desigualdade é ainda maior entre as regiões do país. As taxas de distorção idade-série nas zonas rurais das regiões Norte e Nordeste chegam a ser duas vezes maiores que as das regiões Sul e Sudeste.

QUADRO 32 - Taxa de distorção idade-série no Brasil

Localização	Rede	Ensino Fundamental de oito e nove anos			Ensino Médio			
		1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	Total Fundamental	1ª Série	2ª Série	3ª Série	Total Médio ¹
		1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano					
Rural	Total	32,2%	43,8%	36,1%	47,2%	43,6%	43,3%	45,1%
Urbana	Total	15,3%	27,8%	21,3%	37,5%	32,2%	30,9%	34,2%
Total	Total	18,5%	29,6%	23,6%	37,8%	32,6%	31,3%	34,5%

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2010

¹ A taxa total do Ensino Médio considera também a 4ª série do Normal/Magistério e do Ensino Médio integrado à educação profissional.

cada uma das salas de aula integradas ao projeto tem, além de uma antena, um conjunto de recursos tecnológicos: um computador com acesso à internet, impressora, câmera para computador, microfone, telefone, estabilizador e um aparelho de televisão LCD. A carga horária dessa modalidade de curso é a mesma do ensino regular, assim como a quantidade de dias letivos – 200 por ano.

O currículo dos cursos oferecidos pelo projeto tem como norteadores os princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, permitindo a vinculação dos conhecimentos escolares com a realidade dos alunos.

Em 2011, o projeto atendeu 27 mil alunos do 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental e do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, em 1.500 comunidades rurais de todos os 62 municípios amazonenses. Em 2012, está atendendo 34 mil

alunos de 2.100 comunidades, com 1.700 salas de aula e 800 pontos de antena. Neste ano, além do Ensino Médio, estão sendo oferecidas também todas as séries da etapa final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos (1º ao 5º ano). Cerca de 2.100 profissionais atuam no projeto, que já registrou mais de 10 mil horas de aulas desde a sua implantação.

Em Tocantins, está sendo implantado um projeto piloto de educação de tempo integral em dez escolas da zona rural do estado. Além das disciplinas convencionais, o currículo prevê ensino de música, informática e xadrez, entre outras atividades, assim como aulas teóricas e práticas voltadas para a bovinocultura, a fruticultura e áreas afins, valorizando os saberes da terra. Como alternativa, também está sendo estudada a criação de unidades de ensino itinerantes, em ônibus-escola e barcos-escola.

Oferta de Educação Indígena ainda é insuficiente

Com impacto na dimensão

5 muito intenso

Crianças dos anos finais do EF em risco de abandono

Em relação à Educação Indígena, os índices educacionais têm melhorado nos últimos anos, mas há ainda barreiras a ser superadas. Uma delas é a ampliação da oferta de Ensino Médio. As matrículas nessa etapa de ensino não chegam a 6% do total da Educação Indígena no país; em relação apenas à Educação Básica, representam 15,7%, de acordo com o relatório *Um Olhar sobre a Educação Indígena – Com Base no Censo Escolar de 2008*, publicado pelo Inep em 2009 (ver quadro 33).

Apesar de não haver dados sobre a demanda por Ensino Médio nas escolas indígenas, o número de matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (55.435 e 27.615, respectivamente, de acordo com o Censo Escolar 2010) é um indicativo importante da dimensão do problema.

Outra barreira é a qualificação dos professores. De acordo com o relatório, a quantidade de docentes nas escolas indígenas com escolaridade insuficiente é grande: 41,3% (26) dos que atuam em creches, 42,5% (427) dos que lecionam na Pré-Escola e 40,6% (1.756) dos que ensinam nas primeiras séries do Ensino Fundamental não têm diploma de Ensino Médio na modalidade Normal ou Magistério, formação mínima para essas etapas de ensino. É ainda menor o número de professores com Licenciatura: apenas 21,2% (1.141) dos docentes dos anos finais do Ensino Fundamental e 51% (576) dos que atuam no Ensino Médio possuem o título, necessário para o exercício do magistério nesses níveis de ensino. Também há muito a avançar em relação ao uso de materiais didáticos específicos e à infraestrutura.

QUADRO 33 - Número de matrículas na Educação Indígena, por etapas ou modalidade de ensino

Etapas e modalidades de ensino		Brasil	Regiões					
			Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Educação Básica		205.871	107.554	43.992	5.606	18.136	30.583	
Ensino regular	Educação Infantil	Total	20.281	10.456	6.481	1.009	730	1.605
		Creche	1.314	461	578	249	26	–
		Pré-Escola	18.967	9.995	5.903	760	704	1.605
	Ensino Fundamental	Total	151.788	82.025	29.979	4.300	9.874	25.610
		Anos iniciais	112.358	59.030	24.113	3.129	7.336	18.750
		Anos finais	39.430	22.995	5.866	1.171	2.538	6.860
	Ensino Médio	Total	11.466	6.265	2.844	222	255	1.880
		Médio	10.282	5.414	2.680	222	255	1.711
		Normal/Magistério	980	647	164	–	–	169
		Integrado à educação profissional	204	204	–	–	–	–
Educação Especial		203	82	–	–	121	–	
Educação de Jovens e Adultos		20.766	7.359	4.688	75	7.156	1.488	
Educação Profissional		1.367	1.367	–	–	–	–	

Fonte: *Um Olhar sobre a Educação Indígena – Com Base no Censo Escolar de 2008*, publicado pelo Inep em 2009

Segundo o relatório, apenas 38,4% das escolas indígenas brasileiras (1.035) utilizam materiais específicos em sala de aula. E, apesar de 71,1% dessas escolas funcionarem em prédios escolares, é reduzida a existência de bibliotecas e salas de leitura (ver Anexos, quadro 50).

Educação oferecida em comunidades quilombolas é precária



A educação quilombola³³ tem desafios semelhantes aos da educação em geral, porém há menos informações sobre ela. De acordo com a Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, em 2010 haviam sido reconhecidas 1.624 comunidades remanescentes de quilombos no país, distribuídas por quase todos os estados brasileiros – mas estima-se que o total chegue a 3 mil. A educação oferecida nessas comunidades é bastante precária. Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, “o acesso à escola para as crianças quilombolas é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados e o currículo escolar está longe da sua realidade. Raramente, os alunos quilombolas veem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos”.

Das 1.696 escolas de Educação Básica existentes em áreas quilombolas, 1.554 (92%) estão localizadas em zonas rurais e apresentam os mesmos problemas dos demais estabelecimentos de ensino do campo. Elas frequentemente estão distantes das casas dos alunos, não apresentam infraestrutura adequada ao seu funcionamento, não têm docentes qualificados e poucas conseguem oferecer o Ensino Fundamental completo, menos ainda o Ensino Médio (ver quadro 34).

“Garantir a educação nestes territórios onde vive parcela significativa da população brasileira, respeitando sua história e suas práticas culturais, é pressuposto fundamental para uma educação antirracista”, alerta o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Segundo o documento, a implementação da Lei nº 10.639 nas comunidades quilombolas deve considerar as especificidades desses territórios para que as ações recomendadas no plano possam ter “qualidade e especificidade na sua execução”.

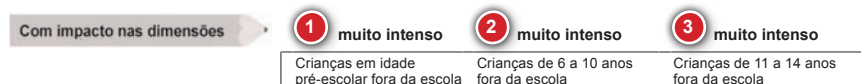
³³ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as comunidades quilombolas são grupos etnoraciais, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

QUADRO 34 - Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos

Ano	Matrículas na Educação Básica								
	Total	Etapas e modalidade de ensino							
		Educação Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
Total	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais							
2007	151.782	19.509	110.041	79.698	30.343	3.155	115	18.914	48
2008	196.866	25.492	137.114	88.726	48.388	8.432	102	24.977	749
2009	200.579	25.670	137.656	84.141	53.515	10.601	63	26.055	534
2010	210.485	28.027	145.065	89.074	55.991	12.152	134	25.052	55

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2007-2010

O desafio da educação inclusiva



As crianças com deficiência também enfrentam graves problemas de exclusão e discriminação. Embora seja obrigação do Estado promover e garantir o respeito à igualdade de direitos a todos, muitos obstáculos impedem seu livre acesso à escola e à educação inclusiva. Segundo o pareamento de dados do Programa BPC na Escola de 2010, fruto do cruzamento das informações contidas no Cadastro do BPC e o Educacenso (*ver capítulo Perfis*), entre os 409.202 beneficiários do BPC com deficiência, de até 18 anos, 192.312 (47%) estão fora da escola.

O acesso à educação fica ainda mais prejudicado de acordo com o tipo e o grau de deficiência. Em geral, as escolas recusam crianças com deficiência severa. Além disso, é muito difícil que a educação de crianças com deficiência avance além do Ensino Fundamental. Há poucas escolas de Ensino Médio que oferecem atendimento para adolescentes com deficiência, o que limita muito a sua inserção nessa etapa educacional.

O Censo Escolar 2010 confirma a dificuldade de progressão nos estudos das crianças com deficiência: enquanto 522.978 (cerca de 75%) cursam o Ensino Fundamental, apenas 28.667 (4%) estão no Ensino Médio (*ver quadro 35*). O número de estudantes nesse nível de ensino é muito mais baixo até que na Educação de Jovens e Adultos, embora venha crescendo bastante nos últimos anos.

Os problemas com transporte tornam o acesso de crianças com deficiência à escola ainda mais difícil. Segundo pesquisa realizada por Irene Rizzini³⁴, diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas

³⁴ "A família nos dispositivos de cuidados para crianças e adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental: promovendo o direito à convivência familiar", 2008. Os resultados da pesquisa têm como base informações coletadas por meio de 30 entrevistas (com familiares e profissionais responsáveis por serviços de atendimento) e dois estudos de caso de adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental.

BUSCA ATIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Um dos maiores desafios para a inclusão de crianças com deficiência na escola é justamente determinar quantas são e onde estão. Por vários motivos, que incluem desde o preconceito da sociedade e da própria família até a resistência das escolas em receber essas crianças, elas acabam se tornando "invisíveis" às estatísticas educacionais oficiais.

Por isso, em 2009, a coordenação de Educação Especial da Secretaria de Educação de Salgueiro, município do sertão de Pernambuco, iniciou um trabalho de busca ativa por crianças e adolescentes com deficiência para matriculá-los nas escolas da rede municipal de ensino.

O primeiro passo foi estabelecer uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para engajar os agentes

comunitários de saúde na identificação das crianças com deficiência, aproveitando as visitas que fazem a todos os domicílios do município. Com os dados em mãos, os profissionais da coordenação de Educação Especial visitaram as famílias para identificar os motivos da exclusão escolar dessas crianças e mostrar a necessidade de matriculá-las na Educação Básica.

De acordo com a coordenadora da Educação Especial de Salgueiro, Patrícia Lourenço, um dos maiores desafios foi convencer os pais de que as escolas tinham condições de receber as crianças e atendê-las de forma adequada. Apesar das dificuldades de infraestrutura, as crianças foram matriculadas e permanecem na escola. Em alguns casos, foi feita uma parceria com a Secretaria Estadual de

sobre a Infância (Ciespi), no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, em 2008, há pouca oferta de transporte, o que dificulta ou impede o acesso à escola e aos locais para tratamento. De acordo com o estudo, esse é um problema apontado por todas as famílias.

O país tem avançado na inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Em 1998, 87% das matrículas eram em escolas especializadas ou classes especiais e apenas 13% em escolas regulares ou classes comuns, porque somente em 1996 a LDB estabeleceu que “pessoas com necessidades educacionais especiais” deveriam ser atendidas preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 2010, 31% das matrículas de pessoas com deficiência estão em escolas especiais e 69% em escolas regulares. No entanto, os matriculados enfrentam enorme preconceito. Na já mencionada pesquisa

QUADRO 35 - Número de matrículas da Educação Especial, por etapa

Ano	Total	Modalidade especial						Alunos incluídos					
		Total	Educação Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Educação Profissional	Total	Educação Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Educação Profissional
2007	654.606	348.470	64.501	224.350	2.806	49.268	7.545	306.136	24.634	239.506	13.306	28.295	395
2008	695.699	319.924	65.694	202.126	2.768	44.384	4.952	375.775	27.603	297.986	17.344	32.296	546
2009	639.718	252.687	47.748	162.644	1.263	39.913	1.119	387.031	27.031	303.383	21.465	34.434	718
2010	702.603	218.271	35.397	142.866	972	38.353	683	484.332	34.044	380.112	27.695	41.385	1.096

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2007-2010

Nota: 1) Incluídos - Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns do Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos.
2) Classe Especial - Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns do Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos.
3) Escolas Exclusivas - Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Escolas Exclusivamente Especializadas.

Educação de Pernambuco para que as crianças pudessem ser atendidas nas escolas estaduais localizadas em Salgueiro.

Outra iniciativa bem-sucedida de busca ativa de crianças com deficiência foi implantada no Rio Grande do Norte pelo Ministério Público (MP) do estado em parceria com os Correios. Em 2003, o MP, por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso, das Pessoas com Deficiência e Minorias Étnicas, verificou que cerca de 17% da população do Rio Grande do Norte tinha alguma deficiência, no entanto menos de 1% dos alunos matriculados na rede pública de ensino eram crianças e adolescentes com deficiência. Uma evidência de que as pessoas com deficiência não tinham garantido seu direito de acesso à educação. Assim, por meio de um convênio com os Correios, os carteiros foram capacitados para identificar as famílias em que havia crianças e adolescentes com deficiência fora da escola em três municípios

da região metropolitana de Natal, por meio da aplicação de um questionário no momento da distribuição das correspondências.

Com o levantamento realizado pelos carteiros, essas famílias foram convocadas para explicar os motivos pelos quais seus filhos não estavam na escola. Então, o MP buscou soluções para eliminar as causas da exclusão. Também estabeleceu um convênio com o UNICEF para identificar as mudanças necessárias para ampliar a acessibilidade das escolas.

Atualmente, o MP faz o levantamento das crianças com deficiência fora da escola em todo o estado. No interior, conta com o apoio dos agentes do programa Saúde da Família que visitam regularmente a população. Também realiza uma busca nos centros de saúde que atendem pessoas com deficiência e um cruzamento dos dados do programa BPC na Escola com o Censo Escolar para identificar aquelas que ainda não estão na escola.

sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar (Inep/Fipe, 2009), 98,9% dos respondentes confirmaram predisposição de manter algum grau de distância em relação a pessoas com deficiência intelectual e 96,2% a pessoas com deficiência física.

Uma das principais barreiras a vencer para trazer mais crianças com deficiência para a escola é a resistência tanto por parte das escolas regulares quanto dos profissionais das escolas especiais, bem como dos próprios pais e responsáveis, que ainda se sentem inseguros em relação à capacidade das instituições de ensino regular de atender adequadamente seus filhos.

Outra barreira é a adequação das escolas regulares para receber as crianças com deficiência, como também a falta de preparo dos professores para lidar com essas crianças e adolescentes³⁵, condição fundamental para a mudança de mentalidade e a superação da discriminação. Apesar do crescimento expressivo no número de salas de recursos multifuncionais implantadas pelo MEC nos últimos cinco anos, as 24.301 disponíveis hoje são poucas em relação ao número total de escolas regulares com matrículas na Educação Especial: 68.285.

Pouca oferta na Pré-Escola



O acesso das crianças de até 5 anos de idade à creche e à escola também esbarra na limitação de oferta de vagas. As matrículas na Educação Infantil vêm crescendo, mas as creches e escolas existentes ainda não são suficientes para atender à demanda. De acordo com dados do terceiro relatório *Um Brasil para as Crianças e os Adolescentes*, publicado pela Fundação Abrinq - Save the Children, em 2011, estima-se que seja necessária a construção de 12 mil novas creches³⁶ para atender à atual demanda por Educação Infantil no país.

Em comunidades populares de grandes centros urbanos, o problema é ainda mais grave. Segundo pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), para a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), em seis comunidades cariocas pacificadas (Cidade de Deus, Ladeira dos Tabajaras, Cantagalo, Providência, Batam e Pavão-Pavãozinho), o número de crianças de até 6 anos em Creche e Pré-Escola varia de 41,9% (Batam) a 74,5% (Ladeira dos Tabajaras). Os índices apontam a falta de unidades de Educação Infantil nas comunidades.

³⁵ Não há dados sobre formação de professores para trabalhar com crianças com deficiência.

³⁶ O relatório trata apenas do número de creches que deveriam estar prontas e funcionando para atender as crianças de até 3 anos.

QUADRO 36 - Estimativa de funções docentes necessárias para o atendimento a crianças de 4 e 5 anos

Região	Alunos/Turma (A)	Não atendidos (B)	Funções docentes (B/A)
Norte	20	261.423	12.873
Nordeste	18	462.934	25.742
Sul	17	351.522	20.821
Sudeste	19	566.508	30.173
Centro-Oeste	18	190.566	10.347
Brasil	19	1.832.953	99.955

Fonte: Boletim *Na Medida*, do Inep, de janeiro de 2011

E o número de estabelecimentos não é o único problema. De acordo com um estudo do Inep publicado em 2011, é necessário aumentar em quase 40% o número de professores em todo o país (o equivalente a 100 mil) apenas para atender as crianças de 4 e 5 anos que ainda não estão na Pré-Escola. Esse dado foi calculado por meio da divisão do número de crianças de 4 e 5 anos não atendidas pelo número médio de alunos por turma (ver quadro 36). As regiões Centro-Oeste e Norte são as que apresentam maior déficit de professores. Precisam expandir em 62,33% e 58,75%, respectivamente, o número de funções docentes para atender à demanda. A Região Nordeste é a que apresenta melhor desempenho entre todas as regiões (ver quadro 37).

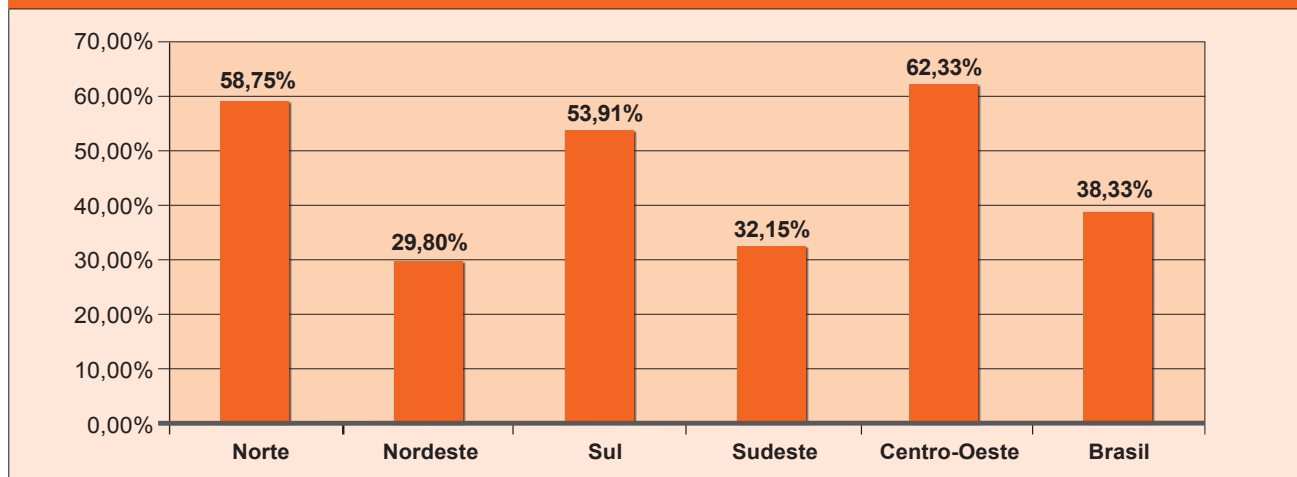
O gargalo do Ensino Médio

Segundo o estudo *Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil – Próximos Passos*, do Banco Mundial, nenhum segmento do sistema brasileiro de educação mostra tão claramente a disparidade na qualidade quando comparado aos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) quanto o Ensino Médio: 42% dos estudantes estão matriculados em escolas noturnas que oferecem até quatro horas de instrução por dia – em comparação a sete horas ou mais da maioria dos países da OCDE; o currículo é voltado para a memorização, e praticamente todas as redes estaduais enfrentam grave escassez de professores capacitados em Matemática e Ciência. Nesta etapa de ensino, o Censo Escolar 2010 mostra que há uma estabilidade na oferta. Nesse ano, houve um aumento de apenas 0,2% em relação a 2009 (ver quadro 38).

Em termos de infraestrutura, os alunos matriculados no Ensino Médio têm mais acesso a recursos educacionais que os estudantes de outras etapas, inclusive do Ensino Fundamental, que esteve no centro das políticas públicas nos últimos 20 anos (ver Anexos, quadros 53 e 54). No entanto, falta ampliar o número de laboratórios de ciências, de bibliotecas e de salas de leitura, recursos básicos para garantir a efetividade dos processos de ensino e aprendizagem.

Os dados mostram que outra grande barreira para a universalização do Ensino Médio reside na dificuldade dos estudantes do Ensino Fundamental em concluir essa etapa da escolarização. De acordo com a Pnad 2009, quase metade (46,2%) abandona a escola antes disso. Isso significa que, para ampliar o acesso ao Ensino Médio, é preciso atingir a universalização também na conclusão do Ensino Fundamental, não apenas no seu acesso, e que isso seja feito na idade adequada, para evitar problemas no fluxo escolar. Apenas 70,4% das crianças conseguem finalizar o Ensino Fundamental com a idade esperada, 14 anos. O número das que concluem o Ensino Médio com 17 anos é menor ainda, 68,7%, de acordo com dados do Censo Escolar 2010.

QUADRO 37 - Estimativa da demanda por expansão do total de funções docentes, por região



Fontes: IBGE/Pnad, 2008, e Censo Escolar 2009

Hoje, 14,8% dos adolescentes brasileiros entre 15 e 17 anos (1.539.811 adolescentes) estão fora da escola e apenas metade dos que frequentam a escola está no Ensino Médio, a etapa da escolarização adequada à faixa etária. A média de anos de estudo desse grupo é de 7,3, menos do que o necessário para completar o Ensino Fundamental obrigatório, de acordo com dados da Pnad 2009. Ou seja, apesar de passar em média aproximadamente dez anos na escola, os estudantes brasileiros completam com sucesso pouco mais de sete séries (ver Anexos, quadro 56).

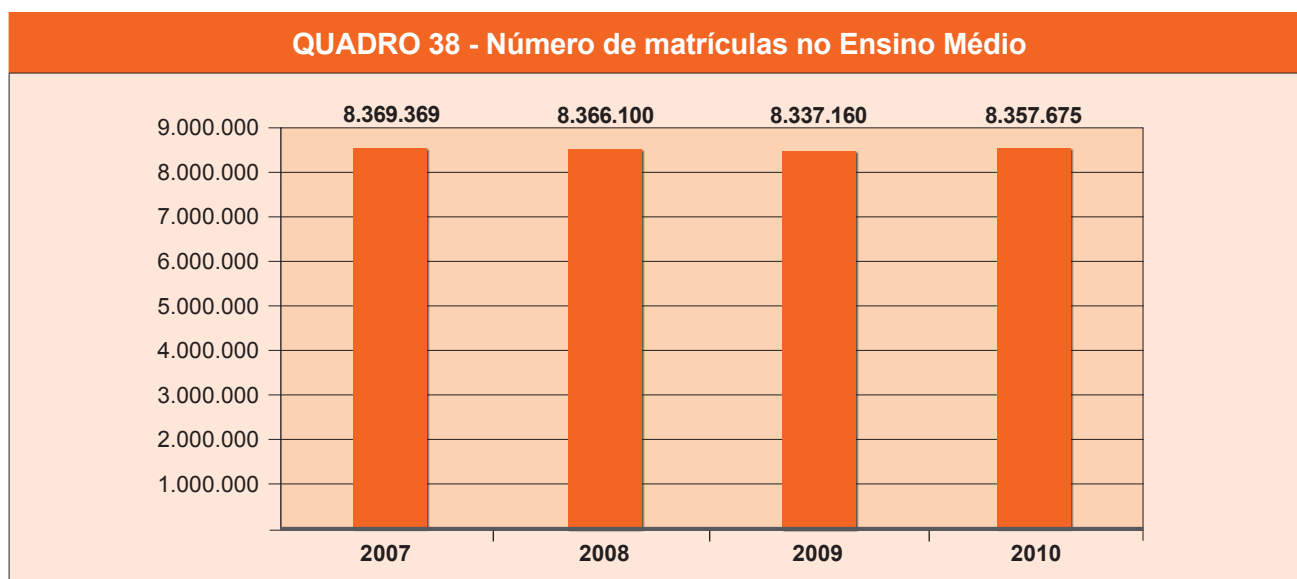
São as sucessivas reprovações e abandonos, ao lado do ingresso tardio na escola, que acabam por elevar o número de anos necessários para que os alunos concluam a Educação Básica, provocando fortes distorções entre a idade do aluno e a série cursada.

No entanto, se houver a correção de fluxo do Ensino Fundamental, a capacidade instalada para a oferta de Ensino Médio pode ser insuficiente para incorporar, em curto período de tempo, o contingente de adolescentes de 15 a 17 anos que deveriam frequentar esse nível de ensino, segundo análise do Ipea no *Comunicado nº 66 Pnad 2009 – Primeiras Análises: Situação da Educação Brasileira – Avanços e Problemas*. Como, a partir de 2016, o Ensino Médio será obrigatório, assim como hoje é o Ensino Fundamental, a ampliação da oferta representa um grande desafio, que precisa ser tratado com urgência para que o direito de cada um desses adolescentes seja garantido.

Qualificação dos professores: uma barreira importante em todas as dimensões

A qualificação dos professores é uma grande barreira em todas as dimensões do estudo global e um dos focos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – que, entre vários outros objetivos, busca estimular a ampliação do acesso dos educadores à universidade.

Segundo o relatório *Estudo Exploratório Sobre o Professor Brasileiro – Com Base nos Resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*, publicado pelo Inep em 2009, 1.288.688 docentes tinham nível superior completo (68,4% do total). Desses, 1.160.811 (90%) cursaram Licenciatura, formação necessária para atuar na Educação Básica. Entre os professores com escolaridade



Fonte: Resumo Técnico, Censo Escolar 2010

de nível médio, 82,1% cursaram a modalidade Normal ou Magistério, formação mínima para dar aulas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (*ver quadro 39*).

Há ainda 119.323 professores que necessitam completar a formação mínima para lecionar na Educação Básica, os chamados “professores leigos” (6,3% do total) – com diploma de Ensino Fundamental ou de Ensino Médio sem habilitação para Magistério. Desses, 15.982 cursaram apenas o Ensino Fundamental – a maior parte deles (cerca de 53%) está na Região Nordeste.

No Ensino Médio, a maior parte dos professores em atuação tem a escolaridade mínima exigida por lei: 87% (360.577) têm curso superior com Licenciatura. Apenas 6,4% (26.556) possuem nível superior sem Licenciatura e 6,6% têm somente nível Médio ou Fundamental. De modo geral, os professores dessa etapa de ensino aprofundam sua formação em áreas específicas de conhecimento. Mais de 70% deles dão aulas de apenas uma disciplina (*ver Anexos, quadro 61*).

O número de alunos atendidos nas escolas em que trabalham professores de baixa escolaridade chega a 600 mil, de acordo com o relatório do Inep. É no Ensino Fundamental que atua o maior percentual de professores sem a formação exigida por lei (cerca de 60%) – e, assim, onde estão os principais desafios das políticas de melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica.

Barreiras políticas, financeiras e técnicas



Hoje, o financiamento da educação no Brasil baseia-se no conceito de vinculação de recursos. De acordo com esse conceito, estados e municípios devem destinar 25% do que arrecadam com impostos para os gastos com a educação. E a União, 18%. Cada uma dessas instâncias deve investir em sua área prioritária: municípios, em Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais); estados, em Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio e universidades estaduais; e a União, na manutenção de sua rede própria, composta de universidades e escolas técnicas, além de apoiar os estados, os municípios

QUADRO 39 - Escolaridade e formação dos professores da Educação Básica

	Total	Nível Fundamental		Nível Médio				Nível superior			
				Médio		Normal ou Magistério		Com Licenciatura		Sem Licenciatura	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Educação Básica	1.882.961	15.982	0,8	103.341	5,5	474.950	25,2	1.160.811	61,7	127.877	6,8
Creche	95.643	2.896	3,0	9.465	9,9	43.027	45,0	35.570	37,2	4.685	4,9
Pré-Escola	240.543	3.239	1,3	14.837	6,2	99.435	41,3	109.556	45,5	13.476	5,6
Ensino Fundamental anos iniciais	685.025	5.515	0,8	38.623	5,6	221.468	32,3	376.421	54,9	42.998	6,3
Ensino Fundamental anos finais	736.502	3.872	0,5	32.767	4,4	120.592	16,4	540.496	73,4	38.775	5,3
Ensino Médio	414.555	441	0,1	12.196	2,9	14.785	3,6	360.577	87,0	26.556	6,4

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2007

e o Distrito Federal na Educação Básica. Essa divisão de responsabilidades foi estipulada pela Constituição Federal de 1988. Mas criou, na época, uma grande disparidade, conforme relata um recente estudo do Banco Mundial³⁷: “Enquanto os gastos por aluno nas escolas primárias municipais em algumas partes do Nordeste do Brasil ficavam em menos de R\$ 100 por ano – mais baixo do que os gastos na Nicarágua e na Bolívia, na época –, em escolas da rede estadual, na mesma região, eram de R\$ 600; ou podiam chegar a R\$ 1.500 em escolas das redes municipais ou estaduais da Região Sudeste do país”.

Em 1996, o governo federal criou o Fundef para combater essas disparidades (*ver capítulo Políticas*). Por esse sistema, boa parte dos impostos arrecadados pelos estados e municípios que eram vinculados a gastos com a educação ia para esse fundo e deveria ser redistribuída nas redes de escolas públicas de cada estado, fossem elas municipais ou estaduais. Em 1998, primeiro ano de implementação do Fundef, o gasto por aluno foi fixado em R\$ 315. O que faltasse para complementar esse valor médio deveria ser completado pela União. Segundo a análise do Banco Mundial, essa medida teve grande impacto no incremento de matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas redes municipais de ensino (de 77%, em 1994, para 82%, em 2008). “O Fundef levou a uma grande aceleração do processo de quase universalização do Ensino Fundamental, com a crescente municipalização dessa etapa do ensino”, explica Salomão Ximenes, da ONG Ação Educativa. “O interesse em receber ou não perder aquele recurso criou uma espécie de competição entre as redes estaduais e municipais pelos alunos”, completa. A partir de 2007, o Fundef foi substituído pelo Fundeb, que introduziu algumas mudanças importantes. A principal é que englobou toda a Educação Básica. Ou seja, passou a abranger não apenas o Ensino Fundamental mas também a Educação Infantil, o Ensino Médio, a Educação Especial, a EJA e o Ensino Profissionalizante. Também aumentou a base de impostos com arrecadação vinculada a gastos com a educação e estipulou uma participação fixa, assegurada pela Constituição Federal, da União. O governo federal tem que colocar uma complementação equivalente a pelo menos 10% da soma de todos os recursos encaminhados ao Fundeb por estados e municípios.

Na avaliação do Banco Mundial, ao elevar os gastos mínimos no Ensino Básico, o Fundef e o Fundeb contribuíram significativamente para o incremento nos investimentos em educação no Brasil a partir de 1998. Enquanto o gasto educativo era o equivalente a 2% do PIB em 1995, em 2009 esse percentual chegou a 5% (*ver quadro 40*).

QUADRO 40 - Gastos com educação

Ano	Como porcentagem do PIB	Como porcentagem do gasto público social
2003	3,9	13,8
2004	3,9	13,7
2005	3,9	14,5
2006	4,3	16,2
2007	4,5	16,2
2008	4,7	17,5
2009	5,0	16,8

Nota: Somente gastos públicos; todos os níveis de ensino. Não se incluem nestas informações as despesas com aposentadorias e pensões, investimentos com bolsas de estudo, financiamento estudantil e despesas com juros, amortizações e encargos da dívida da área educacional.

Fontes: Sistema do Tesouro Nacional (STN/Siafi); Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação (Siope); IBGE; MEC/Inep, 2003-2009

Conforme destaca o estudo do Banco Mundial, além de estimular a elevação global dos gastos em educação básica, o Fundef e o Fundeb contribuíram para melhorar a equidade desses investimentos em todas as regiões do país e redes de ensino. Mas, em ambas as questões, o quadro está longe de ser o ideal.

Dados levantados por uma pesquisa realizada pela Undime entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011 para sistematizar o perfil dos gastos educacionais nos municípios brasileiros mostram que ainda persiste uma grande desigualdade entre as regiões. “O valor médio encontrado em Creche no Nordeste

³⁷ *Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda*, Human Development Sector Management Unit/Latin America and the Caribbean Regional Office/ World Bank, dezembro/2010.

representa apenas 36,5% da média nacional. Por outro lado, o valor encontrado no Sudeste é 4,4 vezes maior do que o praticado no Nordeste e 1,6 maior do que a média nacional. Mesmo no Ensino Fundamental, que possui uma base redistributiva, via política de fundos, há 15 anos, a diferença entre Sudeste e Nordeste é de quase duas vezes (1,91)", aponta o relatório do estudo³⁸ (*ver Anexos, quadro 69*).

A pesquisa também comparou os dados levantados com os valores propostos pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) de 2009, na versão descrita no Parecer nº 8/2010 do Conselho Nacional de Educação, e os dados coletados na Região Nordeste³⁹. Na Região Nordeste, os municípios aplicaram no atendimento em Creche apenas 29,1% do que seria necessário para estabelecer um padrão mínimo de qualidade segundo o CAQi. Na Pré-Escola, os municípios nordestinos chegaram a 60,6% (*ver Anexos, quadro 70*). "Por fim, considerando que o CAQi é indexado pelo PIB *per capita* e 2009 (ano-base do presente estudo) foi um ano de baixo crescimento econômico, decorrente da crise econômica mundial, estima-se que a distância entre o valor mínimo determinado por esse indicador e o investimento realizado nas regiões Nordeste e Norte do país tenha aumentado nos anos seguintes", alerta o relatório da Undime.

O quadro é ainda mais sério se considerarmos os investimentos que precisarão ser feitos para implementação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que determina a ampliação do ensino obrigatório para a faixa dos 4 aos 17 anos até 2016.

Em um estudo sobre os investimentos necessários para implementar essa medida, Thiago Alves e José Marcelino de Rezende Pinto⁴⁰ estimam que as redes públicas precisariam absorver um contingente de 3,96 milhões de alunos para universalizar a Educação Básica na faixa populacional dos 4 aos 17 anos, levando em conta dados da Pnad 2008. O percentual maior desses novos alunos estaria nas duas pontas do sistema – 27,2% na Educação Infantil e 15,9% no Ensino Médio.

No esforço para incluir essa parcela de crianças e adolescentes que estão fora da escola, o país precisaria ampliar as matrículas em 9,3%, em média. Mas, quando se observa a questão regionalmente, surgem as disparidades. Na Região Norte, por exemplo, essa expansão deveria ser de 12,6% – e, entre os estados que a compõem, maior esforço deveria ser feito por Rondônia (18,5%) e Acre (15,6%). No Centro-Oeste, a expansão deverá ser de 11,5%, no Sul, de 11,7%, no Nordeste, de 8,8%, e no Sudeste, de 7,6%.

O estudo analisou também o impacto das novas matrículas no valor disponível por aluno no Fundeb. Levando em consideração os valores estimados para 2010, os pesquisadores avaliaram que, caso toda a população de 4 a 17 anos fosse atendida pela Educação Básica, haveria uma queda de 9% do valor/aluno na média nacional. Essa queda seria variável de estado para estado. Rondônia teria a maior queda no valor médio por aluno (14,4%), seguido por Mato Grosso (12,7%), Alagoas (12,5%), Rio Grande do Sul (12,5%) e Goiás (12,1%). "Considerando a estimativa de arrecadação tributária dos estados e dos municípios para 2010, seria necessário um adicional de recursos do Fundeb em âmbito nacional da ordem de R\$ 7,97 bilhões, o que representa um crescimento de 9,5% no orçamento do fundo para que a entrada de novos alunos não represente uma redução no já reduzido valor por aluno proporcionado pelo atual mecanismo de financiamento", conclui o estudo.

38 Relatório da pesquisa *Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009*. Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Brasília, fevereiro de 2012.

39 Os valores calculados pelo parecer possuem duas diferenças em relação aos dados da pesquisa da Undime. O CAQi faz distinção entre valores para matrículas urbanas e rurais, dado não analisado pela pesquisa. Assim, a comparação feita entre "séries iniciais" da pesquisa e "séries iniciais urbanas" do CAQi devem levar esse ponto em consideração.

40 "Quem serão os potenciais ingressantes na Educação Básica brasileira com a ampliação da obrigatoriedade escolar?", de Thiago Alves e José Marcelino de Rezende Pinto, no livro *Federalismo e Políticas Educacionais na Efetivação do Direito à Educação no Brasil*, organizadores: Andréa Barbosa Gouveia, José Marcelino de Rezende Pinto e Paulo Roberto Corbucci, Brasília: Ipea, 2011.

Para o pesquisador José Marcelino de Rezende Pinto, não basta o patamar de financiamento do Fundeb anterior à ampliação da obrigatoriedade de ensino para a faixa dos 4 aos 17 anos. Ele defende que é preciso avançar para “um padrão de financiamento por aluno que assegure uma qualidade aceitável para as escolas públicas. (...) Assim como são inaceitáveis as grandes discrepâncias regionais no gasto por aluno da rede pública, que foram minoradas com o Fundeb, mas que ainda são significativas”⁴¹. É nessa direção também que especialistas como Salomão Ximenes, mestre em Educação e coordenador executivo do Programa Ação na Justiça, da ONG Ação Educativa, defendem que o país deve caminhar. “Não é possível que o Brasil continue a financiar tão desigualmente o direito à educação. A experiência tem mostrado que apenas a vinculação de recursos não é suficiente para garantir a equidade dos investimentos e uma educação de qualidade. Por isso, a partir de 2003, os movimentos ligados à melhoria da educação no país começaram a desenvolver a ideia do custo aluno-qualidade”, explica Ximenes.

Segundo Salomão Ximenes, de acordo com as regras estabelecidas na criação do Fundeb, deveria ser criado um índice do padrão nacional de qualidade do ensino. Ou seja, deveria ser estipulado um valor de gasto por aluno que realmente garanta uma educação de qualidade. “A ideia seria que esse valor por aluno fosse calculado com relação ao padrão de qualidade. Com isso, a União teria que complementar mais do que 10%, que é o mínimo”, diz ele.

Para o pesquisador Jorge Abrahão de Castro, que está à frente da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), do Ipea, além de ampliar o acesso para incluir as crianças e os adolescentes que ainda estão fora da escola, é necessário que a escola também invista na melhoria da qualidade do ensino que oferece. E especialmente concentre seus esforços em se adaptar às necessidades de um novo público, que chega com a inclusão das camadas mais vulneráveis trazidas para a escola por meio de programas sociais como o Bolsa Família. “Essas crianças e adolescentes vêm de lares em que os pais têm baixa escolaridade, por exemplo, e a escola precisa saber como se relacionar com essa família, o que oferecer para esse aluno”, diz Abrahão.

De acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é preciso destinar, no mínimo, 31,4 bilhões de reais a mais à Educação Básica para garantir um padrão mínimo de qualidade (*ver Anexos, quadro 71*). “Para fazer com que a educação se torne um instrumento de equidade e prosperidade, o Brasil precisa investir, por dez anos, cerca de 8% do PIB ao ano em Educação Básica. Hoje isso representaria um esforço total de cerca de R\$ 251 bilhões, o dobro do que é investido”, afirma Daniel Cara, coordenador geral da Campanha⁴².

Embora a melhoria da educação envolva mais questões além da ampliação dos recursos financeiros destinados à área, sem um financiamento apropriado não é possível estabelecer as bases necessárias para caminhar nesse sentido, que incluem remuneração decente e formação continuada aos professores das redes públicas, infraestrutura adequada nas escolas, ampliação no número de vagas, entre outras ações. Por isso, é necessário implantar políticas de gastos públicos para a educação que elevem o investimento no setor e aprimorem a gestão dos recursos disponíveis.

41 “Quem serão os potenciais ingressantes na Educação Básica brasileira com a ampliação da obrigatoriedade escolar?”, de Thiago Alves e José Marcelino de Rezende Pinto, no livro *Federalismo e Políticas Educacionais na Efetivação do Direito à Educação no Brasil*, organizadores: Andréa Barbosa Gouveia, José Marcelino de Rezende Pinto e Paulo Roberto Corbucci, Brasília: Ipea, 2011.

42 *O custo da qualidade*, de Daniel Cara, 13 de abril de 2011, *Carta Capital*.

Sumário analítico

Os indicadores analisados mostram que são várias as barreiras que impedem o acesso de todas as crianças e de todos os adolescentes à escola e a conclusão dos estudos na idade adequada.

No que diz respeito às barreiras socioculturais, um dos principais obstáculos enfrentados pelos estudantes brasileiros é a discriminação racial. Todos os indicadores de acesso à escola e conclusão dos estudos mostram que as crianças e os adolescentes negros estão em desvantagem em relação aos mesmos grupos etários da população branca. A exposição à violência e a gravidez na adolescência também são outras condições que afetam de forma significativa o desempenho escolar, levando à repetência e ao abandono.

Em relação às barreiras econômicas, a pobreza é o maior desafio a ser vencido pelas crianças e pelos adolescentes brasileiros para ter acesso a uma educação de qualidade. Da mesma forma como acontece com a questão raça, todos os indicadores revelam que os grupos mais pobres da população são os que apresentam as menores taxas de frequência à escola e os maiores índices de repetência e abandono. Por causa das dificuldades econômicas, muitos estudantes acabam tendo que trabalhar para ajudar na renda familiar, o que compromete seu desempenho escolar e os leva a deixar os estudos.

Também são inúmeras as barreiras relacionadas à oferta educacional. Uma delas é a falta de conexão entre os conteúdos oferecidos pela escola e a realidade dos alunos, tanto no campo quanto nas cidades, causando um enorme desinteresse pelos estudos. Outra é a não valorização dos profissionais de educação, representada pelas más condições de trabalho, pela falta de remuneração adequada e pela carência de qualificação adequada em todos os níveis de ensino, em especial na Educação Infantil, no Ensino Médio e em segmentos específicos, como a Educação Indígena e a Quilombola. Em relação à infraestrutura, o número de escolas não é suficiente para atender à demanda, a maior parte delas não oferece acessibilidade para alunos com deficiência, muitas funcionam em condições precárias e em locais de difícil acesso, onde não há rede de transporte adequada.

Outra barreira importante diz respeito ao volume de recursos investidos na educação pública brasileira. Além de ser insuficiente para garantir o acesso e a aprendizagem a todas as crianças e a todos os adolescentes em todos os níveis da Educação Básica, o modelo de financiamento não possibilita uma distribuição equitativa de recursos às diferentes regiões do país, de forma a reduzir as desigualdades.

Capítulo 3 – Políticas e programas – Garantindo o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica na idade certa para cada criança e adolescente

Um conjunto de leis assegura o direito à educação a todos os brasileiros: a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB e o PNE⁴³. No entanto, elas ainda não são suficientes para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica na idade certa de todas as crianças e adolescentes.

Diversas políticas e programas são desenvolvidos por diferentes esferas do poder público para superar as barreiras que ainda impedem o pleno atendimento das necessidades educacionais das crianças e dos adolescentes brasileiros. Alguns investem em questões que afetam diretamente a educação, como a qualidade do ensino e o financiamento. Outros, como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), condicionam o benefício à frequência à escola.

⁴³ O Plano Nacional de Educação para o período 2011-2020 foi encaminhado pelo MEC no fim de 2010 ao Congresso Nacional e ainda está sendo analisado pelos parlamentares.



Foto: João Ripper/Imagens Humanas

Escola do Quilombo da Lapinha

Dada a complexidade do cenário, a intersetorialidade das políticas públicas tem uma importância estratégica para assegurar a universalização e a indivisibilidade dos direitos da criança. A garantia do direito de aprender é construída com uma forte participação de programas e políticas de outras áreas, além da educação. A garantia dos direitos sociais é, portanto, fruto de uma relação de complementaridade, em que a realização de um direito apoia e permite a garantia dos demais.

Políticas para superar as barreiras socioculturais

Ações e programas contra o racismo na escola

Para combater a discriminação racial que se manifesta nas escolas brasileiras (*ver capítulo Barreiras*), diversas ações também vêm sendo colocadas em prática, principalmente por iniciativa da sociedade civil.

Entre elas, está o Prêmio Educar para a Igualdade Racial. Criado em 2002, é realizado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), em parceria com o Grupo Santander e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), com o objetivo de promover uma educação livre de racismo, preconceito e discriminações. Tem duas categorias: Professor, que reconhece as boas práticas desenvolvidas por docentes para proporcionar uma formação sem preconceitos e discriminações e que estimule a convivência respeitosa com a diversidade cultural, regional e etnoracial; e Escola, que premia iniciativas institucionais que contribuem com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Outra iniciativa é a Campanha Por uma infância sem racismo, realizada pelo UNICEF em parceria com a Seppir, entre outros. Por meio de um filme curto para a televisão, um blog e materiais impressos que descrevem maneiras de contribuir para uma infância sem racismo, busca mobilizar a sociedade brasileira para a necessidade de assegurar a equidade e a igualdade etnoracial desde a infância, combatendo o racismo a partir do reconhecimento de sua existência.

Já o projeto Educação e Relações Sociais, executado pela organização Ação Educativa com apoio da União Europeia, tem como objetivo desenvolver uma metodologia de promoção da igualdade racial nas escolas, com a participação de educadores, alunos e comunidade, que favoreça a transformação do currículo e das práticas escolares. Como resultados do projeto, há a produção de materiais de apoio que promovem o reconhecimento da desigualdade racial na educação como problema social e a construção de um sistema de indicadores de igualdade racial em educação, para permitir às escolas conhecer sua situação e suas necessidades nessa questão e adotar medidas para reduzir as desigualdades raciais na comunidade escolar.

No âmbito governamental, destaca-se a promulgação da Lei nº 10.639, de 2003, e da Lei nº 11.645, de 2008, que tornaram obrigatória a inclusão do tema história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial do Ensino Fundamental e Médio de todas as escolas do país. Assim, todos os estudantes brasileiros deverão ter aulas sobre a cultura negra e a cultura indígena, com o objetivo de promover o reconhecimento do papel desses povos na formação da sociedade nacional. Para atingir esse objetivo, uma das dimensões previstas para a construção do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios prevê a implantação de políticas de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica sobre esses temas.

Além disso, entre as 20 metas que o UNICEF monitorava nos municípios do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Itaquaquecetuba, que integravam a Plataforma dos Centros Urbanos, estava a ampliação do número de escolas que incluem esses temas nos seus currículos. O grau de implementação da Lei nº 10.639 também é um dos 19 indicadores de gestão de políticas públicas avaliados no Semiárido e na Amazônia pelo Selo UNICEF Município Aprovado (*leia mais neste capítulo*).

Educação Indígena

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do MEC, desenvolve diversas iniciativas para melhorar a qualidade da Educação Indígena. Entre elas, destacam-se a formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio (Magistério Indígena) e superior (Licenciaturas Interculturais); a produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português; o apoio político-pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação da oferta de educação em terras indígenas; a promoção do controle social indígena sobre os mecanismos de financiamento da educação pública e a execução das ações e programas em apoio à Educação Indígena; a concessão de apoio financeiro a construção, reforma ou ampliação de escolas indígenas; e a gestão dos programas de merenda e transporte escolar.

Em 2009, foi iniciada a implantação dos territórios etnoeducacionais indígenas, que organizam as comunidades de acordo com afinidades culturais, linguísticas, políticas e étnicas, independentemente das divisões administrativas de estados e municípios. Cada um desses territórios tem uma comissão gestora, coordenada pela Secadi e formada por instituições federais, estaduais e municipais envolvidas com a educação escolar indígena, organizações e representações dos povos de cada região e organizações indigenistas atuantes na área de educação. Todos participam das reuniões técnicas da comissão, da elaboração do plano de ação, de seu acompanhamento e de sua avaliação. O objetivo desse programa é superar as desigualdades de acesso à Educação Básica intercultural indígena por meio de gestão compartilhada das diversas etapas do processo educacional e melhorar as condições educacionais dos alunos indígenas.

Os resultados dessas políticas podem ser comprovados pela análise dos dados do Censo Escolar realizado pelo Inep. Nos últimos dez anos, houve um crescimento expressivo da Educação Indígena. O número de escolas passou de 1.392 em 1999 para 2.698 em 2008, um aumento de 93,8%.

De acordo com o relatório *Um Olhar sobre a Educação Indígena com Base no Censo Escolar de 2008*,

publicado em 2009 pelo Inep, a partir de 2004 o número de matrículas passa a acompanhar a expansão na quantidade de estabelecimentos. Entre 2004 e 2008, registrou-se um aumento de 38% no número de estudantes indígenas. Após 2007, a quantidade de matrículas permanece estável na casa dos 200 mil (*ver quadro 41*).

Também há um aumento na utilização de material didático específico para alunos indígenas. Em 2008, 1.035 escolas indígenas brasileiras, mais de um terço do total (38,4%), tinham acesso a esses materiais. No entanto,

QUADRO 41 - Número de estabelecimentos e de matrículas de Educação Indígena		
Ano	Brasil	
	Estabelecimento	Matrículas
2003	2.079	165.021
2004	2.233	149.170
2005	2.327	164.900
2006	2.423	173.341
2007	2.550	208.205
2008	2.698	205.871

Fontes: MEC/Inep/Deed, 2003-2008

ainda há um longo caminho a percorrer para que o contexto, a cultura e a realidade das crianças e dos adolescentes indígenas sejam levados em conta no aprendizado.

Um dado significativo presente no relatório preliminar do Censo Escolar de 2010 é o aumento na oferta do Ensino Médio na Educação Indígena, de 45,2% em relação a 2009, e dos anos finais do Ensino Fundamental, de 16,4%. Esses dados mostram que as crianças indígenas estão conseguindo avançar nos estudos (*ver quadro 42*).

Educação Quilombola

Desde 2006, o Programa Brasil Quilombola oferece apoio técnico-financeiro a projetos estaduais e municipais de formação inicial e continuada de professores, gestores e outros profissionais da Educação Básica que atuam em comunidades remanescentes de quilombos, bem como à construção e à reforma de escolas e à produção e à distribuição de material didático específico para essas populações.

A maioria das escolas quilombolas não tem infraestrutura para atender os alunos e os professores não apresentam a qualificação necessária para exercer suas funções – 62% só possuem o Ensino Médio, segundo dados do MEC. Além disso, não há docentes em número suficiente para atender à demanda das comunidades, onde há poucas escolas com oferta de Ensino Fundamental completo.

Além da distribuição de material didático específico a todas as escolas quilombolas registradas no Censo Escolar, beneficiando aproximadamente 15 mil alunos, até o 1º semestre de 2010 foram firmados convênios para a construção de 80 escolas em comunidades remanescentes de quilombos.

O resultado dessas políticas, com a adoção de estratégias específicas para as comunidades quilombolas e destinação de recursos do Fundeb para as escolas localizadas nessas áreas, pode ser verificado nos dados do Censo Escolar. As matrículas têm crescido constantemente. Em 2010, o número de alunos em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos aumentou 4,9%, passando de 200.579 em 2009 para 210.485. O maior aumento foi registrado no Ensino Médio,

QUADRO 42 - Número de matrículas da Educação Indígena, por etapa e modalidade de ensino

Ano	Matrículas na Educação Básica								
	Total	Etapas e modalidade de ensino							
		Educação Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
			Total	Anos iniciais	Anos finais				
2007	208.205	18.389	151.323	112.673	38.650	14.987	103	23.403	0
2008	205.871	20.281	151.788	112.358	39.430	11.466	203	20.766	1.367
2009	229.945	22.537	164.727	117.119	47.608	19.021	165	23.343	152
2010	246.793	22.048	175.032	119.597	55.435	27.615	80	20.997	1.021

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2007-2010

de 14,6%, o que revela um aumento da oferta de vagas nessa etapa de ensino e uma melhora da progressão nos estudos dos alunos matriculados no Ensino Fundamental (*ver quadro 43*). No entanto, como não há dados sobre a quantidade de crianças quilombolas no país, não é possível definir quantas vagas seriam necessárias para atender todas elas.

Educação no campo

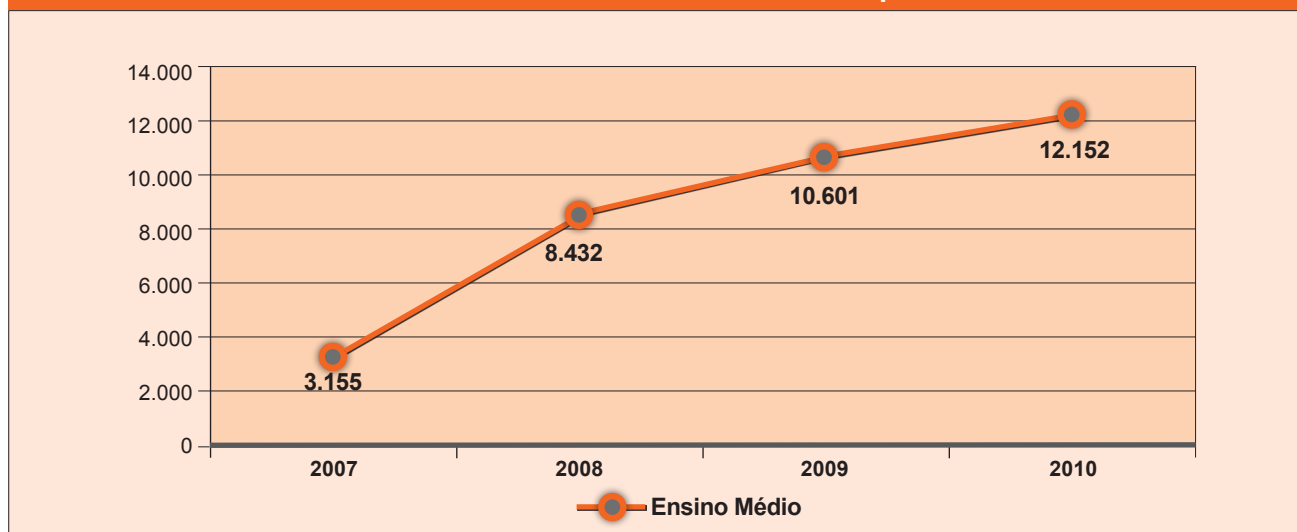
As políticas públicas voltadas para a educação do campo têm investido na qualificação do corpo docente e na produção de materiais didáticos específicos para a realidade rural, de forma a tornar a escola mais atrativa para as crianças e os adolescentes que vivem nessas áreas. Têm sido feitos ainda investimentos na expansão da oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por meio da construção de mais escolas e da capacitação de professores para atuar nessas etapas da Educação Básica.

Iniciado em 2007, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) estimula a implementação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo em universidades públicas de todo o país. Seu objetivo é promover a formação superior dos professores que atuam na rede pública das zonas rurais, mas não têm condições de frequentar uma universidade regularmente. O currículo está baseado na realidade do campo e prepara os educadores para lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

O Procampo foi implantado como experiência piloto em quatro universidades federais – Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Sergipe (UFS) –, com 243 vagas. No ano seguinte, o número de atendidos passou para 1.660 e, em 2009, para 1.322. Em 2010, havia 1.675 professores em formação em 16 instituições.

Outra iniciativa é o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Lançado pelo governo federal em março de 2012, tem como objetivo oferecer formação a agricultores em universidades e escolas técnicas para que eles sejam capazes de elevar a produtividade nas pequenas propriedades rurais, aumentando, assim, a distribuição de renda no campo. Isso se dará por meio da oferta de apoio técnico e financeiro aos

QUADRO 43 - Número de matrículas de Ensino Médio em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos



Fontes: IBGE/Pnad 2008 e Censo Escolar 2010

estados e municípios, que deverão implantar ações em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica. A previsão é que seja investido R\$ 1,8 bilhão por ano no programa.

Na região do Semiárido, destaca-se a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab). Criada em 2000, em Juazeiro (BA), a Resab reuniu várias experiências de educação contextualizada, que buscavam desenvolver o conceito de convivência com o Semiárido, com o objetivo de criar uma articulação capaz de transformar essas experiências em políticas públicas de educação para toda a região. Para os educadores da Resab, um dos pontos de partida para a adoção de uma educação contextualizada deve ser o material didático usado nas salas de aulas, que deve refletir e valorizar a realidade dos alunos. Assim, os educadores da Resab elaboraram, em 2005, com o apoio do UNICEF e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), um material específico para a região: o livro *Conhecendo o Semi-Árido*, destinado a alunos de 3ª e 4ª séries (2º e 3º anos) do Ensino Fundamental, que foi distribuído entre alunos de escolas públicas de nove estados da Região Nordeste – atendendo cerca de 1 mil estudantes e 400 professores. Um levantamento feito para verificar o impacto desse material no ano seguinte revelou que grande parte dos professores e dos alunos encarou o novo material de forma positiva. O material, agora, está sendo reformulado para atender às exigências do MEC e entrar no guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como livro paradidático.

A Resab lançou ainda seis publicações com reflexões e experiências práticas sobre os conceitos de convivência com o Semiárido Brasileiro e de educação contextualizada e um jogo para uso em sala de aula. Além disso, a rede apoia a realização de cursos de especialização em Educação Contextualizada e Convivência com o Semiárido (ECSA) em várias universidades da região.

A edição 2009-2012 do Selo UNICEF Município Aprovado também propõe que a educação para a convivência com o Semiárido seja um dos três temas⁴⁴ trabalhados nos municípios em projetos e atividades que privilegiem o envolvimento de crianças e adolescentes (*leia mais neste capítulo*). Segundo o Guia Metodológico do Selo UNICEF, o município precisa formar um grupo mobilizador para cada tema, com a participação ativa de crianças e adolescentes no planejamento e na execução das ações, na mobilização da sociedade e na elaboração de propostas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

⁴⁴ Os outros dois temas trabalhados são arte, cultura e comunicação para a diversidade etnorracial e esporte e cidadania.

QUADRO 44 - Matrículas por localização geográfica, por etapa e modalidade de ensino

Etapa/Modalidade	Matrículas na Educação Básica					
	Urbana			Rural		
	2008	2009	Δ	2008	2009	Δ
Educação Básica	46.412.824	45.900.077	-1,1	6.820.044	6.680.375	-2,0
Educação Infantil	5.823.404	5.857.863	0,6	895.857	904.768	1,0
Creche	1.637.671	1.775.794	8,4	114.065	120.569	5,7
Pré-Escola	4.185.733	4.082.069	-2,5	781.792	784.199	0,3
Ensino Fundamental	26.987.575	26.774.498	-0,8	5.099.125	4.931.030	-3,3
Ensino Médio	8.113.439	8.060.799	-0,6	252.661	276.361	9,4
Educação Profissional	762.781	829.250	8,7	32.678	31.864	-2,5

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2008 a 2009

Embora os indicadores das zonas rurais ainda sejam piores que os das áreas urbanas, o Censo Escolar 2009 mostra avanços em razão desses esforços. Houve um aumento nas matrículas nas escolas rurais nos níveis Creche (5,7%) e Ensino Médio (9,4%) em relação a 2008 (ver quadro 44).

Em relação à distorção idade-série, também houve progressos, apesar de os números continuarem altos. Em 2005, a taxa até a 4ª série do Ensino Fundamental era de 41,4%; em 2010, caiu para 32,2%. Nas séries finais, a taxa passou de 56,0% para 43,8%; no Ensino Médio, diminuiu de 59,1% para 45,1%.

Políticas intersetoriais e políticas para superar as barreiras econômicas

No Brasil, nos últimos anos, a tendência dos programas e das políticas públicas que visam enfrentar as barreiras que impedem o acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes nas escolas é integrar vários órgãos e entidades, governamentais e não governamentais, em iniciativas como os Fluxos Operacionais para Garantia de Direitos e o Bolsa Família, entre outros.

Fluxos Operacionais para Garantia de Direitos

Desenvolvida pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), esta ferramenta busca detalhar todas as etapas que devem ser percorridas a fim de garantir os direitos básicos da criança e do adolescente em sete eixos temáticos: direito à vida, à saúde e às condições dignas de sobrevivência; direito à educação; direito à convivência familiar e comunitária; direito ao desenvolvimento sexual saudável, abordando a temática da violência sexual – abuso, exploração –, do HIV/aids e da gravidez na adolescência; direito à liberdade, à dignidade, ao respeito e à diversidade; direito à profissionalização e à proteção contra o trabalho infantil; direitos e garantias do adolescente em conflito com a lei e execução de medidas socioeducativas.

“Começamos a desenvolver essa ferramenta social a partir de 2005, como uma forma de aperfeiçoar o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no país”, explica Helen Corrêa Sanches, presidente da ABMP até maio de 2012. A primeira etapa, de 2005 a 2008, compreendeu a construção desses fluxos, em parceria com institutos e fundações empresariais privadas. Foram realizadas oficinas para cada eixo temático, com a participação de todos os atores sociais diretamente ligados ao tema em discussão. No caso do fluxo para a área de educação, o UNICEF apoiou a primeira versão, voltada para o Ensino Fundamental, e o Instituto C&A, o desdobramento e o aprimoramento.

A ABMP reuniu os fluxos concluídos em um documento único, os *Cadernos de Fluxos Operacionais Sistêmicos – Proteção integral e atuação em rede na garantia dos direitos de crianças e adolescentes*⁴⁵, lançado em Brasília, no Congresso Nacional, em maio de 2010. A metodologia é uma espécie de mapa que indica o caminho a ser percorrido com base na constatação de que determinado direito da criança e do adolescente ainda não está garantido ou foi violado, até a efetiva solução da questão. Nesse percurso são apontados todos os atores que devem entrar em campo para solucionar os “curtos-circuitos” que impedem a garantia plena do direito em questão.

Além de indicar as ações necessárias e apontar tais curtos-circuitos, os Fluxos Operacionais Sistêmicos relacionam cada ação ao referencial legal que embasa o direito em questão, apontam itens que

⁴⁵ *Cadernos de Fluxos Operacionais Sistêmicos – Proteção Integral e atuação em rede na garantia dos direitos de crianças e adolescentes*, ABMP, disponível em: www.abmp.org.br/UserFiles/File/caderno_fluxos_operacionais.pdf

merecem um aprofundamento teórico ou aperfeiçoamento metodológico, levantam questionamentos e oferecem recomendações. No texto de apresentação dos cadernos, o juiz Eduardo Rezende Melo, então presidente da ABMP e coordenador-geral do projeto, afirma que “os fluxos trazem grande contribuição ao permitirem retratar muitas vezes as limitações dos desenhos das políticas públicas do país e, nesse contexto, colaboram para uma importante radiografia que ensejará avanços mais consistentes na promoção de direitos de crianças e adolescentes”.

Com o lançamento dos *Cadernos de Fluxos Operacionais Sistêmicos*, a ABMP está centrando sua ação na disseminação da ferramenta. No caso do Fluxo Operacional do Direito da Criança à Educação, a entidade não tem registros de casos concretos em que a ferramenta tenha sido aplicada. Por isso, iniciou em 2011 um projeto de aplicação e teste da metodologia na rede de ensino do município de São Paulo. O projeto está em fase de implantação e os resultados só deverão ser divulgados no final de 2012.

Selo UNICEF Município Aprovado

O Selo UNICEF Município Aprovado é uma estratégia que visa mobilizar os municípios a promover ações que garantam os direitos da criança e do adolescente e contribuam para o Brasil alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – um dos quais é atingir o Ensino Básico universal, ou seja, extinguir os índices de crianças fora da escola. Para conquistar essa certificação, os municípios inscritos precisam capacitar seus gestores e mobilizar atores locais, implementar ou aprimorar políticas e programas de atenção à infância. Recebem apoio e capacitação do UNICEF para fazer isso ao longo do processo. Ao final, para verificar os avanços que conseguiram no período estipulado para a edição do prêmio, os municípios são avaliados em três eixos: impacto social; gestão de políticas públicas; e participação social. Cada um desses eixos tem uma lista de indicadores que o município terá como meta, na perspectiva da garantia de direitos de crianças e adolescentes.

A iniciativa de conferir um certificado aos municípios que se empenhavam em melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes surgiu no Ceará, em 1999, onde foram realizadas três edições. Em 2002, a Paraíba colocou em prática uma iniciativa semelhante. Os dois estados estão inseridos na região conhecida como Semiárido Brasileiro (SAB), que, segundo levantamento do UNICEF feito em 2003, exibia os indicadores mais desfavoráveis no país em relação à criança e ao adolescente. Para mudar esse quadro, o UNICEF articulou o Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido, que conseguiu a adesão das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e de entidades da sociedade civil. Foi o mote para lançar uma versão ampliada do Selo UNICEF Município Aprovado para o Semiárido, inspirada nas experiências do Ceará e da Paraíba. Desde então, foram realizadas duas edições, em 2006 e 2008, mobilizando quase 1.500 municípios dos 11 estados da região do Semiárido: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Atualmente, está em curso a sexta edição do Selo UNICEF, para o período 2009-2012, com uma novidade: além do Semiárido, a metodologia foi adaptada e estendida para os estados da Amazônia Legal comprometidos com o pacto “Agenda Criança Amazônia”, também articulado pelo UNICEF. Nessa região, estão inscritos mais de 560 municípios dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (que também tem municípios inscritos pelo Selo do Semiárido), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Para avaliar o desempenho dos municípios participantes da edição 2009-2012 do Selo UNICEF na área de educação, são acompanhados os seguintes indicadores:

Eixo 1 – Impacto social

Objetivo: Toda criança e todo adolescente de 4 a 17 anos com acesso e garantia de permanência e aprendizagem na Pré-Escola, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Indicadores: Percentual de escolas que atingiram ou ultrapassaram a meta do Ideb (anos iniciais); taxa de abandono no Ensino Fundamental; distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental (5º ao 9º ano).

Eixo 2 – Gestão de políticas públicas

Objetivo: Municípios monitorando o acesso à escola e a inclusão das crianças vulneráveis e provendo espaços de participação na gestão escolar.

Indicadores: Grau de funcionamento do Conselho Municipal de Educação; percentual de crianças beneficiadas pelo BPC que estão na escola; grau de implementação da Lei nº 10.639, de 2003; percentual de escolas do Ensino Fundamental (anos iniciais) que realizaram a Provinha Brasil.

Eixo 3 – Participação social

Objetivo: Avaliar a capacidade de articulação do município para a realização de fóruns, projetos e atividades em torno dos seguintes temas:

Indicadores: **Semiárido** – Educação para convivência com o Semiárido; Arte, cultura e comunicação para a diversidade etnoracial; e Esporte e cidadania; **Amazônia Legal** – Arte, cultura e comunicação para a diversidade etnoracial; e Esporte e Cidadania.

Na edição 2009-2012, a estimativa é que as ações beneficiem mais de 22 milhões de crianças e adolescentes no Semiárido e na Amazônia Legal, especialmente os mais excluídos e vulneráveis. No Semiárido, onde é realizado há mais tempo, o engajamento dos municípios é grande. Nas edições de 2006 e 2008, cerca de 80% dos municípios do Semiárido se inscreveram. Em 2006, 1.179 municípios participaram e 192 receberam a certificação. Em 2008, com um número de participantes ligeiramente menor (1.130), a quantidade de municípios certificados foi maior: 259 ganharam o Selo UNICEF.

Mesmo entre aqueles que não receberam a certificação, o relatório *Resultados do Selo UNICEF Município Aprovado – Edição 2008*⁴⁶ aponta “progressos expressivos na situação da infância e adolescência”. Todos conquistaram melhorias significativas nos indicadores avaliados nas áreas de saúde, educação, proteção e participação social relacionados a esse público. A taxa de abandono escolar no período diurno do Ensino Fundamental teve melhora expressiva, passando de 11,4%, em 2004, para 7,4%, em 2007, nos municípios inscritos. Também foi registrado um avanço no acesso ao Ensino Fundamental: a taxa de matrícula líquida nos municípios participantes subiu 15% entre 2004 e 2007.

Na educação, o relatório ressalta duas outras conquistas importantes: “O percentual de professores da Educação Infantil com nível de escolaridade médio ou superior chegou a 95,1%; e o Conselho Escolar está presente em 79,7% das escolas dos municípios participantes do Selo UNICEF”.

⁴⁶ *Resultados do Selo UNICEF Município Aprovado – Edição 2008*, disponível em: www.unicef.org/brazil/pt/selo2008.pdf

Monitoramento da frequência combate o abandono

Um dos instrumentos utilizados em diversas partes do país para combater a evasão e o risco de abandono é a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (Ficai). Desenvolvida em 1997 pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul por meio de um Termo de Compromisso de Ajustamento estabelecido entre a Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, as secretarias Estadual e Municipal de Educação e os Conselhos Tutelares gaúchos, a Ficai é usada para monitorar a frequência dos alunos da rede pública de ensino. Quando um estudante abandona a escola ou falta constantemente, o Conselho Escolar, com o apoio das instituições parceiras, entra em contato com os pais ou responsáveis para trazer o aluno de volta.

Após um determinado número de dias consecutivos ou alternados de faltas em um mesmo mês, tem início a busca pelo estudante. Além de visitas domiciliares, são realizadas reuniões, palestras e outras atividades com os alunos, pais ou responsáveis que não atenderem ao chamado de frequência à escola.

Atualmente, além de no Rio Grande do Sul, a Ficai é utilizada em outros estados brasileiros, como Santa Catarina, Bahia, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Mais que combater a evasão escolar, a Ficai também ajuda a identificar casos de abuso sexual e violência doméstica praticados contra crianças e adolescentes, em razão da proximidade que propicia entre a família, a escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público.

Por ser uma prática coordenada pelo Ministério Público de cada estado, não há dados gerais da aplicação da Ficai no Brasil. No Rio Grande do Sul, desde junho de 1998, data da implantação da Ficai no estado, até dezembro de 2009, 17.427 fichas foram encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público estadual e 7.435 crianças e adolescentes voltaram à escola⁴⁷. Estima-se que esse número seja bem maior, já que muitos casos são resolvidos no âmbito escolar ou na esfera de atuação do Conselho Tutelar, antes de ser encaminhados ao MP.

Programas do governo federal em rede

Em articulação com estados e municípios, o governo federal também desenvolve uma série de programas sociais que ajudam a garantir o direito de crianças e adolescentes à Educação Básica. Isso porque uma das condições para que as famílias ingressem e permaneçam nesses programas é a obrigatoriedade de as crianças estarem matriculadas e frequentarem regularmente a escola.

O principal e mais abrangente é o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, com a reunião de outros programas de transferência de renda condicionada (Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação). A seleção dos participantes é feita nos municípios e baseia-se na autodeclaração de insuficiência de renda, uma vez que “dada a larga escala do programa, os custos tornariam inviável a adoção de outros métodos, como a comprovação de insuficiência de renda certificada ou indireta para a identificação de famílias elegíveis”⁴⁸. Inicialmente, o PBF contemplava famílias com filhos de 6 a 15 anos. Em 2008, incorporou também filhos de 16 e 17 anos, com o Benefício Variável Jovem (BVJ).

⁴⁷ Uma grande parte das Ficais foi arquivada por não localização dos alunos ou de seus responsáveis; por mudança de endereço dos alunos para outra comarca; e pelo fato de os alunos terem completado 18 anos.

⁴⁸ “Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países”, Fábio Veras Soares, Rafael Perez Ribas, Rafael Guerreiro Osório, Centro Internacional de Pobreza/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), 2007.

Para se candidatar, a família precisa procurar o setor responsável pelo Bolsa Família em seu município e fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. É com base na avaliação dos dados desse cadastro que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona as que receberão o benefício. Atualmente, segundo o MDS, uma das principais diretrizes do governo federal é a superação da extrema pobreza. Para alcançar esse objetivo, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em junho de 2011. O BSM atua em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. Dentro do eixo garantia de renda está o programa Bolsa Família, referência mundial em transferência de renda, que tem um orçamento correspondente a 0,46% do Produto Interno Bruto do país. Em maio de 2012, o governo federal lançou uma agenda audaciosa para a primeira infância, o Brasil Carinhoso, como uma ação complementar ao BSM.

A partir dessa ação, o Bolsa Família foi ampliado para garantir que todas as famílias com pelo menos uma criança de até 6 anos e 11 meses de idade tenham renda mínima superior a R\$ 70 mensais.

Ao ingressar no PBF, as famílias se comprometem, como condição de permanência, a garantir a frequência escolar a 85% das aulas a cada mês, no caso das crianças de até 15 anos, e 75%, no caso de adolescentes de 16 e 17 anos. Também precisam manter em dia a caderneta de vacinação das crianças de até 6 anos de idade, e tanto as crianças dessa faixa etária quanto as gestantes da família devem comparecer regularmente a uma Unidade Básica de Saúde para exames preventivos, acompanhamento e orientação sobre nutrição e cuidados com a saúde.

O Bolsa Família é o programa do governo federal de maior alcance. Chega atualmente a mais de 13 milhões de famílias. Talvez por isso, o PBF também foi objeto de diversos estudos, a fim de investigar o seu impacto. Em 2007, o trabalho do Centro Internacional de Pobreza, do Pnud, conduzido pelos pesquisadores Fábio Veras Soares, Rafael Perez Ribas e Rafael Guerreiro Osório, comparou o programa brasileiro a outras iniciativas semelhantes em países latino-americanos. Um dos aspectos analisados pelo estudo foi a metodologia de seleção das famílias. Concluiu que o PBF tem uma margem de erro de inclusão maior do que o Oportunidades, do México, por exemplo. Enquanto o programa mexicano exibiu um percentual de 36% de famílias não elegíveis (ou seja, que não tinham as características exigidas no público-alvo), no PBF esse percentual era de 49%. Segundo a análise do estudo, o plano mexicano exibiu um menor vazamento por ter uma cobertura menor. Já o PBF, “ao optar pela expansão da cobertura, teve de arcar com o maior vazamento dos benefícios a famílias não elegíveis”⁴⁹. Com relação à educação, o estudo verificou que “a probabilidade de ausência no mês anterior à pesquisa era 3,6 pontos percentuais menor entre as crianças de famílias beneficiadas” e a de evasão, 1,6 ponto percentual menor. Entretanto, o risco de que essas crianças repetissem o ano era 4 pontos percentuais maior. A causa mais provável seria o fato de que o sistema educacional não estaria preparado para receber esses alunos e acolher as suas necessidades adequadamente. “Esse programa, recentemente incorporado ao PBF, interveio sobre o trabalho infantil com a criação de uma jornada escolar ampliada. Ao limitar o tempo disponível para o trabalho, o Peti não só atingiu seu objetivo principal de diminuir o trabalho infantil mas, também, o tempo extra passado na escola permitiu aos beneficiários do Peti o aumento do desempenho escolar”, comenta a pesquisa sobre a integração do Peti ao PBF.

De acordo com dados do MDS, diversos estudos mostram que o PBF provocou um aumento de 4,4 pontos percentuais na taxa de matrícula, na comparação entre beneficiários e não beneficiários. No Nordeste, essa diferença sobe para 11,7 pontos percentuais. Em 2008, a taxa de abandono na rede pública de ensino foi de 3,6% para os beneficiários localizados do Ensino Fundamental regular, menor do que o resultado geral

⁴⁹ “Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países”, Fábio Veras Soares, Rafael Perez Ribas, Rafael Guerreiro Osório, Centro Internacional de Pobreza/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), 2007.

do Censo Escolar, que registrou um percentual de 4,8% para o mesmo nível de ensino. No Ensino Médio, as diferenças entre as taxas de abandono foram ainda maiores: 7,2% para os beneficiários localizados ante 14,3% registrados no Censo⁵⁰. “Em termos nacionais, o que se percebe é que, no ano de 2008, há indicações de que a ação de acompanhamento da frequência escolar reduziu o abandono entre os beneficiários do programa Bolsa Família”, esclarece a Nota Técnica nº 9, do MEC.

Para as regiões Norte e Nordeste, onde há uma maior concentração de beneficiários do PBF, o documento também comparou as taxas de aprovação no Ensino Fundamental. “A taxa de aprovação dos beneficiários no Ensino Fundamental nas regiões Norte (89,3%) e Nordeste (78,9%) foram maiores do que as que ocorreram para os matriculados em escolas públicas segundo o Censo Escolar da Educação Básica (76,7% no Norte e 75,6% no Nordeste)”. Para o ciclo seguinte, a diferença foi ainda maior. “A taxa de aprovação no nível médio dos beneficiários (81,1%) foi maior do que o percentual da aprovação das escolas públicas do Censo Educacional em geral (72,6%), indicando uma trajetória educacional mais adequada. De fato, a taxa de aprovação dos beneficiários no Ensino Médio é maior do que a verificada no total das escolas públicas em todas as regiões e estados, exceto São Paulo e Santa Catarina”, analisa a nota.

Em 2010, o Núcleo de Opinião e Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco concluiu outro estudo que avaliou os efeitos do acompanhamento das condicionalidades da educação do PBF nas escolas da Região Nordeste do Brasil⁵¹. Esse levantamento apontou alguns efeitos indiretos do programa sobre a educação, um dos quais tem relação com o que o estudo denomina de “capital social intrafamiliar”. Ou seja, a transferência de renda reduz o tempo de trabalho semanal das mães beneficiadas pelo programa e isso se reflete na elevação do alcance educacional dos filhos. O estudo detectou também que existe uma “interação virtuosa” entre o impacto e a focalização: ou seja, o programa exhibe “efeitos positivos mais significativos para as famílias de mais baixa renda, que residem nas regiões mais pobres do país”.

Por fim, dados apresentados pelo boletim *Na Medida*⁵², do Inep, apontam impactos relevantes do PBF na frequência escolar das crianças beneficiadas. De acordo com o estudo, a média de frequência escolar das crianças de 6 a 16 anos beneficiárias do programa era de 94,6% em 2007, o ano estudado, ante 91,6% das crianças do grupo de controle (de família com o mesmo perfil das beneficiadas pelo PBF). E o documento conclui: “Considerando a média dos resultados encontrados, observa-se que receber o BF aumenta a frequência escolar para crianças com idade entre 6 e 16 anos em 3 pontos percentuais, o que significa reduzir o número de crianças fora da escola em 36%, um resultado importante. Os impactos se revelaram heterogêneos para meninos e meninas de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade e com distintas localizações de sua residência, se em área rural ou urbana. As diferenças em termos de custo de oportunidade parecem exercer papel fundamental na explicação acerca dessa heterogeneidade”.

Outra iniciativa que faz parte do Sistema Único de Assistência Social, administrado pelo MDS e executado em articulação com outros ministérios, é o Peti. Seu objetivo é retirar crianças e adolescentes de até 16 anos do trabalho infantil. Estrutura-se em três eixos básicos de ação: transferência direta de renda para as famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho (integrado

⁵⁰ Nota Técnica nº 9, do Ministério da Educação, de Marcos Maia Antunes (coordenador-geral de monitoramento 1), Edson Ferreira Lopes (consultor Pnud) e Luis Alexandre Rodrigues da Paixão (consultor Pnud), publicada em maio de 2010.

⁵¹ *Estudo de avaliação dos efeitos do acompanhamento das condicionalidades da educação do Programa Bolsa Família nas escolas da Região Nordeste do Brasil*, Núcleo de Opinião e Políticas Públicas/Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

⁵² “O impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças em diferenças a partir da Pnad”, boletim *Na Medida*, ano 3, número 6, janeiro de 2011, Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)/MEC.

ao PBF); serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de até 16 anos; e acompanhamento das famílias pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

Reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direito, o programa não apenas visa protegê-los de todas as formas de exploração do seu trabalho mas também procura contribuir para o seu desenvolvimento integral. Por isso, o Peti atua para garantir o acesso a escola formal, saúde, alimentação, esporte, lazer, cultura, profissionalização e à convivência familiar e comunitária. Para ingressar e permanecer no programa, a família assume o compromisso de retirar crianças e adolescentes de até 16 anos de atividades de trabalho e exploração e crianças e adolescentes de até 18 anos das atividades da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil. Para ingressar e permanecer no programa, a família também precisa garantir uma frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos.

Segundo o pesquisador André Portela Souza, coordenador do Centro de Microeconomia Aplicada da Fundação Getulio Vargas, de São Paulo, o conjunto de medidas de políticas públicas da última década teve efeitos sobre as atividades das crianças e dos adolescentes, principalmente aqueles de famílias mais pobres. De acordo com o estudo “Reducción del Trabajo Infantil y Aumento de la Asistencia a la Escuela”⁵³, publicado em 2006, a redução do trabalho infantil nos anos 1990 está associada à expansão escolar no período. A partir do início dos anos 1990, o Brasil experimentou uma aceleração do declínio da incidência do trabalho infantil juntamente com um aumento da taxa de frequência escolar. Para André Portela, o fator que mais explica esse fenômeno é a escolarização dos pais. “Os pais das crianças nascidas mais recentemente são mais escolarizados. Maior escolarização dos pais está associada a maior frequência à escola e menor incidência de trabalho infantil”, diz ele. Houve uma queda de cerca de um terço na incidência do trabalho infantil tanto para meninos quanto para meninas. Em 1992, 76,14% dos meninos e 79,84% das meninas estavam na escola, enquanto 90,58% dos meninos e 90,53% das meninas frequentavam a escola em 2001.

Programa Saúde na Escola (PSE)

Seguindo o entendimento de que a permanência na escola requer um atendimento integral da criança e do adolescente, outra iniciativa do governo federal de destaque é o PSE, criado em 2007. Uma de suas diretrizes é fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar. Trata-se de um trabalho integrado entre os ministérios da Saúde e da Educação, em parceria com os municípios, que visa ampliar o atendimento de saúde básica aos estudantes da rede pública de ensino.

A implantação do PSE depende da adesão do município. Feito isso, as secretarias de Saúde e Educação municipais recebem kits com material clínico e pedagógico do programa. Sua execução prevê, entre outras frentes, a avaliação e o acompanhamento das condições de saúde de crianças e adolescentes das escolas participantes e a promoção de saúde e de atividades de prevenção.

O Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), por exemplo, é uma das iniciativas do programa. Tem como foco a realização de ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, articulando os setores de saúde e educação, visando reduzir os índices de evasão escolar relacionada à gravidez na adolescência. Um traço comum nos programas governamentais apresentados é a preocupação em envolver em sua execução diversos órgãos governamentais e as três esferas de governo – federal,

⁵³ André Portela Souza e Reynaldo Fernandes. No Brasil, foi publicado com o título “A Redução do Trabalho Infantil e o Aumento da Frequência à Escola: Uma Análise de Decomposição para o Brasil dos Anos 90”, Mimeo, 2003

estadual e municipal. Tendo como principal executor o MDS, o PBF, o Peti e o BPC na Escola contam com a ação fundamental de outros ministérios. Elaborado pelo Ministério da Saúde, o Saúde na Escola também é uma ação interministerial.

Para se ter uma ideia da importância de atuação em rede nesses programas governamentais, basta ver como isso se dá no PBF. Um dos pilares do programa, no que diz respeito à área da educação, é a condicionalidade da frequência escolar mínima. Cabe ao MEC fazer o acompanhamento da frequência escolar das crianças e dos adolescentes beneficiados pelo programa, bem como a verificação dos motivos que ocasionaram a baixa frequência. Para desencadear esse processo, primeiro o MEC recebe do MDS a lista das famílias beneficiárias do PBF. Depois, encaminha a listagem dos alunos que devem ter a frequência acompanhada a estados e municípios. E estes solicitam as informações de frequência às escolas de sua rede, assim como os motivos da eventual baixa assiduidade dos alunos. Assim, esse acompanhamento é feito por uma rede de parceiros que envolve as secretarias de Educação dos estados e dos municípios, bem como as escolas.

A coleta dos dados é feita por meio do Sistema Presença, disponibilizado aos estados, municípios e Distrito Federal. Atualmente, esse sistema tem cerca de 22 mil usuários, como coordenadores estaduais, diretores de escola e funcionários de órgãos de controle e do Ministério Público, entre outros. A cada dois meses os operadores do sistema abordam as escolas para saber se os estudantes beneficiários estão cumprindo a frequência mínima mensal exigida pelo programa. Nos casos de descumprimento, é necessário indicar o motivo das faltas. Essa coleta de dados é feita cinco vezes ao longo do ano letivo. Uma semana antes de iniciar um período de coleta, o MDS (que administra o Cadastro Único e é responsável pela gestão administrativa do PBF) envia ao MEC um arquivo atualizado dos beneficiários que precisam ter o acompanhamento da frequência escolar. Esse arquivo indica inclusões, exclusões e ainda correções a ser feitas.

Na etapa de coleta de frequência, quando o operador observar uma situação de frequência inferior à exigida pelo programa, deve verificar e indicar os motivos das ausências do aluno em uma tabela com 20 opções apresentadas pelo MEC. Ao final de cada período de coleta, o MEC encaminha ao MDS a lista de alunos que tiveram frequência inferior ao percentual mínimo exigido pelo PBF, juntamente com os motivos apresentados para as faltas.

A tabela de motivos de baixa frequência tem sido reformulada constantemente e é um instrumento importante que pode indicar vulnerabilidades e problemas enfrentados por crianças e adolescentes quanto à frequência escolar. Seu principal objetivo é servir de base para intervenções multissetoriais, que poderão envolver desde questões didático-pedagógicas até o acompanhamento do aluno e da família ou a intervenção do Conselho Tutelar e de outros órgãos de defesa de direitos de crianças e adolescentes.

A atual tabela está sendo revisada para que possa, segundo a Secadi, unidade responsável pelo acompanhamento da condicionalidade em educação, responder melhor às vulnerabilidades encontradas nas famílias de baixa renda e que são barreiras à frequência regular de crianças e adolescentes em sala de aula.

O governo federal está planejando fazer esse mesmo tipo de acompanhamento para os beneficiários do Peti e do Projovem Adolescente, usando o mesmo cronograma e os mesmos atores envolvidos no processo. Vale lembrar que uma parcela das pessoas que participam desses dois programas também está incluída no PBF, ou seja, já tem sua frequência escolar acompanhada.

“Além de servir como estímulo para que os pais mantenham as crianças na escola, o acompanhamento de frequência funciona também como um instrumento importante para identificar as famílias mais vulneráveis e permitir uma ação focada e pontual”, explica Daniel de Aquino Ximenes, diretor de condicionalidade do PBF. Segundo ele, uma vez detectado que a criança apresenta reiteradamente baixa frequência, são tomadas medidas para reverter o quadro, que passam por quatro fases: advertência, bloqueio, suspensão por duas vezes e, finalmente, cancelamento do benefício. Antes de chegar a esse último estágio, porém, o departamento de Assistência Social do MDS inicia uma ação conjunta com os Cras ou Creas dos municípios. “Quando as famílias estão na fase de suspensão do benefício, essas equipes sociais entram em ação para fazer o acompanhamento familiar. A ideia é que, com esse apoio, a família possa superar as dificuldades que estejam impedindo a criança de frequentar a escola e volte a cumprir a condicionalidade para permanecer no PBF”, explica Daniel Ximenes. O mesmo acontece no Peti. Depois da transferência de renda, se a criança ou o adolescente for encontrado novamente em situação de trabalho, obrigatoriamente é inserido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, oferecido pela Proteção Social Básica em articulação com o responsável pelo Peti no município.

Atuação em rede é fundamental

Garantir o acesso e a permanência da criança e do adolescente na escola não é um trabalho de um ou de outro órgão isoladamente. Requer uma atuação em rede, com a ampla participação de todas as esferas de governo e da sociedade civil. Nesse sentido, a ferramenta elaborada pela ABMP é uma conquista valiosa, uma vez que ajuda a mapear todos os atores que precisam entrar em campo para assegurar que crianças e adolescentes efetivamente conquistem o direito à educação.

Com base no conceito de que a garantia dos direitos da criança e do adolescente é tarefa que exige uma ação em rede de diversos atores, os Fluxos Operacionais Sistêmicos contribuem para tornar mais claro o papel de cada um desses agentes e as interações necessárias entre eles, como destaca o juiz Eduardo Rezende Melo no texto de apresentação das cartilhas lançadas em 2010. “Mais que um produto acabado, esses cadernos trazem a potência da construção coletiva e a reflexão crítica sobre a operacionalidade de um instrumental que temos a convicção de que possa em muito contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de cogestão participativa e sistêmica dos processos de garantia de direitos”⁵⁴, afirma. Segundo Rezende Melo, a aplicação dos fluxos pode revelar, muitas vezes, as limitações de determinadas políticas públicas e, a partir do que mostra essa radiografia, oferecer a oportunidade de aperfeiçoamento e avanços sempre no sentido de efetivamente garantir os direitos de crianças e adolescentes. Os fluxos são, portanto, um instrumento para refletir e rever as ações de forma coletiva, reunindo nessa tarefa diversos atores institucionais de determinada localidade.

Esse trabalho coletivo também está na base da proposta do Selo UNICEF Município Aprovado. Para conquistar a certificação, o município precisa armar toda uma rede de colaboradores. Para começar, o prefeito do município que se inscreve no programa tem que garantir o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e nomear um articulador local do Selo UNICEF. Essa pessoa deve ser uma referência na área da infância e adolescência e ter grande capacidade de articulação com as secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, o CMDCA, demais conselhos setoriais e organizações da sociedade civil e iniciativa privada – enfim, todos os atores que deverão ser mobilizados a participar ativamente das ações do Selo UNICEF.

54 *Cadernos de Fluxos Operacionais Sistêmicos – Proteção Integral e atuação em rede na garantia dos direitos de crianças e adolescentes*, ABMP, disponível em: www.abmp.org.br/UserFiles/File/caderno_fluxos_operacionais.pdf

Formado por representantes do governo e da sociedade civil, o CMDCA, responsável pela formulação e pelo controle de políticas de atenção à infância e à adolescência na edição 2009-2012, tem um papel fundamental: deve participar da gestão do Selo UNICEF no município e coordenar os fóruns comunitários em que serão discutidas, planejadas e avaliadas ações e políticas públicas para a infância e a adolescência. Para desempenhar essa tarefa, o conselho precisa estar permanentemente articulado com vários setores da gestão municipal, outros conselhos setoriais, Poder Legislativo e organizações sociais. Também cabe a esse conselho fazer a articulação com grupos de adolescentes para promover sua participação nas ações do Selo UNICEF, uma iniciativa muito importante, como ressalta o *Guia Metodológico*: “Promover a participação de crianças e adolescentes é uma forma de assegurar seus direitos. Eles devem ser ouvidos, expressar suas ideias e anseios a respeito dos serviços públicos, e podem dar uma importante contribuição na melhoria das políticas de atenção à infância e adolescência”⁵⁵.

Outra instância que o município deve criar é a Comissão Municipal Pró-Selo, que tem a função de fortalecer as articulações necessárias para que o município consiga atingir as metas estabelecidas. Para que tenha toda a força necessária para desempenhar esse papel, também é importante que ela seja composta de representantes de diversos setores, como: articulador, CMDCA, Conselho Tutelar, representações de órgãos estratégicos da prefeitura (caso das secretarias de Educação, Saúde e de Assistência Social), organizações da sociedade civil que tenham experiência na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e de lideranças de adolescentes e comunicadores locais.

A recompensa de todo o esforço vem no final do processo, quando os municípios que obtiverem bons resultados na melhoria de vida de crianças e adolescentes ganham o reconhecimento internacional na forma da certificação.

Políticas para superar as barreiras vinculadas à oferta

Transporte escolar

Para enfrentar as dificuldades de transporte escolar, outra barreira importante no acesso à escola, o MEC mantém atualmente dois programas, o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate)⁵⁶, com o objetivo de melhorar as condições e a segurança do transporte escolar, principalmente da zona rural, possibilitando o acesso e a permanência na escola dos alunos da rede pública de ensino.

O programa Caminho da Escola, criado em 2007, consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, micro-ônibus e embarcações novos. A partir de 2009, o programa foi ampliado para toda a Educação Básica, incluindo alunos da Educação Infantil e do Ensino Médio residentes no campo. Desde sua criação até janeiro de 2011, o programa atendeu 3.826 municípios,

⁵⁵ *Guia Metodológico – Selo UNICEF Município Aprovado Edição 2009-2012*, disponível em: www.selounicef.org.br/download/global/Guia-Metodologico.zip

⁵⁶ O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com reforma, seguros, financiamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica, do veículo ou embarcação utilizados para o transporte de alunos da Educação Básica pública residentes em área rural. Serve também para pagamento de serviços contratados de terceiros para o transporte escolar. Os cálculos dos recursos destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios têm como base o quantitativo de alunos da zona rural transportados e informados no Censo Escolar do ano anterior.

com a aquisição de mais de 12 mil veículos escolares. Além de ônibus⁵⁷, o Caminho da Escola também fornece barcos e bicicletas para o transporte de estudantes das redes públicas de ensino que moram em áreas ribeirinhas e em locais de difícil acesso para veículos tradicionais. Os barcos são produzidos por meio de um convênio do FNDE com a Marinha do Brasil.

O Pnate, por sua vez, foi instituído em 2004 para oferecer assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados e municípios, sem necessidade de convênio, para custear despesas de uso e manutenção de veículos utilizados para o transporte de alunos da Educação Básica pública nas áreas rurais, bem como para o pagamento de empresas terceirizadas de transporte escolar. Assim como o Caminho da Escola, foi ampliado em 2009 para toda a Educação Básica. O valor *per capita* anual do Pnate varia de R\$ 120,73 a R\$ 172,24, de acordo com a área rural do município, a população moradora do campo e a posição do município na linha de pobreza.

Apesar de representar um importante passo para a resolução das dificuldades de acesso à escola nas áreas mais isoladas do país, os programas ainda têm muitos desafios a superar para garantir o direito de aprender às crianças que vivem no campo.

A pesquisa intitulada “Ônibus Rural Escolar do Brasil”⁵⁸, apresentada em 2009 pelo Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (Ceftru/UnB) a pedido do FNDE, mostra que estradas em más condições de conservação, veículos inadequados e com falta de manutenção e viagens de até nove horas diárias ainda fazem parte da realidade de uma grande parte dos alunos da zona rural de municípios atendidos pelo Caminho da Escola. Cerca de um terço (27,7%) dos veículos analisados em todo o país foi considerado não adequado para o transporte escolar. Na Região Nordeste, esse número salta para 60%.

Em relação ao Pnate, um estudo realizado por um pesquisador da UnB⁵⁹ apontou que a forma de distribuição dos recursos do programa, de acordo com o número de estudantes de cada município, não é eficaz, porque não leva em consideração a situação financeira dos municípios e as dificuldades de acesso à escola, como relevo e situação das estradas. Assim, os municípios mais pobres e aqueles onde há mais necessidade de investir em transporte deveriam receber mais verbas – constatação que confirma os dados da pesquisa do Ceftru.

Educação integral

A oferta de educação em tempo integral é, segundo especialistas, uma estratégia fundamental para quebrar o círculo vicioso da pobreza e reduzir a desigualdade social. Ela favorece o desenvolvimento das crianças ao propiciar mais oportunidades de aprendizado, de ampliação do seu repertório cultural e de aquisição de informações diversas, principalmente em regiões de vulnerabilidade social, por meio da ampliação de jornada, com atividades desenvolvidas na escola ou em outros espaços, por professores ou por educadores sociais, envolvendo também a família e a comunidade na educação das crianças. A educação integral considera, no seu desenvolvimento, as dimensões dos tempos, práticas, conteúdos e territórios das ações educativas, na escola e em outros lugares de aprendizagem. Leva em conta também as articulações intersetoriais entre políticas públicas, a

⁵⁷ Em 2009, o FNDE, em parceria com o Inmetro e fabricantes de veículos, desenvolveu modelos de ônibus escolares específicos para o transporte de estudantes. Esses modelos apresentam chassi mais alto e rodas mais próximas da frente e da traseira do veículo para melhorar a trafegabilidade, além de apresentar equipamentos de acessibilidade e portas mais largas, para facilitar o uso de cadeiras de rodas, entre outras inovações.

⁵⁸ Os pesquisadores percorreram mais de 50 mil quilômetros para a realização do estudo em 16 municípios, nas cinco regiões brasileiras.

⁵⁹ SILVA, Alan Ricardo da. *Metodologia para Avaliação e Distribuição de Recursos para o Transporte Escolar Rural*, 2009.

participação contínua e ativa da comunidade. Envolve principalmente o foco no direito de cada criança a ter acesso, a permanecer e aprender e a concluir cada etapa da Educação Básica.

Em 2007, o governo federal criou o programa Mais Educação, que prevê a ampliação da jornada escolar para cerca de sete horas diárias e a oferta de atividades educativas nas áreas de cultura, artes, esporte, lazer, cultura digital, comunicação, direitos humanos, meio ambiente, saúde, ciências da natureza e economia, em diferentes territórios educativos. Para isso, estimula o estabelecimento de parcerias entre as redes públicas de ensino e clubes, parques, organizações sociais, museus, bibliotecas, cinemas e outros espaços da comunidade.

Além do MEC, participam da execução do programa os ministérios do Esporte, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e a Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República. O Mais Educação conta ainda com a parceria de 81 secretarias estaduais e municipais de Educação.

Em 2008, o programa foi implantado em 1.380 escolas de 55 municípios, beneficiando 386 mil crianças e adolescentes. No ano seguinte, chegou a 5 mil escolas de 126 municípios e cerca de 1,5 milhão de estudantes. Em 2010, o programa atendeu 10 mil escolas em 389 municípios, beneficiando cerca de 2,3 milhões de alunos; em 2011, chegou a quase 15 mil escolas, atendendo mais de 3 milhões de estudantes. Apesar da significativa expansão, o desafio ainda é grande, já que existem mais de 194 mil escolas e quase 49 milhões de alunos de Educação Básica em todo o país.

De acordo com o Censo Escolar 2010, mais de 1,3 milhão de alunos matriculados no Ensino Fundamental recebem educação em tempo integral, a maior parte deles (cerca de 95%) na rede pública de ensino. Outros 1,7 milhão de estudantes dessa etapa de ensino participam de algum tipo de atividade complementar – desse total, se somado o tempo em atividades complementares com o de escolarização, quase 850 mil podem ser considerados alunos em tempo integral. O Censo Escolar revela ainda que o programa Mais Educação, que, em 2009, ocupava a 11ª posição em matrículas entre as atividades complementares à escola oferecidas no país, em 2010 chegou à segunda posição, um crescimento de 70%.

Em razão do pouco tempo de implantação, ainda não é possível medir objetivamente os resultados do Mais Educação – a última edição do Ideb, referência para medir a qualidade da educação, é de 2009, o que não permite fazer uma avaliação do desempenho dos municípios participantes do programa. No entanto, experiências realizadas há mais tempo em alguns municípios brasileiros, como Apucarana (PR), que há dez anos implantou a educação integral na rede pública, mostram resultados positivos. Além da evasão escolar praticamente nula (0,1% em 2009), as notas nas avaliações de desempenho do MEC estão cada vez melhores. Em Matemática, a média de Apucarana na Prova Brasil passou de 198,4 (2005) para 237,5 (2009) e em Português saltou de 189,8 (2005) para 206,6 (2009).

Para a coordenação nacional do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec), da OIT, se a educação integral estiver baseada em três eixos (mais tempo, mais espaços e mais conteúdos com qualidade), com certeza vai exercer um papel muito mais decisivo no combate ao trabalho infantil, outra importante barreira identificada no acesso e na permanência na escola.

Outras iniciativas do MEC no sentido de fortalecer o papel da escola na comunidade e na rede de proteção às crianças e aos adolescentes, principalmente em regiões mais carentes, contribuindo para a valorização da educação e a redução da violência, são os programas Escola Aberta e Escola que Protege. Resultado de uma parceria entre o MEC e secretarias estaduais e municipais de Educação estabelecida

em 2004, o Programa Escola Aberta promove a abertura, nos fins de semana, de escolas públicas de Educação Básica localizadas em territórios de vulnerabilidade social para a realização de atividades educativas, culturais, esportivas e artísticas para os alunos e a comunidade. Com isso, busca tornar mais próxima a relação entre a escola e a comunidade, contribuindo para a melhoria da educação, a inclusão social e econômica, a redução da violência e a promoção de uma cultura de paz, por meio de estratégias pedagógicas que valorizam os conhecimentos locais, o saber popular e a cultura regional.

Também criado em 2004, o Escola que Protege tem como meta a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, prevenindo e combatendo a violência no âmbito escolar. Para isso, financia projetos de formação continuada de profissionais da rede pública de Educação Básica, capacitando-os para atuar em situações de violência na escola, e a produção de materiais didáticos e paradidáticos sobre o tema. O Escola que Protege também incentiva a integração e a articulação das redes de ensino ao Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, para que seja implantado um fluxo de notificação e encaminhamento das situações de violência identificadas ou vivenciadas na escola. São priorizados os municípios que apresentem baixo Ideb, façam parte da Matriz Intersectorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes⁶⁰ ou onde crianças e adolescentes sejam mais vulneráveis à violência.

O programa foi implantado em 2004 como piloto nas cidades de Recife, Belém e Fortaleza, beneficiando 403 escolas e capacitando 608 professores. Em 2006, por meio de parceria com 20 universidades, formou 4.416 educadores de 96 cidades, beneficiando cerca de 800 escolas, além de estimular a criação de comissões gestoras locais para articular e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos nos municípios. Entre 2007 e 2010, formou cerca de 30 mil educadores.

Ampliação da escolaridade obrigatória

Outra medida adotada para melhorar a educação no Brasil foi a matrícula obrigatória de todas as crianças a partir dos 6 anos de idade no Ensino Fundamental, ampliando para nove anos a duração mínima dessa etapa da Educação Básica. Pesquisas apontam que o ingresso na escola das crianças de 6 anos amplia a qualidade do processo de aprendizagem, facilitando a progressão dos estudos.

O esforço do governo para colocar em prática essa política pode ser verificado pelos dados do Censo Escolar. Enquanto em 2009 aproximadamente 59% dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental estavam cursando a modalidade de nove anos e 41% a de oito anos, em 2010 essa proporção passou a ser de 66% e 34%, respectivamente (*ver quadros 45 e 46*).

⁶⁰ O estudo faz um mapeamento dos municípios brasileiros vulneráveis à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Foi construído com base em dados e pesquisas realizadas sobre o tema.

QUADRO 45 - Número de matrículas no Ensino Fundamental de oito e nove anos (2009)

	Matrículas no Ensino Fundamental										
	Ensino Fundamental de oito anos						Ensino Fundamental de nove anos				
	Total	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	31.705.528	12.994.972	2.849	6.037.154	5.968.610	986.359	18.710.556	22.156	4.535.342	11.361.028	2.792.030

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2009

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Inclui matrículas no Ensino Fundamental de oito anos – múlti, Ensino Fundamental de oito anos – correção de fluxo, Ensino Fundamental de nove anos – múlti, Ensino Fundamental de nove anos – correção de fluxo.

O Censo Escolar também aponta uma queda de 3,6% no número de matrículas na Pré-Escola de 2009 para 2010, de 4.866.268 para 4.692.045, respectivamente. Essa diminuição, segundo o Inep, pode ser atribuída ao fato de que os alunos de 6 anos estão ingressando agora no Ensino Fundamental e não mais na Pré-Escola, como era feito antes da ampliação da faixa etária desta etapa da Educação Básica.

Políticas para superar as barreiras de gestão e governança

Há mais de 15 anos, o MEC, por meio do Inep, realiza avaliações de aprendizagem do sistema educacional brasileiro para apoiar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas educacionais. O objetivo dessas avaliações é identificar deficiências para que seja possível estabelecer planos de ação e definir prioridades nos investimentos.

O primeiro instrumento utilizado para esse fim foi o Saeb, que é realizado desde 1995, a cada dois anos, com uma amostra de alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das redes pública e privada, nas zonas urbana e rural. Outra avaliação realizada pelo Inep é a Prova Brasil, aplicada desde 2005 também a cada dois anos a todos os alunos das escolas das redes públicas urbanas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental que tenham mais de 20 alunos matriculados em cada um; em 2011, as escolas rurais que atendem a esses requisitos também passaram a participar da prova. Por fornecer resultados por escola, estado e município, a Prova Brasil permite identificar, por meio do desempenho dos alunos em Português e Matemática, a qualidade do ensino oferecido na rede pública e, com isso, definir ações pedagógicas e administrativas para corrigir as deficiências detectadas e melhorar a aprendizagem.

De acordo com diretrizes estabelecidas no PDE, o Inep criou, em 2007, o Ideb, que integra os resultados da Prova Brasil e do Censo Escolar. O Ideb reúne dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep: o Saeb⁶¹, para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil, para os municípios. A combinação dos dois indicadores tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno, mas seu desempenho se mostrar insuficiente, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria.

⁶¹ O Saeb é aplicado para alunos matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. Seus resultados são apresentados para cada estado, para cada região e para o Brasil como um todo. Já a Prova Brasil avalia apenas estudantes no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e apresenta resultados por regiões, estados, municípios e escolas. Os resultados do Saeb são considerados para calcular o Ideb de estados e do país, e os resultados da Prova Brasil são considerados para o cálculo do Ideb das escolas e dos municípios. Fonte: Inep

QUADRO 46 - Número de matrículas no Ensino Fundamental de oito e nove anos (2010)

	Matrículas no Ensino Fundamental										
	Total	Ensino Fundamental de oito anos					Ensino Fundamental de nove anos				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	31.005.341	10.488.210	2.463	5.295.845	4.453.960	735.942	20.517.131	22.962	4.821.011	12.467.862	3.205.296

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2010

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Inclui matrículas no Ensino Fundamental de oito anos – múlti, Ensino Fundamental de oito anos – correção de fluxo, Ensino Fundamental de nove anos – múlti, Ensino Fundamental de nove anos – correção de fluxo e Ensino Fundamental de oito e nove anos – múlti.

Além de criar o índice, o Inep também definiu metas e submetas para escolas, municípios e estados para o período de 2007 a 2021. Para atingi-las, é necessária a regularização do fluxo escolar, para reduzir significativamente as reprovações e o abandono e melhorar o desempenho das escolas.

“Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo”, observa o texto “Para que serve o Ideb”, publicado no site do Inep. “O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a Educação Básica”, completa. E também um instrumento importante em busca da equidade. Segundo o site do Inep, “estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado, para que elas melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade”.

Investimento em Educação Infantil

Fundamental para assegurar o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, a Educação Infantil também vem sendo uma das prioridades das políticas públicas nos últimos anos. Um bom atendimento nessa fase tem reflexos importantes para a evolução da criança nas etapas seguintes da educação escolar. A criança que frequenta a Educação Infantil acaba tendo, em média, um ano a mais de escolaridade do que a que entra na escola a partir do Ensino Fundamental e 32% mais possibilidade de concluir o Ensino Médio, benefício que é mais acentuado entre as crianças de famílias mais carentes, de acordo com a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) do IBGE, 1996/1997. Isso acontece porque esses estudantes acabam desenvolvendo mais motivação para permanecer na escola, mesmo com dificuldades de aprendizado, e porque, ao ter mais tempo de exposição aos conteúdos dos anos iniciais de escolarização, chegam com melhor nível de conhecimento às etapas seguintes.

Além do Fundeb, que destina recursos para o conjunto da Educação Básica, incluindo as matrículas de Creche e Pré-Escola, o governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância)⁶², que fornece assistência financeira aos municípios e ao Distrito Federal para a aquisição e a construção de prédios e de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas.

O impacto do Fundeb e do ProInfância pode ser verificado pelos dados do Censo Escolar, realizado pelo Inep. Em 2010, seguindo a tendência dos últimos anos, a Creche foi a etapa de ensino com maior crescimento no número de matrículas da Educação Básica – com 168.290 alunos a mais que 2009. A maior parte das matrículas está nas redes municipais de ensino, que atendem 1.345.180 alunos, seguidas pela rede privada, com 710.917 matrículas – das quais 361.032 (50,8%) são financiadas em alguma medida com recursos públicos, por meio de convênios com as prefeituras.

No caso da Pré-Escola, em 2010 houve queda no número de matrículas, de 4.866.268 para 4.692.045 (*ver quadro 47*). Essa diminuição se deve ao processo de implantação do Ensino Fundamental de nove anos, que passa a ter início aos 6 anos de idade, faixa antes atendida pela Pré-Escola. Assim como nas creches, as redes municipais concentram o maior número de alunos na Pré-Escola: 3.508.581 matrículas.

⁶² O programa é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação. Destina-se ao Distrito Federal e aos municípios que efetuaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do governo federal, e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR). Para ser atendido, também é indispensável que os dados orçamentários relativos à educação estejam atualizados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), do Ministério da Educação, e que o município detenha o título do terreno onde haverá a construção.

O acesso, no entanto, não é igual para todos. Pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets) para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) em nove comunidades cariocas pacificadas (Babilônia, Batam, Cantagalo, Chapéu Mangueira, Cidade de Deus, Ladeira dos Tabajaras, Pavão-Pavãozinho, Providência e Santa Marta) apontou que em algumas, como Batam, menos da metade das crianças de até 6 anos (41,9%) está na escola. A taxa de escolarização mais alta é na faixa etária de 7 a 14 anos, com índices que se aproximam dos 100% (de 93,1%, na Providência, a 99,4%, em Cantagalo e Ladeira dos Tabajaras).

Alfabetização na idade certa

O domínio da leitura e da escrita é fundamental para o sucesso do aluno em todas as outras áreas, além de um dos melhores indicadores de resultados de aprendizagem de longo prazo. Por isso, é considerado prioridade nos esforços para melhorar a qualidade da Educação Básica.

No entanto, em todo o país muitos estudantes concluem a primeira etapa do Ensino Fundamental sem dominar habilidades básicas de leitura e escrita. Na cidade de São Paulo, por exemplo, 23% dos alunos terminam o 2º ano do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever, de acordo com dados de 2010 da Prova São Paulo, avaliação realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

Desde 2008 o MEC formula a Provinha Brasil, uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino. Realizada em duas etapas – uma no início e outra no fim do ano letivo –, tem como objetivo ajudar professores e gestores educacionais a identificar a evolução das habilidades de leitura e escrita das crianças, possibilitando a adoção de medidas para corrigir eventuais insuficiências.

Não existe no Brasil um indicador de abrangência nacional que ateste o nível de alfabetização das crianças aos 8 anos de idade. Há, no entanto, algumas iniciativas localizadas que procuram avaliar o nível de alfabetização das crianças no Ensino Fundamental. Um exemplo é o Programa Palavra de Criança, realizado inicialmente pelas prefeituras de Teresina (Piauí) e de Sobral (Ceará) em parceria com a Undime e com o apoio do UNICEF. Atualmente o programa está sendo ampliado para um maior número de municípios

QUADRO 47 - Número de matrículas da Educação Infantil

Ano	Total	Creche	Pré-Escola
2002	6.130.358	1.152.511	4.977.847
2003	6.393.234	1.237.558	5.155.676
2004	6.903.762	1.348.237	5.555.525
2005	7.205.013	1.414.343	5.790.670
2006	7.016.095	1.427.942	5.588.153
2007	6.509.868	1.579.581	4.930.287
2008	6.719.261	1.751.736	4.967.525
2009	6.762.631	1.896.363	4.866.268
2010	6.756.698	2.064.653	4.692.045
$\Delta\%$ 2002/2010	10,2	79,1	-5,7

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2002-2010

no Piauí. Seu objetivo é consolidar a alfabetização dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental nas escolas da rede municipal, envolvendo seus familiares no processo educativo. O programa promove a capacitação das equipes técnicas municipais para o monitoramento da alfabetização, realiza uma avaliação das crianças para medir as habilidades de leitura e escrita adquiridas, concedendo um certificado a cada uma que atesta seu estágio em todas as habilidades, e busca estimular a participação dos pais na vida escolar de seus filhos.

No primeiro semestre de 2011, também foi aplicada a Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), exame que verifica o nível de alfabetização das crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental, resultado de uma parceria entre o movimento Todos pela Educação, o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, a Fundação Cesgranrio e o Inep. Dos cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais brasileiras que fizeram as provas, 56,1% aprenderam o que era esperado em Leitura e 42,8% em Matemática. No entanto, verificou-se grande variação entre as regiões brasileiras (ver quadros 48 e 49).

De acordo com o quarto relatório de monitoramento das 5 Metas do Todos Pela Educação, *De Olho nas Metas 2011*, esse dados revelam que, para que 100% das crianças de até 8 anos estejam alfabetizadas no ano de 2022, em Leitura, é preciso um crescimento de 78,3% na proporção de alunos com nível adequado para a etapa de ensino. Em Matemática, o percentual tem de aumentar 133,6%, e para Escrita, 87,6%. “Considerando a condição atual de aprendizagem dos alunos, nota-se que apenas em 2013 será possível atingir a meta de 80% dos alunos com desempenho adequado em Escrita e Leitura. Em Matemática, isso só deve ocorrer, pela projeção, em 2014. (...) O percentual de estudantes com aprendizagem adequada deverá crescer ao ano, no mínimo, 5,8% em Escrita; 5,3% em Leitura; e 7,9% em Matemática, para que o Brasil consiga oferecer alfabetização de qualidade a todas as crianças em 2022”, aponta o relatório.

QUADRO 48 - Percentual de alunos que aprenderam o esperado em Leitura para o 3º ano do EF

Área	Rede de ensino	Percentual de alunos com desempenho esperado
Brasil	Total	56,1%
Norte	Total	43,6%
Nordeste	Total	42,5%
Sudeste	Total	62,8%
Sul	Total	64,6%
Centro-Oeste	Total	64,1%

Fonte: Relatório *De Olho nas Metas 2011*, Todos pela Educação

QUADRO 49 - Percentual de alunos que aprenderam o esperado em Matemática para o 3º ano do EF

Área	Rede de ensino	Percentual de alunos com desempenho esperado
Brasil	Total	42,8%
Norte	Total	28,3%
Nordeste	Total	32,4%
Sudeste	Total	47,9%
Sul	Total	55,7%
Centro-Oeste	Total	50,3%

Fonte: Relatório *De Olho nas Metas 2011*, Todos pela Educação

Correção de fluxo escolar

Em relação ao Ensino Médio, a oferta tem se mantido estável nos últimos anos, tanto em número de matrículas como no de estabelecimentos. De acordo com o Censo Escolar, o impacto do Fundeb sobre essa etapa de ensino não foi tão significativo quanto na Educação Infantil. Em 2010, registrou-se um aumento de 20.515 matrículas em relação a 2009, totalizando 8.357.675 estudantes. A quantidade de estabelecimentos em 2009 chegou a 25.923, ante 25.389 em 2008 e 24.266 em 2007.

Um dos principais problemas do Ensino Médio é a dificuldade de progressão nos estudos. Uma parcela significativa de alunos (46,2%, segundo a Pnad 2009) deixa a escola antes de concluir o Ensino Fundamental, por problemas de repetência, baixo desempenho e desinteresse em relação aos conteúdos oferecidos.

Algumas medidas têm sido tomadas para tentar reduzir a repetência, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Uma delas é a organização dos anos escolares em ciclos que procuram considerar o desenvolvimento da criança⁶³. Sua implantação depende da iniciativa de cada Secretaria de Educação. No estado de São Paulo, todas as escolas públicas utilizam o sistema. Em outros estados, como Paraná e Minas Gerais, algumas escolas seguem o sistema tradicional de séries e outras, a progressão continuada. Mas a maioria das redes públicas do país permanece apenas com o sistema seriado.

Além da organização em ciclos, existem outras iniciativas, previstas pela legislação, que visam à correção do fluxo escolar, de forma a adequar a série à idade dos alunos no Ensino Fundamental, dando-lhes condições de aprender, de fato, e progredir para a série seguinte. Uma das estratégias mais utilizadas na correção do fluxo escolar é a aceleração de aprendizagem, que possibilita ao aluno cursar mais de uma série em um único ano, dando-lhe condições para recuperar sua defasagem na aprendizagem e em relação à idade-série.

Para atender os municípios que solicitam apoio para a correção do fluxo escolar nas suas redes, o MEC custeia a implantação de tecnologias pré-qualificadas desenvolvidas por organizações parceiras, como o Programa de Correção de Fluxo Escolar na Alfabetização, do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (Geempa); o Programa de Aceleração da Aprendizagem, do Instituto Alfa e Beto; e o programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna.

Educação inclusiva

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva⁶⁴ adotada pelo MEC em 2008, a prioridade para a inserção de crianças e adolescentes com deficiência na escola é matriculá-las em classes comuns do ensino regular e oferecer atendimento educacional especializado em salas de recursos em horário complementar.

Além de ser um direito garantido pela Constituição, a inclusão é um conceito defendido por educadores do mundo todo. A convivência de crianças com algum tipo de deficiência com outras de sua idade sem

⁶³ A LDB, de 1996, propõe a progressão continuada organizada em forma de ciclos, considerando o conhecimento como processo e vivência que não admitem a ideia de interrupção, mas sim de construção. De acordo com a progressão continuada, o aluno passa automaticamente pelas séries, mas é avaliado ao longo e ao final de um ciclo. A duração de um ciclo pode variar de dois a quatro anos, de acordo com a rede de ensino. O parecer do Conselho Nacional de Educação de nº 11/2010, homologado pelo ministro da Educação em 9/12/2010, propõe que pelo menos os três primeiros anos do Ensino Fundamental sejam organizados em um único ciclo.

⁶⁴ Segundo o site do MEC, a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis.

deficiência é importante tanto para o desenvolvimento social e educacional de ambos os grupos como para diminuir o preconceito. Os defensores da educação inclusiva também apontam que a chegada dessas crianças estimula a escola a tratar melhor a diversidade, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno, independentemente do grupo social a que ele pertence.

Como resultado, tem crescido o número de crianças com deficiência na escola. Em 2010, o Censo Escolar registrou um aumento de 10% na Educação Especial⁶⁵. O número de matrículas subiu de 639.718 em 2009 para 702.603 em 2010. O número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular e em Educação de Jovens e Adultos (EJA) cresceu 25% em relação a 2009, enquanto nas classes especiais e nas escolas exclusivas diminuiu 13,6% (veja quadro 50).

Outro dado que revela a expansão da educação inclusiva na rede pública de ensino é o de matrículas por dependência administrativa. Em 2010, o número de alunos com deficiência atendidos por escolas públicas foi de 75,8%, enquanto as escolas privadas ficaram com 24,2% – em 2007, esses números eram de 62,7% e 37,3%, respectivamente.

Na área de Educação Especial, o governo federal também mantém o programa BPC na Escola, que acompanha e monitora o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, na faixa etária até 18 anos que recebem o BPC⁶⁶. O programa é resultado de uma articulação entre o MEC, o MDS, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos.

Para isso, é necessário que os estados, o Distrito Federal e os municípios façam a adesão ao programa. Então, é formado um grupo gestor do BPC na Escola em cada município, com representantes das áreas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos. Em seguida, esse grupo gestor elege um coordenador técnico, preferencialmente da área de assistência social. Cabe ao coordenador formar a equipe técnica que aplicará um questionário às crianças e aos adolescentes beneficiados pelo programa e suas famílias, a fim de identificar as barreiras que impedem o seu acesso e permanência na escola. Identificadas essas barreiras, o governo nos três níveis (federal, estadual e municipal) deve se comprometer a definir e implementar ações e estratégias para vencer as dificuldades e garantir o acesso e a permanência na escola dessas crianças e adolescentes.

⁶⁵ O MEC e o Inep adotam a expressão Educação Especial para tratar de programas, ações e dados referentes aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

⁶⁶ O BPC garante um salário mínimo mensal a idosos a partir de 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade, mediante a comprovação de não terem meios de garantir a própria subsistência nem famílias que possam sustentá-las.

QUADRO 50 - Número de matrículas de Educação Especial

Ano	Total	Modalidade especial						Alunos incluídos					
		Total	Educação Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Educação Profissional	Total	Educação Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Educação Profissional
2009	639.718	252.687	47.748	162.644	1.263	39.913	1.119	387.031	27.031	303.383	21.465	34.434	718
2010	702.603	218.271	35.397	142.866	972	38.353	683	484.332	34.044	380.112	27.695	41.385	1.096

Fonte: Censo Escolar 2010

Nota: 1) Incluídos - Alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular e/ou Educação de Jovens e Adultos.
 2) Classe Especial - Alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular e/ou Educação de Jovens e Adultos.
 3) Escolas Exclusivas - Alunos com necessidades educacionais especiais em escolas exclusivamente especializadas.

Um dos desafios que o programa enfrenta é a visão ainda predominante na sociedade de que as crianças e os adolescentes com deficiência devem ser tratados por instituições especializadas e de que as escolas regulares não estão preparadas para recebê-los. Para mudar esse cenário, o BPC na Escola tem oferecido formação para gestores e profissionais de educação, assistência social, saúde e direitos humanos nos estados e nos municípios. Atualmente o programa conta com a adesão de 2.623 municípios, dos 26 estados e do Distrito Federal –, o que corresponde a 47% dos municípios brasileiros e a 68% dos beneficiários na faixa etária de até 18 anos.

Investimento e financiamento da educação

Além de valorizar políticas intersetoriais e o trabalho em rede, questões relacionadas ao financiamento da educação têm ganhado cada vez mais importância no país.

Em vigor desde 2007, o Fundeb é o instrumento que hoje, no Brasil, tem como objetivo garantir recursos a todas as etapas da Educação Básica, da Creche ao Ensino Médio. Foi criado para substituir o Fundef, restrito ao Ensino Fundamental, com a expectativa de aumentar em dez vezes os recursos complementares destinados pelo governo federal à educação e apoiar programas destinados a adolescentes e adultos. Os recursos repassados pelo Fundeb aos municípios devem ser utilizados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Já os estados precisam investir os valores nos ensinos Fundamental e Médio.

Os recursos do Fundeb são formados por parcelas da arrecadação de estados e municípios – que são redistribuídos de acordo com a proporção de matrículas nas redes estaduais e municipais de ensino público – e por uma complementação do governo federal.

Segundo o FNDE, a complementação da União ao Fundeb é repassada aos estados e respectivos municípios que não conseguem com sua própria arrecadação atingir o valor nacional mínimo por aluno/ano. A complementação funciona exatamente para que esse valor mínimo nacional seja atingido. Em 2011, esse valor era de R\$ 1.729,33. Em 2010, foi de R\$ 1.529,97. Atualmente, dez estados recebem a complementação da União: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

O valor estimado em 2011 para o Fundeb era de R\$ 95,8 bilhões (R\$ 88,05 bilhões dos estados e R\$ 7,92 bilhões da União). Em 2010, o valor total foi de R\$ 87,4 bilhões. O repasse do governo federal ao Fundo aumentou de R\$ 2 bilhões, em 2007, para R\$ 8,8 bilhões, em 2011. Parte da complementação da União é destinada a apoiar estados e municípios no pagamento do piso salarial dos professores. Assim, além dos R\$ 7,9 bilhões, entram outros R\$ 880,5 milhões para o pagamento de professores, somando um total de R\$ 8,8 bilhões.

A implantação do Fundeb representou um passo importante no processo de ampliação do acesso à Educação Infantil e ao Ensino Médio, níveis que apresentam o maior contingente de crianças e adolescentes fora da escola. O desafio, agora, é fazer com que os estados repassem os recursos devidos ao Fundo. Em 2010, 12 estados e o Distrito Federal deixaram de aplicar R\$ 1,2 bilhão no Fundeb, de acordo com levantamento do FNDE, responsável pela administração do fundo.

Em sete anos, segundo dados do MDS, o governo brasileiro investiu R\$ 60,2 bilhões no PBF. Em 2010, o Ministério da Saúde repassou aos municípios R\$ 49 milhões para implementação do Programa

Saúde na Escola. O investimento nesses programas sociais representa um importante reforço no terreno da educação, em que os investimentos diretos, embora tenham melhorado nos últimos anos, conforme ressalta um recente estudo do Banco Mundial⁶⁷, ainda são insuficientes para fazer frente ao grande desafio de garantir o acesso de todas as crianças e de todos os adolescentes brasileiros a uma educação de qualidade.

Outra ferramenta importante para ampliar os recursos destinados à educação é o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). Criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQi foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em maio de 2010 e aguarda a homologação do ministro da Educação. Com a adoção do CAQi, os valores mínimos de investimento por aluno sofreriam significativa mudança, como mostra a tabela comparativa apresentada no parecer do CNE sobre o CAQi (*ver Anexos, Quadro 71*)⁶⁸.

O CAQi estabelece um valor mínimo de investimento por aluno, de acordo com cada etapa do ensino, levando em conta os insumos necessários para garantir a aprendizagem em cada uma dessas etapas. Também estabelece o percentual do PIB *per capita* que deve ser usado para reajustar esses valores, que variam para cada etapa da Educação Básica.

⁶⁷ *Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil – Próximos Passos*, de Barbara Bruns, David Evans e Javier Luque (Sumário), 2011, Banco Mundial.

⁶⁸ Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=15519&option=com_content&view=article

Sumário analítico

Para superar as barreiras que ainda prejudicam o direito de aprender de milhares de crianças e adolescentes brasileiros, diferentes esferas do poder público têm desenvolvido políticas e programas, alguns em parceria com setores da sociedade civil. Os desafios são grandes, mas os resultados mostram que eles estão no caminho certo, contribuindo para facilitar o acesso e a permanência na escola e para melhorar a qualidade da educação.

Na área de políticas socioculturais, são desenvolvidos programas contra o racismo na escola, já que a discriminação é um dos fatores mais significativos de exclusão educacional, bem como ações para ampliar a oferta e a qualidade da educação no campo, nas áreas indígenas e nas áreas quilombolas.

Outro grande fator de exclusão educacional, a pobreza, tem sido combatido por programas de transferência de renda condicionada à frequência escolar, como o Bolsa Família. Mas como essa é uma questão que não envolve apenas a renda, os programas e as políticas públicas têm buscado integrar vários órgãos e instituições governamentais e não governamentais para garantir o acesso e a permanência da criança e do adolescente na escola. Exemplos de iniciativas bem-sucedidas de atuação em rede são a ferramenta Fluxos Operacionais para Garantia de Direitos, desenvolvida pela ABMP; o Selo UNICEF Município Aprovado; a Ficai – que monitora a frequência dos alunos da rede pública de ensino –; e o Programa Saúde na Escola.

Também estão em curso diferentes políticas voltadas para a superação das barreiras relacionadas à oferta educacional. Entre elas, destacam-se programas que buscam melhorar o transporte escolar, reduzindo as dificuldades de acesso no campo e em áreas isoladas do país. Outro objetivo é a ampliação da oferta de educação integral em todo o país – que, ao ampliar as oportunidades de desenvolvimento dos estudantes, é fundamental para combater problemas como o abandono escolar e o trabalho infantil, contribuindo para a redução da desigualdade social.

No segmento de gestão e governança, as políticas têm investido nos sistemas de avaliação de aprendizagem, com o objetivo de identificar problemas, definir formas de solução e direcionar a aplicação de recursos. Entre as áreas consideradas prioritárias estão a Educação Infantil, a alfabetização na idade certa e a educação inclusiva.

Como é necessária uma quantidade significativa de recursos financeiros para colocar em prática as políticas públicas educacionais, e o orçamento do setor não é suficiente para atender à demanda, a questão do financiamento tem ocupado cada vez mais espaço nas discussões sobre a educação no país. O Fundeb trouxe grandes avanços, mas há ainda muitos desafios a superar. Uma das ferramentas propostas para ampliar os investimentos no setor é o CAQi, que deve ser implantado no futuro próximo.

Apesar dos inegáveis progressos, ainda há um longo caminho a ser percorrido no Brasil para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica na idade certa. Um desafio não apenas para a escola mas para o Sistema de Garantia de Direitos e para a rede de proteção como um todo.

Conclusões e recomendações – Caminhos necessários para garantir o direito de aprender

As conclusões e recomendações aqui apresentadas foram elaboradas com base na análise dos dados levantados para o relatório, nas contribuições das organizações integrantes do Grupo Gestor, nos processos de consulta desenvolvidos no decorrer do projeto e em documentos de entidades nacionais do campo da educação (veja *Bibliografia no fim deste capítulo*).

Elas são dirigidas aos entes federados nos três níveis de governo e aos demais atores educacionais, incluindo famílias, comunidades e organizações sociais, responsáveis e comprometidos com a garantia plena e universal dos direitos da criança e do adolescente, especialmente do direito à educação.

Buscamos organizar as recomendações em blocos estratégicos, que visam sintetizar as propostas e as análises apresentadas por parceiros e profissionais com os quais entramos em contato ao longo do estudo e da elaboração do relatório.

Assim, as conclusões e as recomendações que se seguem se relacionam com os perfis e as barreiras identificados no estudo, tendo a equidade como diretriz estratégica, com o firme propósito de reduzir



Foto: João Ripper/Imagens Humanas

Crianças da Comunidade Pacuí 2, do Quilombo Gurutuba

as múltiplas desigualdades ainda presentes e que afetam as crianças e os adolescentes, especialmente no que se refere à garantia de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão de cada etapa da Educação Básica, sempre na idade adequada.

1. Políticas educacionais e financiamento da educação

- Para assegurar a universalização com base na indivisibilidade dos direitos da criança, a intersectorialidade das políticas públicas tem importância estratégica. O estudo confirmou que o direito de aprender é construído com forte participação de programas e políticas de outras áreas, especialmente de assistência, saúde, cultura, esporte e lazer. Somente políticas implementadas de maneira realmente intersectorial poderão garantir, por exemplo, a inclusão, a permanência e a aprendizagem de crianças e adolescentes com deficiência, em abrigos, em cumprimento de medida socioeducativa, egressos ou em risco de trabalho infantil, ou em diversas outras situações de vulnerabilidade social e econômica. Em muitos casos, o primeiro passo para essa articulação passa pela integração entre cadastros e ações dos programas estruturais de cada área.
- A intersectorialidade, para se concretizar de maneira global, deve se apoiar em um regime de colaboração efetivo entre os entes federados, que precisa ser regulamentado, distribuindo responsabilidades, missões e tarefas com base na capacidade de arrecadação e implementação de cada ente. No campo da educação, o regime de colaboração deverá inspirar a construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação, que se traduza em Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação integrados e integrais⁶⁹, respeitando-se a autonomia dos entes federados.
- A efetividade da implementação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação e da gestão eficiente e efetiva de metas, políticas e programas que os compõem depende essencialmente da ampliação do investimento público em educação. O dimensionamento desse investimento deve se basear em parâmetros de custo vinculados a padrões de qualidade da educação, como o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), que deve ser institucionalizado por meio de legislação e normas específicas.
- Políticas e programas educacionais e seu financiamento devem ser objeto de forte e efetivo controle social, o que implica o fortalecimento dos conselhos e de outros mecanismos e instâncias já existentes, como fóruns, conferências, associações, grêmios, etc., a promoção de sua ação articulada e a ampliação e a consolidação da participação dos adolescentes, das famílias e da comunidade em cada um deles.

⁶⁹ O Plano Municipal de Educação pode ser elaborado e concluído mesmo antes dos Planos Estadual e Nacional de Educação. No processo de construção dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação pode haver uma articulação entre eles, mas para a elaboração um não depende do outro.

2. Oferta de educação de qualidade

- A universalização do acesso, da permanência, da aprendizagem e da conclusão da Educação Básica na idade certa é desafio estratégico para a desejada redução das desigualdades no Brasil. Para tornar efetiva a determinação da Emenda Constitucional 59/2009, que tornou obrigatória a escolarização para todas as crianças e todos os adolescentes dos 4 aos 17 anos, atenção especial deve ser dada a meninos e meninas de 4 e 5 anos, faixa etária correspondente à Pré-Escola, e aos adolescentes de 15 a 17 anos, os grupos mais excluídos ou em risco de exclusão escolar.
- A oferta da educação integral e contextualizada, com atenção e respeito ao ciclo de vida, à cultura e à etnia de crianças e adolescentes, é uma estratégia importante para quebrar o ciclo da pobreza e da desigualdade. É preciso eliminar da cultura escolar a aceitação, como naturais, da repetência, da evasão, da não alfabetização na idade certa e da não aprendizagem. Para isso, recomenda-se programar processos de avaliação contínuos, que permitam atenção individualizada a meninos e meninas e que sejam instrumentos de aprimoramento da gestão educacional, escolar e da sala de aula.
- A universalização da educação de qualidade requer o entendimento amplo e profundo da infraestrutura escolar e seus insumos como indispensáveis para a garantia de aprendizagem. Dimensionar corretamente as redes escolares, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, assegurando acessibilidade e transporte a alunos e professores, para distribuição, no tempo certo, de material didático e alimentação escolar, e para a realização de ações de formação de professores e de outros funcionários. Destaca-se a necessidade de se garantir a qualidade das escolas do campo, revertendo o processo de fechamento de unidades escolares nas zonas rurais, transferindo alunos para as zonas urbanas, muitas vezes a distâncias impraticáveis, especialmente para crianças pequenas, motivo de forte exclusão escolar.
- A valorização do profissional de educação é condição indispensável para a garantia da qualidade da educação. Para isso, são necessárias ações concretas, como a garantia do investimento necessário para a formação inicial e continuada de qualidade, a efetivação do Piso Salarial Nacional, a implementação de planos de carreira conforme a legislação e a regulamentação do ingresso na carreira, com o objetivo de evitar as contratações temporárias e a terceirização.

3. Barreiras socioculturais

- Reconhecer e eliminar os fatores que aprofundam a discriminação de crianças e adolescentes negros, indígenas e quilombolas é diretriz estratégica para a eliminação de desigualdades no Brasil. Esses meninos e meninas estão em desvantagem em todos os indicadores educacionais, em relação aos mesmos grupos etários da população branca. A eliminação da discriminação requer que todas as ações e políticas reconheçam, respeitem e efetivem o direito à educação específica, diferenciada, intercultural, comunitária e de qualidade para todos e todas.
- Consolidar e ampliar as políticas e os programas de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas regulares, promovendo a formação continuada de professores, a acessibilidade, a distribuição de material e de equipamentos didáticos adequados e a atenção individual a esse grupo de meninos e meninas.
- Aprimorar a política de avaliação e a oferta de livros didáticos, incrementando a acessibilidade para crianças com deficiência, garantindo conteúdos não discriminatórios em relação a gênero, raça e etnia, orientação sexual e religião, e criando condições para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.
- Garantir a inclusão de conteúdos que se relacionam com preconceito e discriminação e que podem levar a processos de exclusão escolar, como gênero, raça e etnia, religião, deficiências e orientação sexual na Política Nacional de Formação de Professores e nos programas de formação continuada.
- A exposição a todas as formas de violência é altamente prejudicial ao direito de aprender, levando à repetência e ao abandono. Fortalecer o vínculo e a articulação da escola com o Sistema de Garantia de Direitos previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, capacitando profissionais da educação para identificação e encaminhamento de denúncias relativas a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, especialmente abuso e exploração sexual, trabalho infantil, racismo, homofobia, intolerância religiosa, discriminação de gênero e contra crianças e adolescentes com deficiência.

4. Barreiras econômicas

- Fortalecimento de programas voltados para a inclusão social e econômica de famílias abaixo da linha de pobreza, considerando que a imensa maioria das crianças e dos adolescentes fora da escola ou em risco de exclusão escolar é oriunda dessas famílias nas zonas rurais, em comunidades populares de centros urbanos ou em situação de rua. Consolidar a condicionalidade de frequência na escola como parte dos programas de transferência de renda.
- Vamos acabar com o trabalho infantil! Construção e implementação de planos estaduais e municipais de erradicação do trabalho infantil, envolvendo e articulando as políticas públicas da educação e assistência social e mobilizando famílias, sociedade, organizações sociais e empresariais. Atenção especial para ações com o Ministério Público e o Poder Judiciário, visando ao cumprimento da legislação existente sobre o trabalho infantil.

Bibliografia

34ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). “Educação e Justiça Social.” Carta de Natal, 4 de outubro de 2011.

Caderno de Resoluções. 31º Congresso Nacional da CNTE. “PNE: a visão dos(as) trabalhadores(as) em educação.” Brasília, 13 a 16 de janeiro de 2011.

Carta de compromissos da Uncme. XXI Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Palmas/Tocantins, 11 de novembro de 2011.

Diferenças sim, desigualdades não! Semana de ação mundial 2011 – Por uma educação livre de discriminações. Campanha Nacional pelo Direito à Educação (*folder*). Dados também disponíveis no blog: <http://semanaacaomundial2011.wordpress.com/>

Informe “Intolerância religiosa em escolas”, elaborado pela Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, como parte da missão Educação e Racismo no Brasil (2011).

Informe “Mulheres na educação brasileira”, produzido pela ONG Ação Educativa para a Campanha por uma Educação Não Sexista e Antidiscriminatória (Cladem, Ação Educativa e Ecos).

Moção da Undime em defesa do PNE. 12ª Reunião do Grupo de Trabalho das Capitais e Grandes Cidades, Brasília, 3 a 7 de outubro de 2011.

“Por que 7% do PIB para a educação é pouco?” Cálculo dos investimentos adicionais necessários para o novo PNE garantir um padrão mínimo de qualidade. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 17 de agosto de 2011.

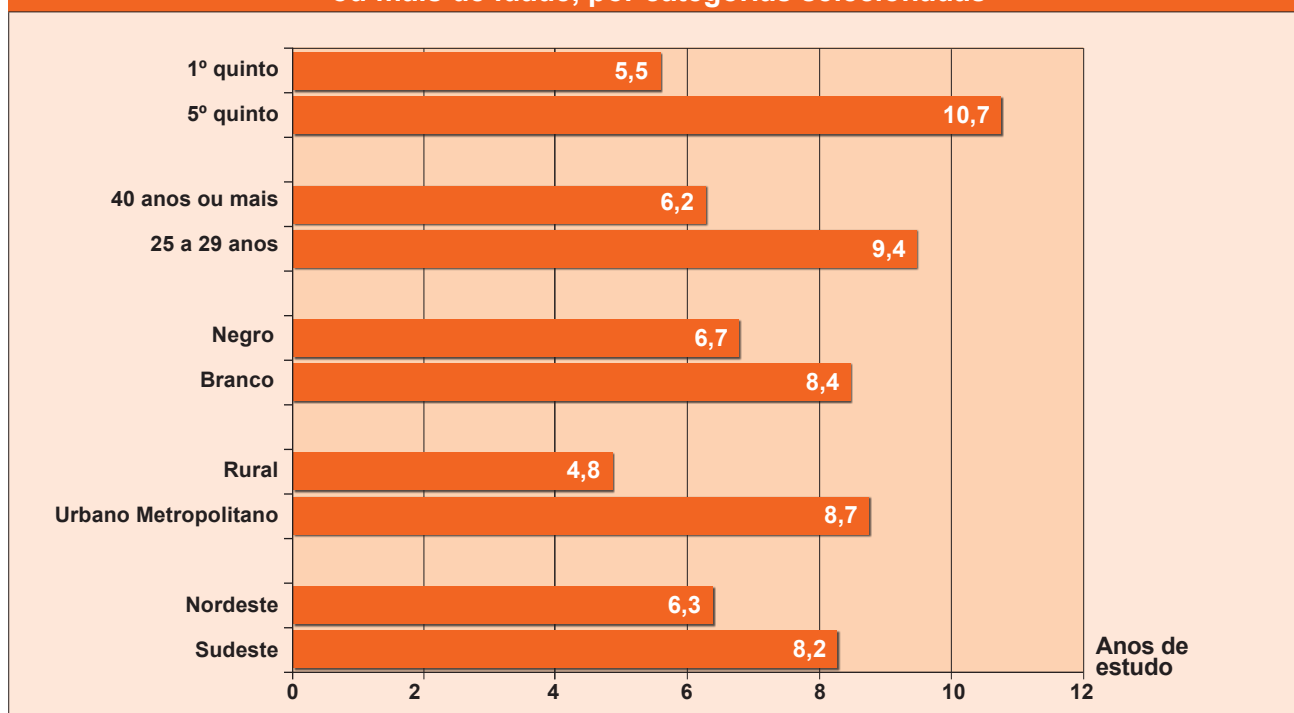
Anexos

QUADRO 1 - Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade

Faixa etária	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
4 ou 5 anos	74,8%	66,0%	81,4%	79,4%	59,5%	64,4%
6 a 14 anos	97,6%	96,2%	97,4%	98,1%	97,5%	97,6%
7 a 14 anos	98,0%	97,1%	97,8%	98,4%	98,2%	98,4%
15 a 17 anos	85,2%	83,8%	84,0%	87,8%	82,9%	83,3%
18 a 24 anos	30,3%	33,9%	30,6%	29,1%	30,2%	31,8%
25 anos ou mais	5,1%	7,2%	5,9%	4,4%	4,4%	5,4%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 2 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas



Fonte: IBGE/Pnad, 2009 – Elaboração: Disoc/Ipea

Nota: Na tabela selecionada, 1º e 5º quintil referem-se à categoria renda.

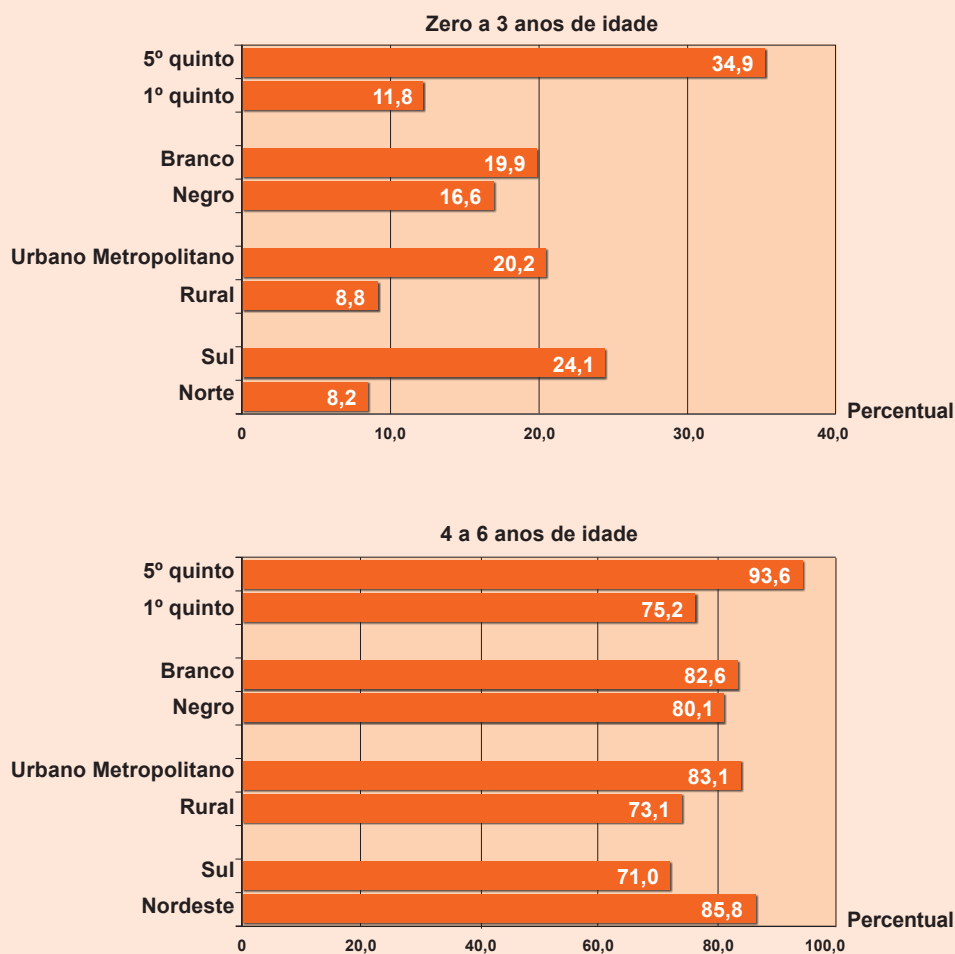
QUADRO 3 - Taxa de frequência à escola, por faixa etária

Faixa etária	1998	1999	2001	2002	2003	2004*	2005	2006	2007	2008	2009
0 a 3 anos	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,4	17,1	18,1	18,4
4 a 6 anos	57,9	60,2	65,6	67,0	68,5	70,6	72,0	76,1	77,6	79,8	81,3
7 a 14 anos	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,6	97,6	97,9	98,0
15 a 17 anos	76,5	78,5	81,1	81,5	82,3	81,9	81,7	82,1	82,1	84,1	85,2
18 a 24 anos	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9	30,5	30,3
25 a 29 anos	9,4	10,4	12,3	12,5	12,9	12,5	12,5	13,0	12,4	12,3	12,2

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE). Elaboração: Disoc/Ipea, 1988-2009

*A partir de 2004, a Pnad passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A Pnad não foi realizada em 2000.

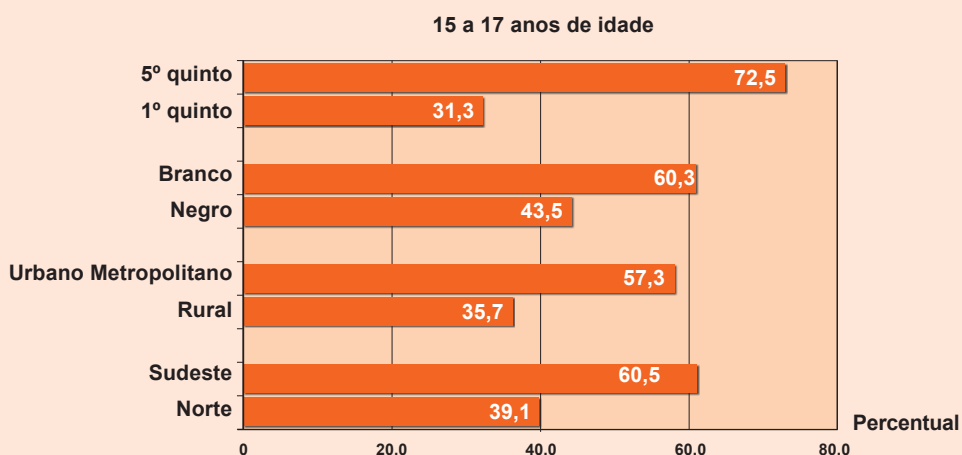
QUADRO 4 - Taxa de frequência bruta à Educação Infantil, por categorias selecionadas



Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Nota: Na tabela selecionada, 1º e 5º quintil referem-se à categoria renda.

QUADRO 5 - Taxa de frequência líquida, por categorias selecionadas



Fonte: IBGE/Pnad, 2009 – Elaboração: Disoc/Ipea

Nota: Na tabela selecionada, 1º e 5º quintil referem-se à categoria renda.

QUADRO 6 - Beneficiários do BPC incluídos – e não incluídos – na escola, por estado

Estado	Beneficiários inseridos na escola	% de beneficiários inseridos na escola	Beneficiários não inseridos na escola	% de beneficiários não inseridos na escola	TOTAL
Acre	1.641	49,83%	1.652	50,17%	3.293
Alagoas	6.636	48,31%	7.100	51,69%	13.736
Amazonas	4.902	48,25%	5.257	51,75%	10.159
Amapá	943	46,48%	1.086	53,52%	2.029
Bahia	16.534	46,50%	19.022	53,50%	35.556
Ceará	10.776	44,96%	13.191	55,04%	23.967
Distrito Federal	2.926	63,14%	1.708	36,86%	4.634
Espírito Santo	3.978	62,03%	2.435	37,97%	6.413
Goiás	6.348	56,37%	4.914	43,63%	11.262
Maranhão	9.120	43,11%	12.037	56,89%	21.157
Minas Gerais	22.797	58,32%	16.293	41,68%	39.090
Mato Grosso do Sul	3.209	62,05%	1.963	37,95%	5.172
Mato Grosso	3.393	59,00%	2.358	41,00%	5.751
Pará	9.041	46,05%	10.594	53,95%	19.635
Paraíba	4.810	44,10%	6.098	55,90%	10.908
Pernambuco	12.743	46,90%	14.426	53,10%	27.169
Piauí	3.359	40,83%	4.868	59,17%	8.227
Paraná	14.144	68,93%	6.376	31,07%	20.520
Rio de Janeiro	13.154	52,54%	11.881	47,46%	25.035
Rio Grande do Norte	4.317	49,09%	4.477	50,91%	8.794
Rondônia	1.817	53,07%	1.607	46,93%	3.424
Roraima	697	54,03%	593	45,97%	1.290
Rio Grande do Sul	13.098	60,65%	8.498	39,35%	21.596
Santa Catarina	5.935	66,19%	3.032	33,81%	8.967
Sergipe	2.953	47,80%	3.225	52,20%	6.178
São Paulo	35.810	57,87%	26.065	42,13%	61.875
Tocantins	1.809	53,76%	1.556	46,24%	3.365
BRASIL	216.890	53,00%	192.312	47,00%	409.202

Fonte: BPC na Escola: Pareamento 2010 – BPC X Educacenso (Inep/MEC), em 20/12/2010. Atualizado em outubro de 2011, com o objetivo de aperfeiçoar a distribuição de beneficiários por município e por estado.

QUADRO 7 - Percentual de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos fora da escola

Região	Total	Branca	Negra	Urbano	Rural	Meninos	Meninas
Brasil	2,0 %	1,6 %	2,1%	1,8%	2,5%	2,2%	1,7%
Norte	2,9 %	2,5 %	2,9%	2,6%	3,7%	3,4%	2,4%
Nordeste	2,2 %	2,2 %	2,2%	2,2%	2,4%	2,4%	2,1%
Sudeste	1,6%	1,4%	1,8%	1,5%	2,3%	1,9%	1,3%
Sul	1,8%	1,6%	2,6%	1,7%	2,3%	2,0%	1,7%
Centro-Oeste	1,6 %	1,3 %	1,9%	1,7%	1,5%	2,0%	1,3%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 8 - Percentual de crianças de 4 a 6 anos fora da escola

Região	Total	Branca	Negra	Urbana	Rural	Meninos	Meninas
Brasil	18,7 %	17,3 %	19,8%	16,9%	26,8%	19,0%	18,4%
Norte	26,5 %	20,7%	28,4%	24,5%	32,4%	28,9%	24,2%
Nordeste	14,1%	12,8 %	14,5%	12,1%	18,5%	15,2%	12,9%
Sudeste	15,1 %	12,5 %	18,2%	13,4%	32,4%	14,5%	15,7%
Sul	29,0%	28,1%	32,7%	26,5%	40,9%	28,5%	29,6%
Centro-Oeste	26,3%	23,8 %	27,7%	24,2%	42,1%	25,7%	26,8%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 9 - Percentual de crianças de 4 e 5 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar per capita

Região	Total	Branca	Negra	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	25,2%	23,6%	26,4%	32,6%	29,8%	23,5%	16,0%	6,9%
Norte	34,0%	27,5%	36,2%	41,1%	37,9%	31,4%	17,3%	4,7%
Nordeste	18,6%	16,1%	19,5%	26,0%	17,4%	9,6%	4,3%	5,7%
Sudeste	20,6%	17,5%	24,3%	31,8%	30,3%	19,3%	11,5%	3,4%
Sul	40,5%	39,2%	45,6%	62,2%	52,8%	40,3%	29,7%	16,2%
Centro-Oeste	35,6%	32,6%	37,3%	48,1%	43,2%	37,1%	22,1%	9,4%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Nota: Os percentuais foram calculados em relação à população total. No caso da renda, nem todos os adolescentes declaram essa informação ou mesmo têm renda familiar. Por isso, a soma dos percentuais não é necessariamente igual a 100%.

QUADRO 10 - Percentual de crianças de 6 a 10 anos fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar per capita

Região	Total	Branca	Negra	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	2,3%	2,0%	2,4%	3,6%	2,9%	1,7%	1,0%	0,6%
Norte	4,0%	3,3%	4,1%	6,4%	4,5%	1,5%	2,1%	0,4%
Nordeste	2,3%	2,4%	2,2%	3,3%	2,0%	1,6%	0,7%	0,3%
Sudeste	1,8%	1,6%	1,9%	2,6%	3,1%	1,5%	0,7%	0,4%
Sul	2,4%	2,4%	2,7%	3,9%	3,2%	2,3%	1,7%	1,7%
Centro-Oeste	2,5%	2,1%	2,8%	4,7%	3,5%	2,2%	1,4%	0,3%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 11 - População de 6 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	6.116	31.656	340
Nordeste	15.572	35.784	1.791
Sudeste	18.170	33.120	0
Sul	23.950	9.395	227
Centro-Oeste	6.422	12.831	531
Total	70.230	122.786	2.889

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 12 - População de 6 anos fora da escola, por classes de renda familiar per capita

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	16.757	14.622	4.829	799	0
Nordeste	29.882	13.442	7.442	688	0
Sudeste	9.886	24.826	10.225	2.450	0
Sul	5.948	9.717	8.920	6.939	1.227
Centro-Oeste	4.050	8.820	4.759	1.099	352
Total	66.523	71.427	36.175	11.975	1.579

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 13 - População de 7 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	3.161	8.237	0
Nordeste	5.857	17.336	896
Sudeste	3.787	10.019	617
Sul	4.414	1.911	0
Centro-Oeste	1.232	1.944	0
Total	18.451	39.447	1.513

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 14 - População de 7 anos fora da escola, por classes de renda familiar per capita

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	4.706	4.467	944	884	197
Nordeste	13.207	7.878	2.243	761	0
Sudeste	1.230	4.767	6.790	1.018	0
Sul	454	1.050	2.583	594	1.418
Centro-Oeste	748	619	965	620	224
Total	20.345	18.781	13.525	3.877	1.839

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 15 - População de 8 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	1.369	7.255	539
Nordeste	3.771	8.589	0
Sudeste	7.538	2.171	0
Sul	2.719	0	0
Centro-Oeste	352	2.254	352
Total	15.749	20.269	891

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

**QUADRO 16 - População de 8 anos fora da escola,
por classes de renda familiar per capita**

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	4.396	3.059	602	909	0
Nordeste	6.706	3.616	1.554	240	244
Sudeste	2.541	1.575	4.632	0	0
Sul	0	628	597	226	1.268
Centro-Oeste	225	352	1.677	704	0
Total	13.868	9.230	9.062	2.079	1.512

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 17 - População de 9 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	511	3.437	198
Nordeste	2.328	8.082	1.448
Sudeste	7.483	6.608	3.477
Sul	1.262	227	0
Centro-Oeste	1.937	576	0
Total	13.521	18.930	5.123

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

**QUADRO 18 - População de 9 anos fora da escola, por
classes de renda familiar per capita**

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	1.845	2.301	0	0	0
Nordeste	3.110	5.111	1.977	521	244
Sudeste	1.231	8.208	4.382	1.849	936
Sul	0	227	1.262	0	0
Centro-Oeste	307	576	1.278	0	0
Total	6.493	16.423	8.899	2.370	1.180

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 19 - População de 10 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	1.600	1.939	680
Nordeste	6.100	8.571	0
Sudeste	12.748	3.309	401
Sul	5.946	2.085	0
Centro-Oeste	0	1.999	0
Total	26.394	17.903	1.081

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

**QUADRO 20 - População de 10 anos fora da escola,
por classes de renda familiar *per capita***

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	1.599	1.772	92	324	92
Nordeste	6.735	3.173	3.623	0	0
Sudeste	614	6.301	5.723	2.858	962
Sul	1.495	2.411	2.900	1.225	0
Centro-Oeste	225	930	844	0	0
Total	10.668	14.587	13.182	4.407	1.054

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

**QUADRO 21 - População de 11 a 14 anos fora da escola,
por raça/etnia e classes de renda familiar *per capita***

Região	Total*	Branca	Negra	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	2,5%	2,0%	2,9%	3,5%	3,1%	2,5%	1,3%	0,8%
Norte	3,7%	2,9%	3,8%	4,9%	3,2%	4,0%	1,4%	3,4%
Nordeste	2,9%	2,9%	2,8%	3,2%	3,1%	2,8%	1,8%	-
Sudeste	2,1%	1,6%	2,5%	3,4%	3,1%	2,1%	1,0%	0,5%
Sul	2,5%	2,0%	3,9%	3,7%	4,2%	2,5%	1,1%	1,3%
Centro-Oeste	2,2%	1,6%	2,5%	3,4%	1,9%	2,1%	2,7%	0,4%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009. * Em relação ao total dessa faixa etária.

QUADRO 22 - População de 11 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	664	8.054	167
Nordeste	4.208	9.326	553
Sudeste	3.649	3.421	0
Sul	1.452	1.200	227
Centro-Oeste	1.053	928	352
Total	11.026	22.929	1.299

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

**QUADRO 23 - População de 11 anos fora da escola,
por classes de renda familiar *per capita***

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	2.381	3.965	1.568	648	323
Nordeste	4.394	6.197	1.754	1.254	0
Sudeste	1.226	2.778	1.831	0	618
Sul	0	227	2.252	0	0
Centro-Oeste	352	224	658	747	0
Total	8.353	13.391	8.063	2.649	941

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 24 - População de 12 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	1.569	6.509	0
Nordeste	5.420	10.908	0
Sudeste	12.980	10.209	962
Sul	4.044	3.122	0
Centro-Oeste	1.143	3.651	0
Total	25.156	34.399	962

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 25 - População de 12 anos fora da escola, por classes de renda familiar per capita

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	3.326	2.047	799	586	860
Nordeste	6.591	6.260	2.766	0	0
Sudeste	3.858	8.940	7.038	3.354	0
Sul	227	2.625	2.725	401	1.188
Centro-Oeste	925	1.097	1.405	576	396
Total	14.927	20.969	14.733	4.917	2.444

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 26 - População de 13 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	2.503	9.814	340
Nordeste	9.112	24.150	553
Sudeste	7.752	18.050	0
Sul	9.923	5.178	0
Centro-Oeste	838	3.915	0
Total	30.128	61.107	893

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 27 - População de 13 anos fora da escola, por classes de renda familiar per capita

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	5.261	5.416	1.783	0	0
Nordeste	13.589	10.237	9.038	244	0
Sudeste	4.813	9.051	8.115	3.209	614
Sul	3.524	6.076	3.716	597	1.188
Centro-Oeste	449	1.845	658	1.054	0
Total	27.636	32.625	23.310	5.104	1.802

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 28 - População de 14 anos fora da escola, por raça/etnia

Região	Branca	Preta/Parda	Outras
Norte	2.793	16.097	511
Nordeste	13.945	48.330	0
Sudeste	18.569	34.229	1.086
Sul	12.952	9.137	227
Centro-Oeste	3.031	6.794	0
Total	51.290	114.587	1.824

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 29 - População de 14 anos fora da escola, por classes de renda familiar per capita

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Norte	4.349	3.273	8.652	1.321	749
Nordeste	24.088	22.692	10.290	3.121	0
Sudeste	7.078	13.713	23.430	4.661	1.575
Sul	2.977	6.347	8.077	3.457	1.231
Centro-Oeste	1.190	2.026	4.896	1.008	0
Total	39.682	48.051	55.345	13.568	3.555

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 30 - Taxa de abandono, por série

Região	Total	Ano inicial	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série
Brasil	3,7	2,1	2,6	2,1	2,1	2,2	5,8	5,0	4,9	5,2
Norte	6,2	4,5	6,4	4,6	4,3	4,4	8,8	7,8	7,6	7,7
Nordeste	6,2	3,6	4,4	3,7	3,8	4,0	10,0	8,7	8,2	8,3
Sudeste	1,7	1,0	0,7	0,7	0,6	0,8	2,9	2,3	2,9	3,1
Sul	1,6	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	2,6	2,7	3,1	3,3
Centro-Oeste	3,1	1,7	1,5	1,2	1,5	1,5	4,5	4,6	5,1	6,0

Fonte: Sinopse Estatística – MEC/Inep/Deed, 2009

QUADRO 31 - População de 6 a 17 anos de idade fora da escola e que nunca frequentou, por grupos de idade e classes de renda familiar per capita

Região	Total					6 a 14 anos					15 a 17 anos				
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	121.878	108.612	80.492	22.132	9.341	109.405	96.163	64.528	17.370	6.809	12.473	12.449	15.964	4.762	2.532
Norte	28.615	21.000	8.948	2.354	783	25.660	18.696	6.481	2.030	783	2.955	2.304	2.467	324	-
Nordeste	59.214	28.885	11.550	3.845	546	51.560	23.605	7.527	1.816	-	7.654	5.280	4.023	2.029	546
Sudeste	17.915	37.768	38.299	5.752	3.573	16.685	35.203	31.081	4.204	2.637	1.230	2.565	7.218	1.548	936
Sul	10.806	10.207	15.093	8.198	3.691	10.172	9.526	13.232	7.337	2.641	634	681	1.861	861	1.050
Centro-Oeste	5.328	10.752	6.602	1.983	748	5.328	9.133	6.207	1.983	748	-	1.619	395	-	-

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 32 - Percentual da população de 6 a 17 anos de idade fora da escola e que nunca frequentou, por grupos de idade e raça/etnia

Região	Grupos de idade			Total		6 a 14 anos		15 a 17 anos	
	Total	6 a 14 anos	15 a 17 anos	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra
Brasil	0,9%	1,0%	0,5%	0,8%	0,9%	0,9%	1,0%	0,4%	0,5%
Norte	1,6%	1,8%	0,8%	1,5%	1,5%	1,8%	1,7%	0,4%	0,7%
Nordeste	0,8%	0,9%	0,6%	0,9%	0,7%	0,9%	0,8%	1,0%	0,5%
Sudeste	0,7%	0,8%	0,4%	0,5%	0,8%	0,6%	0,8%	0,3%	0,6%
Sul	0,9%	1,1%	0,3%	0,9%	0,8%	1,1%	1,0%	0,4%	0,2%
Centro-Oeste	0,9%	1,1%	0,3%	0,7%	0,9%	0,9%	1,1%	0,1%	0,4%

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 33 - Percentual da população de 6 a 17 anos de idade fora da escola e que nunca frequentou, por classes de renda familiar per capita

Região	Total					6 a 14 anos					15 a 17 anos				
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	1,5%	1,0%	0,7%	0,4%	0,3%	1,7%	1,2%	0,8%	0,4%	0,3%	0,8%	0,5%	0,5%	0,3%	0,3%
Norte	2,7%	1,6%	0,9%	0,6%	0,4%	3,0%	1,9%	0,9%	0,8%	0,6%	1,5%	0,8%	0,9%	0,3%	-
Nordeste	1,3%	0,7%	0,5%	0,5%	0,1%	1,4%	0,8%	0,4%	0,3%	-	0,8%	0,5%	0,5%	0,8%	0,4%
Sudeste	1,1%	1,1%	0,7%	0,2%	0,2%	1,2%	1,3%	0,8%	0,2%	0,2%	0,4%	0,4%	0,5%	0,2%	0,2%
Sul	2,0%	1,0%	0,8%	0,6%	0,5%	2,3%	1,2%	1,0%	0,8%	0,6%	0,6%	0,3%	0,4%	0,2%	0,5%
Centro-Oeste	1,5%	1,5%	0,7%	0,4%	0,2%	1,9%	1,6%	0,9%	0,6%	0,3%	-	1,0%	0,1%	-	-

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 34 - Taxa de reprovação, por série

Região	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série
Brasil	11,1	11,0	12,8	8,7	8,7	16,5	13,6	11,5	11,1
Norte	13,5	19,6	18,3	13,0	10,3	16,3	13,0	10,4	9,4
Nordeste	13,8	13,4	16,5	12,9	12,0	21,2	16,1	12,4	9,7
Sudeste	8,7	5,5	9,0	4,6	6,9	12,4	11,0	10,3	13,1
Sul	10,9	11,1	9,5	6,9	6,4	17,5	16,6	14,3	9,9
Centro-Oeste	9,5	10,8	11,2	7,9	5,9	14,1	12,3	10,1	9,6

Fonte: Sinopse Estatística – MEC/Inep/Deed, 2009

QUADRO 35 - População na escola com idade superior à recomendada, por raça/etnia

Região	População na escola no EF anos iniciais		População na escola no EF anos iniciais com idade superior à recomendada, números absolutos e percentual			
	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra
Brasil	12.058.355	16.208.968	1.084.260	2.667.832	8,99%	16,46%
Norte	641.114	2.293.566	81.983	456.377	12,79%	19,90%
Nordeste	2.581.474	6.959.415	339.023	1.345.921	13,13%	19,34%
Sudeste	5.404.243	4.970.974	435.871	642.840	8,07%	12,93%
Sul	2.697.991	861.186	169.835	89.394	6,29%	10,38%
Centro-Oeste	733.533	1.123.827	57.548	133.300	7,85%	11,86%

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 36 - População na escola com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar per capita

Região	População na escola no EF anos iniciais					População na escola, no EF anos iniciais, com idade superior à recomendada				
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	6.789.129	7.691.824	7.544.913	3.748.439	1.982.208	1.324.959	1.230.406	776.513	225.761	62.776
Norte	890.833	967.841	676.288	235.706	120.948	213.326	198.168	84.808	17.886	3.424
Nordeste	3.860.657	3.074.229	1.690.682	526.759	284.859	817.515	548.799	230.328	27.729	10.666
Sudeste	1.364.385	2.423.569	3.391.898	1.902.731	964.230	192.903	33.344	330.712	138.642	33.783
Sul	412.138	732.093	1.185.423	798.792	414.687	60.122	77.394	79.801	27.406	7.297
Centro-Oeste	261.116	494.092	600.622	284.451	197.484	41.093	72.605	50.864	14.098	7.606

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 37 - Percentual da população na escola com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar per capita

Região	População no EF anos iniciais, com idade superior à recomendada				
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	19,5%	16,0%	10,3%	6,0%	3,2%
Norte	23,9%	20,5%	12,5%	7,6%	2,8%
Nordeste	21,2%	17,9%	13,6%	5,3%	3,7%
Sudeste	14,1%	1,4%	9,8%	7,3%	3,5%
Sul	14,6%	10,6%	6,7%	3,4%	1,8%
Centro-Oeste	15,7%	14,7%	8,5%	5,0%	3,9%

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 38 - População na escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, com idade superior à recomendada, por raça/etnia

Região	População na escola, no EF anos finais		População na escola, no EF anos finais, com idade superior à recomendada		População na escola, no EF anos finais, com idade superior à recomendada (%)	
	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra
Brasil	5.205.488	6.965.846	1.596.750	3.513.117	30,67%	50,43%
Norte	238.451	864.236	106.772	469.341	44,78%	54,31%
Nordeste	1.045.536	2.791.754	510.843	1.757.471	48,86%	62,95%
Sudeste	2.417.298	2.327.700	607.874	924.275	25,15%	39,71%
Sul	1.138.291	384.134	282.571	144.364	24,82%	37,58%
Centro-Oeste	365.912	598.022	8.869	217.666	2,42%	36,40%

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 39 - População na escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar per capita

Região	População na escola, no EF anos finais					População na escola, no EF anos finais, com idade superior à recomendada				
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	2.002.317	3.131.986	3.730.690	1.987.010	1.053.647	1.241.902	1.648.080	1.414.816	495.099	121.334
Norte	211.988	362.484	316.185	130.823	62.605	126.014	203.661	162.529	42.268	11.965
Nordeste	1.129.556	1.312.540	918.416	276.429	150.846	811.625	819.079	460.944	91.109	23.752
Sudeste	442.727	949.974	1.662.960	989.683	535.477	206.714	42.292	539.843	23.065	54.111
Sul	116.219	266.424	501.469	419.978	200.232	56.141	109.244	141.392	91.006	20.597
Centro-Oeste	101.827	240.564	331.660	170.097	104.487	41.408	93.176	110.108	40.066	10.909

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 40 - População na escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar per capita

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	62,02%	52,62%	37,92%	24,92%	11,52%
Norte	59,44%	56,18%	51,40%	32,31%	19,11%
Nordeste	71,85%	62,40%	50,19%	32,96%	15,75%
Sudeste	46,69%	4,45%	32,46%	2,33%	10,11%
Sul	48,31%	41,00%	28,20%	21,67%	10,29%
Centro-Oeste	40,67%	38,73%	33,20%	23,55%	10,44%

Fonte: IBGE/Pnad 2009

QUADRO 41 - População de 11 a 14 anos de idade que trabalha e estuda, por classes de renda familiar *per capita*

Região	Números absolutos					Percentual				
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	333.085	297.973	292.530	109.057	34.217	11,9%	8,0%	7,3%	5,3%	3,1%
Norte	40.715	40.845	24.619	9.197	1.970	11,8%	9,0%	7,5%	7,4%	3,0%
Nordeste	230.933	154.102	95.884	15.647	4.825	14,7%	10,6%	10,9%	5,8%	3,4%
Sudeste	34.614	57.958	88.499	35.670	11.829	6,0%	4,9%	4,8%	3,4%	2,2%
Sul	14.825	27.116	55.822	34.011	10.620	8,2%	7,2%	8,7%	7,5%	4,5%
Centro-Oeste	11.998	17.952	27.706	14.532	4.973	9,9%	6,8%	8,3%	9,1%	4,8%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 42 - População de 15 a 17 anos de idade fora da escola, por raça/etnia e classes de renda familiar *per capita*

Região	Total	Branca	Negra	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	14,8%	13,1%	16,1%	20,4%	17,2%	15,2%	11,4%	5,5%
Norte	16,2%	12,8%	16,9%	21,5%	17,6%	14,8%	10,9%	5,9%
Nordeste	16,0%	14,5%	16,5%	19,7%	16,5%	14,8%	9,3%	5,5%
Sudeste	12,2%	10,5%	14,1%	18,8%	15,6%	13,5%	9,8%	4,1%
Sul	17,1%	15,8%	21,2%	29,5%	22,5%	18,6%	14,6%	6,8%
Centro-Oeste	16,7%	16,3%	16,9%	21,2%	19,3%	18,2%	14,9%	8,9%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Nota: Os percentuais foram calculados em relação à população total.

QUADRO 43 - População de 15 a 17 anos de idade que só trabalha, por classes de renda familiar *per capita*

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	6,5%	6,8%	7,3%	6,9%	2,8%
Norte	7,1%	6,4%	6,5%	4,6%	2,6%
Nordeste	7,1%	6,8%	6,7%	4,1%	1,8%
Sudeste	4,7%	5,6%	6,6%	5,8%	2,1%
Sul	6,3%	9,9%	9,6%	10,5%	4,2%
Centro-Oeste	4,5%	7,3%	8,8%	9,3%	4,1%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 44 - População no Ensino Médio com idade superior à recomendada, por raça/etnia

Região	Total	Branca	Negra	Branca	Negra
Brasil	2.843.056	1.044.727	1.785.354	8,9%	15,2%
Norte	373.046	78.374	292.493	5,3%	19,6%
Nordeste	1.139.605	295.855	842.029	5,8%	16,5%
Sudeste	866.906	408.471	455.455	11,7%	13,1%
Sul	255.649	191.089	62.471	20,2%	6,6%
Centro-Oeste	207.850	70.938	132.906	10%	18,8%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 45 - População no Ensino Médio com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar per capita

Região	Total ¹	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	2.843.056	344.600	672.712	935.421	569.987	168.751
Norte	373.046	42.122	106.511	127.392	56.160	13.166
Nordeste	1.139.605	233.896	360.846	339.916	120.009	27.657
Sudeste	866.906	49.343	129.145	309.528	248.148	86.696
Sul	255.649	5.813	40.571	78.545	93.848	25.175
Centro-Oeste	207.850	13.426	35.639	80.040	51.822	16.057

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Nota: 1 Exclusivo as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

QUADRO 46 - População no Ensino Médio com idade superior à recomendada, por classes de renda familiar per capita

Região	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	3,1%	6%	8,3%	5,1%	1,5%
Norte	3%	7,6%	9%	4%	0,9%
Nordeste	4,8%	7,3%	6,9%	2,4%	0,6%
Sudeste	1,5%	3,9%	9,4%	7,5%	2,6%
Sul	0,6%	4,4%	8,6%	10,3%	2,8%
Centro-Oeste	2%	5,2%	11,8%	7,6%	2,4%

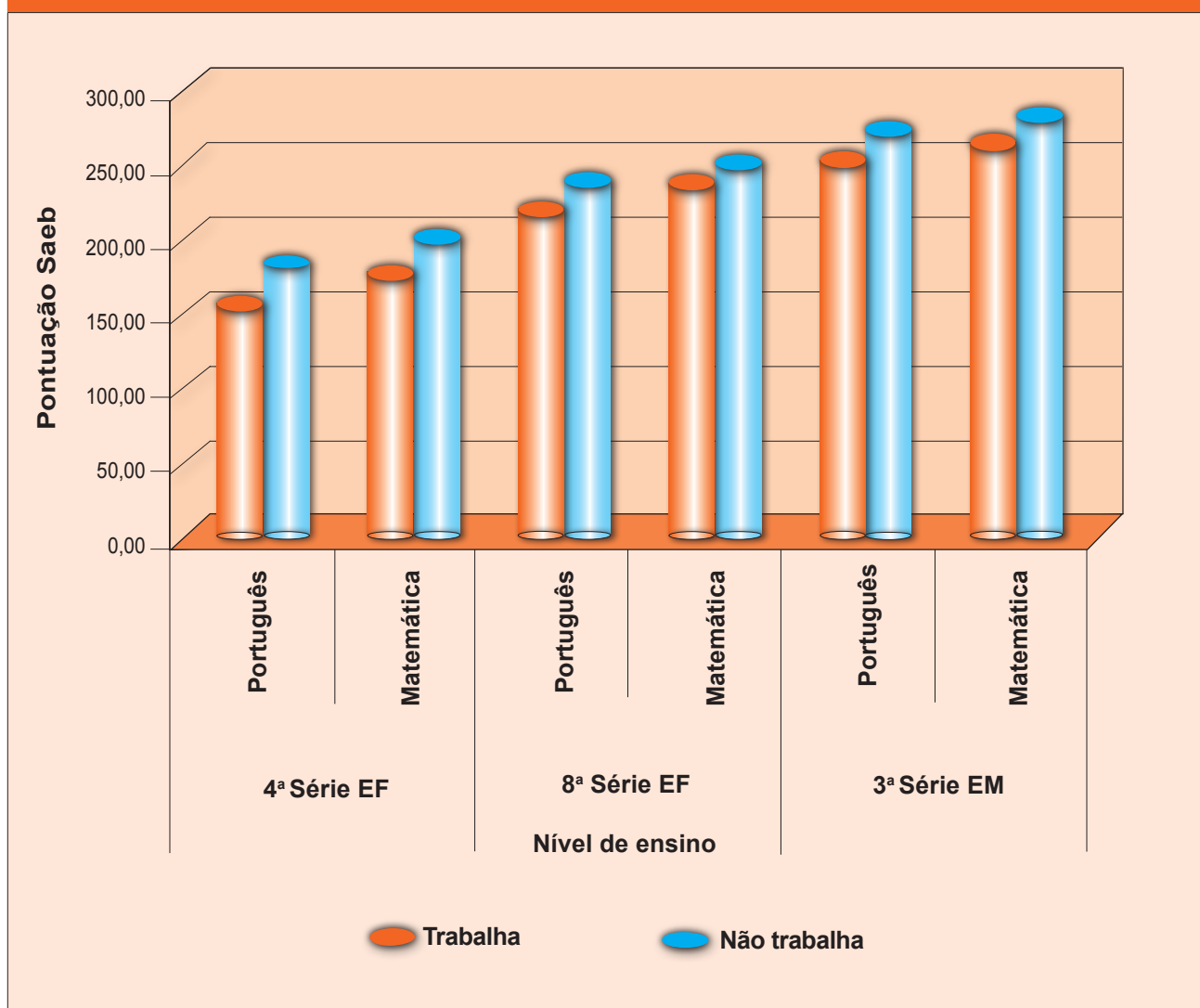
Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 47 - População de 15 a 17 anos que trabalha e estuda, por classes de renda familiar per capita

Região	Números absolutos					Percentual				
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	312.987	464.576	702.294	477.654	157.694	19,0%	18,7%	22,2%	25,7%	16,6%
Norte	34.036	53.398	56.303	23.543	7.144	17,0%	17,8%	20,4%	20,6%	14,7%
Nordeste	215.910	230.076	204.855	47.843	10.105	22,7%	21,1%	25,6%	19,4%	8,2%
Sudeste	40.153	106.456	256.608	229.058	68.037	12,5%	15,5%	19,3%	25,0%	14,8%
Sul	14.148	43.125	116.820	134.666	56.611	14,3%	17,3%	24,4%	31,4%	25,3%
Centro-Oeste	8.740	31.521	67.708	42.544	15.797	12,1%	19,9%	23,9%	27,3%	16,7%

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 48 - Pontuação no Saeb em Português e Matemática



Fonte: Inep 2007/Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

QUADRO 49 - Taxa de distorção idade-série, por região

Região	Localização	Ensino Fundamental de oito e nove anos			Ensino Médio				
		1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	Total Fundamental	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Total Médio
		1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano		1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	
Norte	Rural	44,2	52,8	46,8	61,4	59,1	58,7	48,1	60
Norte	Urbana	23,8	37,5	29,9	51,3	47,5	48,6	14,3	49,3
Norte	Total	30,7	40,7	34,8	51,9	48,2	49,1	19	50
Nordeste	Rural	33	46,7	37,5	55,8	53	53,4	57,3	54,3
Nordeste	Urbana	23,5	38,8	30,9	49,1	43,9	44,4	49,9	46,2
Nordeste	Total	26,6	40,4	32,7	49,4	44,4	44,8	50,4	46,6
Sudeste	Rural	21,1	32,7	24,7	32,4	28	26,3	26,1	29,4
Sudeste	Urbana	9,9	20,6	15,1	29,9	24,5	21,5	53,6	26,1
Sudeste	Total	10,6	21	15,5	30	24,6	21,6	53	26,2
Sul	Rural	14,8	27,2	20,1	27,8	22,9	20,7	17,5	24,4
Sul	Urbana	11,6	23,5	17,6	28,9	22,1	19,7	37	24,6
Sul	Total	12	23,8	17,8	28,8	22,2	19,7	36,7	24,6
Centro-Oeste	Rural	24,8	40,4	31,2	44,9	40,8	40,6	39,1	42,7
Centro-Oeste	Urbana	14	27,5	20,4	36,4	31	28,9	73,3	32,9
Centro-Oeste	Total	15	28,5	21,3	36,7	31,4	29,3	72,6	33,2

Fonte: Mec/Inep/Deed, 2010

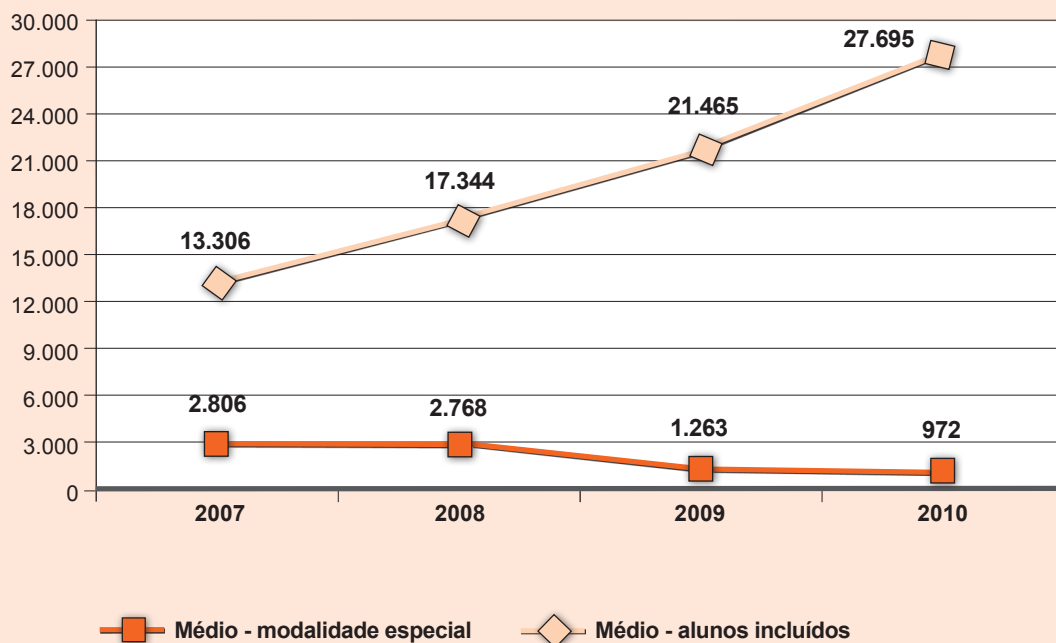
Nota: Inclui as taxas do Ensino Fundamental de oito e nove anos.

QUADRO 50 - Número de estabelecimentos de Educação Indígena, por recursos de infraestrutura

Região	Prédio escolar	%	Laboratório de informática	%	Laboratório de ciências	%	Biblioteca e sala de leitura	%
Brasil	1.917	71,1 %	122	4,5 %	11	0,4%	203	7,5%
Norte	1.205	71,9%	41	2,4%	6	0,4%	79	4,7%
Nordeste	356	62,6%	22	3,9%	2	0,4%	44	7,7%
Sudeste	50	79,4%	4	6,4%	1	1,6%	14	22,2%
Sul	112	84,9	11	8,3%	1	0,8%	30	22,7%
Centro-Oeste	194	75,5%	44	17,1%	1	0,4%	36	14,0%

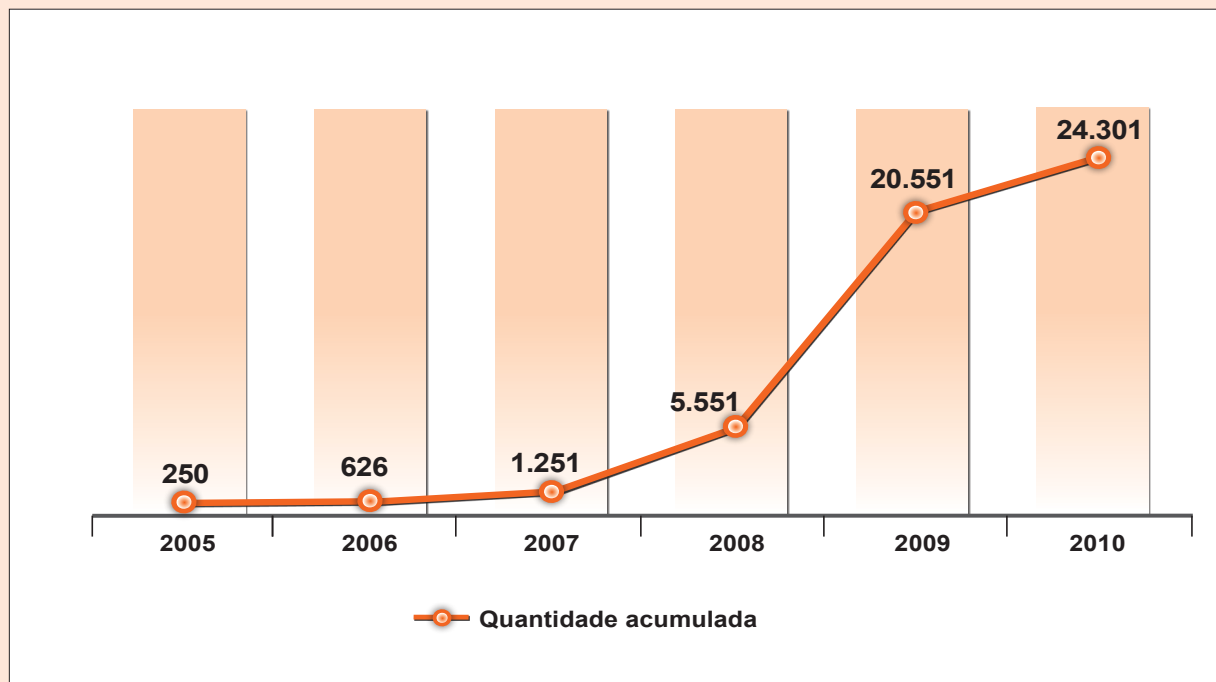
Fonte: Um Olhar sobre a Educação Indígena – Com Base no Censo Escolar de 2008, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 2009

QUADRO 51 - Número de matrículas da Educação Especial no Ensino Médio



Fontes: IBGE/Pnad, 2008, e Censo Escolar 2009

QUADRO 52 - Salas de recursos multifuncionais adquiridas



Fonte: Seesp/MEC, 2005-2010

QUADRO 53 - Número de estabelecimentos, matrículas e percentual de alunos atendidos no Ensino Médio, por dependência existente na escola

Dependência e equipamento na escola	Ensino Médio		
	Escolas	Matrículas	% Alunos atendidos
Total	25.923	8.337.160	100%
Quadra de esportes	19.459	6.775.412	81,3%
Banheiros dentro dos prédios	25.513	8.255.404	99,0%
Biblioteca	18.751	6.182.073	74,2%
Sala de leitura	6.321	2.197.787	26,4%
Computadores	25.323	8.250.876	99,0%
Computadores para uso dos alunos	22.954	7.666.001	91,9%
Internet	23.236	7.702.181	92,4%
Internet banda larga	18.677	6.285.788	75,4%
Laboratório de informática	22.324	7.712.800	92,5%
Laboratório de ciências	12.344	4.679.903	56,1%
Banheiros adaptados para alunos com deficiência	7.803	2.794.115	33,5%

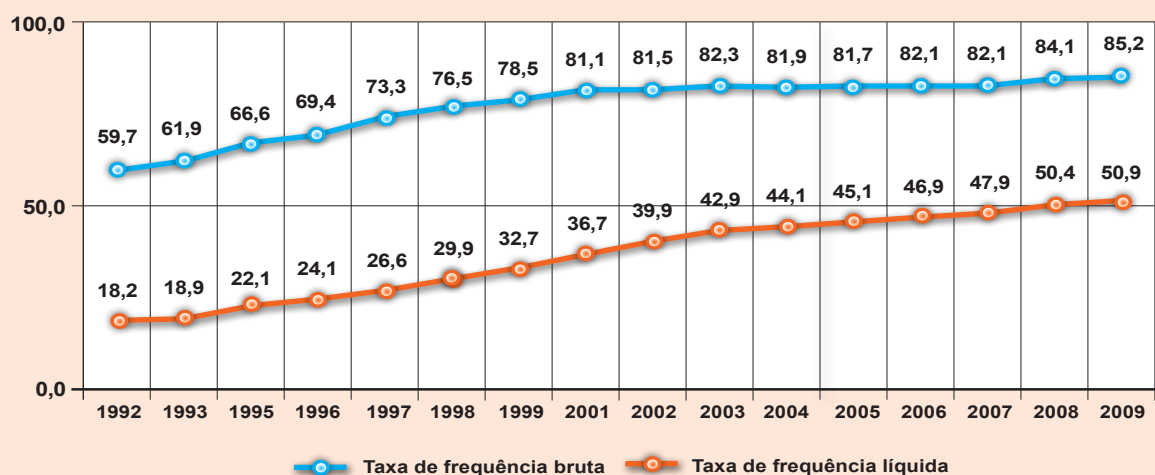
Fonte: MEC/Inep/Deed, 2009

QUADRO 54 - Número de estabelecimentos, matrículas e percentual de alunos atendidos no Ensino Fundamental, por dependência existente na escola

Dependência e equipamento na escola	Ensino Fundamental		
	Escolas	Matrículas	% Alunos atendidos
Total	152.251	31.705.528	100%
Quadra de esportes	47.123	19.145.793	60,4%
Banheiros dentro dos prédios	122.587	30.375.023	95,8%
Biblioteca	52.355	18.078.334	57,0%
Sala de leitura	17.948	7.437.700	23,5%
Computadores	83.169	28.198.820	88,9%
Computadores para uso dos alunos	55.230	21.066.251	66,4%
Internet	60.247	22.984.647	72,5%
Internet banda larga	46.098	18.297.475	57,7%
Laboratório de informática	49.477	20.194.441	63,7%
Laboratório de ciências	15.238	6.827.452	21,5%
Banheiros adaptados para alunos com deficiência	19.814	8.282.838	26,1%

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2009

QUADRO 55 - Evolução das taxas de frequência líquida e bruta à escola para a faixa etária de 15 a 17 anos



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Disoc/Ipea, 1992-2009

QUADRO 56 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grandes regiões e grupos de idade

Grupos de idade	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2008						
Total	7,1	6,5	5,9	7,7	7,5	7,3
10 a 14 anos	4,1	3,7	3,8	4,3	4,6	4,3
15 anos ou mais	7,5	7,1	6,2	8,1	7,9	7,7
15 a 17 anos	7,3	6,9	6,5	7,8	7,9	7,6
18 anos ou mais	7,5	7,1	6,2	8,1	7,9	7,7
18 ou 19 anos	9,0	8,3	8,1	9,5	9,5	9,3

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

QUADRO 57 - Taxa de distorção idade-série, por localização e dependência administrativa

Localização	Rede	Ensino Fundamental de oito e nove anos			Ensino Médio				
		1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	Total Fundamental	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Total Médio
		1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano						
Rural	Privada	16	21,8	18,2	25,7	23,8	17,7	35,3	23,3
Rural	Pública	32,3	43,9	36,2	47,8	44,3	44,1	50,4	45,8
Rural	Total	32,2	43,8	36,1	47,2	43,6	43,3	49	45,1
Urbana	Privada	4,2	6,4	5,1	8,8	7,3	6,3	46,1	7,7
Urbana	Pública	17,5	31,1	24,2	41	35,8	34,8	47,4	37,8
Urbana	Total	15,3	27,8	21,3	37,5	32,2	30,9	47,3	34,2
Total	Privada	4,3	6,5	5,2	8,9	7,4	6,4	45,4	7,8
Total	Pública	20,7	32,7	26,3	41,3	36,1	35,1	47,5	38,1
Total	Total	18,5	29,6	23,6	37,8	32,6	31,3	47,4	34,5

Fonte: Mec/Inep/Deed, 2010

QUADRO 58 - Taxas de rendimento escolar¹ Brasil

Total	Total aprovação Fundamental ²	Total aprovação Médio	Total reprovação Fundamental ²	Total reprovação Médio	Total abandono Fundamental ²	Total abandono Médio
Total	85,2	75,9	11,1	12,6	3,7	11,5
Rural	81	80,6	13,8	7,2	5,2	12,2
Urbana	86	75,8	10,6	12,8	3,4	11,4

Fonte: Censo Escolar, 2009

Notas: 1 Expressa o percentual de alunos aprovados, reprovados e afastados por abandono. 2 Inclui as taxas do Ensino Fundamental de oito e nove anos.

QUADRO 59 - Professores da Educação Básica com escolaridade de nível Fundamental, por região

Região	Quantidade de professores da Educação Básica por localização							
	Total		Somente urbana		Somente rural		Urbana e rural	
		%		%		%		%
Brasil	15.982	100%	8.008	50,1	7.850	49,1%	124	0,8%
Norte	2.362	100%	351	14,9	1.985	84,0%	26	1,1%
Nordeste	8.434	100%	3.877	46,0	4.500	53,4%	57	0,7%
Sudeste	2.126	100%	1.682	79,1	431	20,3%	13	0,6%
Sul	2.058	100%	1.658	80,6	377	18,3%	23	1,1%
Centro-Oeste	1.002	100%	440	43,9	557	55,6%	5	0,5%

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2007

QUADRO 60 - Escolas de Educação Básica que possuem professores com escolaridade de nível Fundamental, por região

Região	Total	Urbana					Rural				
		Total	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total	Estadual	Federal	Municipal	Privada
Brasil	11.651	5.517	828	3	2.816	1.870	6.134	742	-	5.337	55
Norte	1.840	305	73	-	164	68	1.535	357	-	1.174	4
Nordeste	6.120	2.446	319	1	1.541	585	3.674	242	-	3.398	34
Sudeste	1.498	1.204	190	1	400	613	294	22	-	259	13
Sul	1.553	1.232	190	1	552	489	321	84	-	234	3
Centro-Oeste	640	330	56	-	159	115	310	37	-	272	1

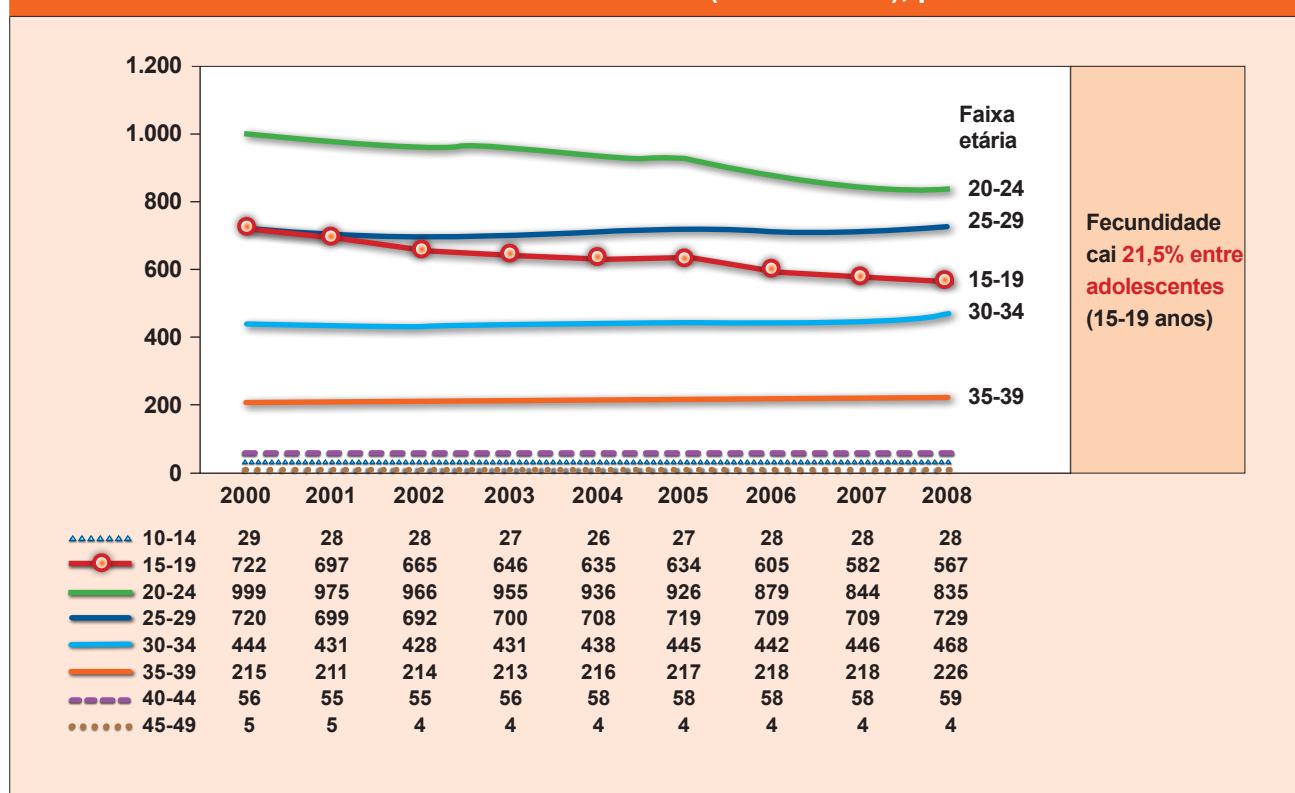
Fonte: MEC/Inep/Deed, 2007

QUADRO 61 - Professores do Ensino Médio, por quantidade de disciplinas que lecionam

Quantidade de disciplinas	Número de professores	%
Total	414.555	100,0%
1	308.446	74,4%
2	77.641	18,7%
3	19.837	4,8%
4	5.335	1,3%
5 ou mais	3.296	0,8%

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2007

QUADRO 62 - Número de nascimentos (em milhares), por idade da mãe



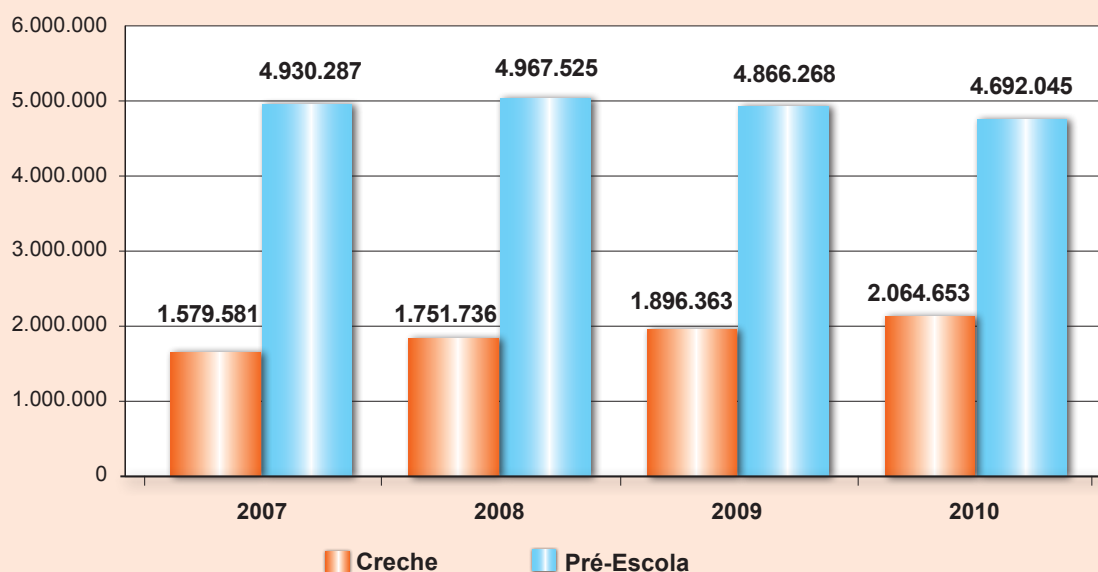
Fonte: Ministério da Saúde, Sinasc (2000-2007)/^Dados preliminares para 2008

QUADRO 63 - Matrículas na Educação Infantil, por dependência administrativa

Dependência administrativa	Creche	Pré-Escola
Total	2.064.653	4.692.045
Federal	1.248	1.189
Estadual	7.308	63.994
Municipal	1.345.180	3.508.581
Privada	710.917	1.118.281

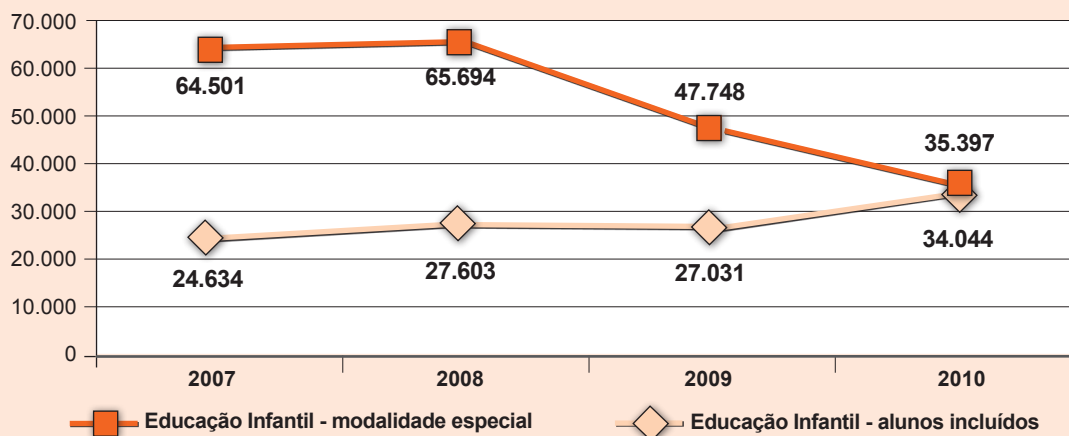
Fonte: Censo Escolar, 2010

QUADRO 64 - Número de matrículas na Educação Infantil



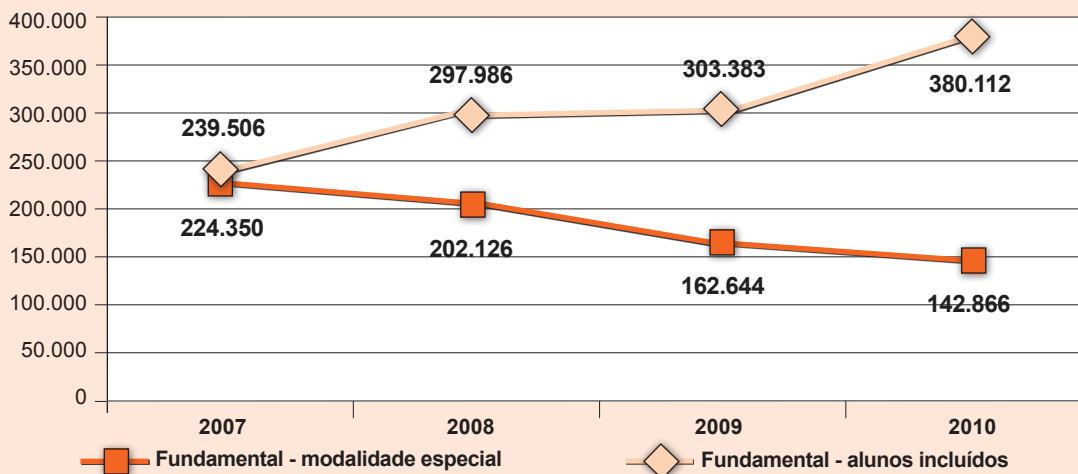
Fonte: Resumo Técnico – Censo Escolar, 2010

QUADRO 65 - Número de matrículas de Educação Especial na Educação Infantil



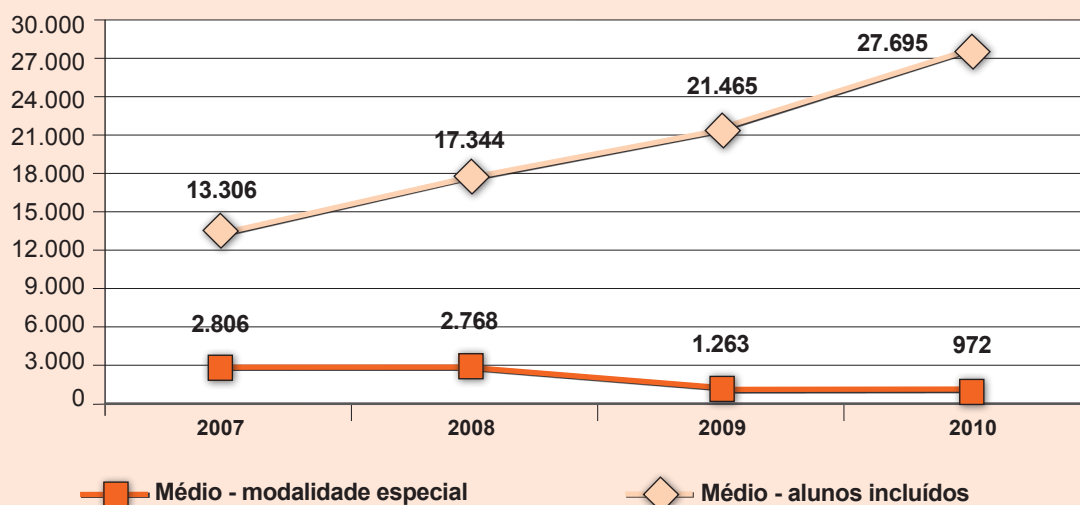
Fonte: Resumo Técnico - Censo Escolar, 2010

QUADRO 66 - Número de matrículas de Educação Especial no Ensino Fundamental



Fonte: Fonte: Resumo Técnico – Censo Escolar 2010

QUADRO 67 - Número de matrículas de Educação Especial no Ensino Médio



Fonte: Resumo Técnico – Censo Escolar 2010

QUADRO 68 - Taxa de frequência à escola, por faixa etária

Faixa etária	1992 ¹	1993 ¹	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004 ²	2005	2006	2007	2008	2009
Zero a 3 anos	-	-	7,6	7,4	8,1	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,4	17,1	18,1	18,4
4 a 6 anos	54,1	57,8	53,5	53,8	56,3	57,9	60,2	65,6	67,0	68,5	70,6	72,0	76,1	77,6	79,8	81,3
7 a 14 anos	86,6	88,6	90,2	91,2	93,0	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,6	97,6	97,9	98,0
15 a 17 anos	59,7	61,9	66,6	69,4	73,3	76,5	78,5	81,1	81,5	82,3	81,9	81,7	82,1	82,1	84,1	85,2
18 a 24 anos	22,6	24,9	27,1	28,4	29,4	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9	30,5	30,3
25 a 29 anos	5,8	6,4	7,0	7,6	8,5	9,4	10,4	12,3	12,5	12,9	12,5	12,5	13,0	12,4	12,3	12,2

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE) Elaboração: Disoc/Ipea

Notas: A Pnad não foi realizada em 1994 e em 2000. 1 Nas pesquisas de 1992 e 1993, a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade. 2 A partir de 2004, a Pnad passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

QUADRO 69 - Estimativa de valor por aluno das redes municipais, por região

Etapa/modalidade	Brasil (R\$)	Norte (R\$)	Nordeste (R\$)	Centro-Oeste (R\$)	Sudeste (R\$)	Sul (R\$)
Creche	5.144,09	*	1.876,89	3.092,80	8.272,43	5.835,42
Pré-Escola	2.647,10	1.710,27	1.531,56	2.384,12	3.757,21	4.461,54
Educação Infantil	3.122,36	1.801,53	1.605,48	2.563,07	4.971,26	4.688,83
Séries iniciais	2.815,46	2.554,90	1.948,80	3.048,21	3.649,11	3.586,73
Séries finais	3.134,38	2.998,45	2.276,16	3.000,04	4.322,81	3.673,78
Ensino Fundamental	2.937,65	2.676,69	2.034,89	2.987,51	3.897,77	3.582,99
EJA	1.881,95	*	1.075,83	2.417,91	2.778,52	2.369,89

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano Base: 2009/Undime

QUADRO 70 - Comparação entre a Região Nordeste e o Parecer CAQi

Etapa e modalidade	Pesquisa Undime (A) (R\$)	Parecer CAQi (B) (R\$)	Diferença (A/B) (%)
Creche	1.876,89	6.450,70	29,1%
Pré-Escola	1.531,56	2.527,76	60,6%
Séries iniciais EF	1.948,80	2.396,44	81,3%
Séries finais EF	2.276,16	2.347,20	97%

Fontes: Banco de dados da pesquisa *Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano Base: 2009/Undime*. Parecer nº 8/2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

QUADRO 71 - Comparação entre os valores estimados pelo CAQi para a Educação Básica e os valores aplicados pelo Fundeb – em reais

Etapa Educação Básica	Valores previstos pelo CAQi (2008)	Fundeb (2008)	Δ CAQi – Fundeb
Creche	5.943,60	1.251,00	+4.692,60
Pré-Escola	2.301,24	1.024,00	+1.277,24
Ensino Fundamental – Anos iniciais	2.194,56	1.137,00	+1.057,56
Ensino Fundamental – Anos finais	2.148,84	1.251,00	+933,84
Ensino Médio	2.209,80	1.365,00	+844,80
Ensino Fundamental – Educação do Campo – Anos iniciais	3.627,12	1.194,00	+2.433,12
Ensino Fundamental – Educação do Campo – Anos finais	2.773,68	1.308,00	+1.465,68

Fonte: MAURICIO, L.V., *Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral*, Aberto, Brasília, v. 22, nº 80, p. 15-31 (2009). Publicado no Parecer CNE/CEB, nº 8/2010.

Bibliografia

- 2021 Metas Educativas. La educación que queremos para la generación de los bicentenarios. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 2010.
- Atingindo uma Educação de Qualidade no Brasil – Próximos Passos. Banco Mundial, 2011.
- Bullying Escolar no Brasil – Relatório Final – São Paulo: Ceats/FIA, 2010.
- Comunicado do Ipea nº 66 – Pnad 2009 – Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas. Brasília, Ipea, 18 de novembro de 2010.
- Education for All Global Monitoring Reporting 2010: Reaching the marginalized, UNESCO, Paris, 2010.
- Estudo exploratório sobre o professor brasileiro. Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília, MEC/Inep, 2009.
- III Relatório Um Brasil para as Crianças e os Adolescentes. A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância e a Adolescência. Fundação Abrinq e Save The Children, 2011.
- Manual da Ficai. Ministério Público do Rio Grande do Sul. 2006.
- Motivos da Evasão Escolar. Coordenação Marcelo Neri. FGV/CPS, Instituto Unibanco, Todos pela Educação, Fundação Educar DPaschoal.
- Na Medida – Boletim de Estudos Educacionais do Inep, Nº 6. Brasília, janeiro de 2011.
- NERI, Marcelo. Desigualdade de renda na década. FGV/CPS, 2011.
- OECD (2010), PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do – Student Performance in Reading, Mathematics and Science. (Volume I). <http://dx.doi.org/10.1787/9789264091450-en>.
- Panorama da educação no campo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Volume 30, 2009, Brasil. Rio de Janeiro, 2009.
- Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar. Principais Resultados. 17 de junho de 2009. Fipe; MEC/Inep.
- Pesquisa Ônibus rural escolar do Brasil/realizada pela Universidade de Brasília; Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes; Fundo de Desenvolvimento da Educação Diretoria de Programas e Projetos Educacionais, Brasília, 2009.

Relatório Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil – Próximos Passos, de Barbara Bruns, David Evans e Javier Luque, 2011.

Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. PNUD, 2010.

Resumo Técnico – Censo Escolar 2010. MEC/Inep. Brasília, 2011.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos. Brasília, MEC/Inep, 2009.

Saúde Brasil 2009. Uma análise da situação de saúde e da agenda nacional e internacional de prioridades em saúde. Brasília, Ministério da Saúde, Ipea, SES/SP e seis universidades (USP, UnB, UFG, UFPE, UFRGS, UFF), 2010.

SILVA, Alan Ricardo da. Metodologia para Avaliação e Distribuição de Recursos para o Transporte Escolar Rural. Brasília, UnB, 2009.

Sinopse das Ações do Ministério da Educação. Brasília, MEC, 2010.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase/Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: Conanda, 2006.

Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009. O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades/[coordenação geral Maria de Saete Silva e Pedro Ivo Alcantara]. – Brasília, DF: UNICEF, 2009.

Situação Mundial da Infância 2011. Adolescência: Uma Fase de Oportunidades. Caderno Brasil. UNICEF, 2011.

Um Olhar sobre a Educação Indígena Com Base no Censo Escolar de 2008. Estudo realizado a partir dos resultados do Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, MEC/Inep.

Mapa



Para mais informações,
visite os sites www.unicef.org.br e www.campanhaeducacao.org.br

Ou entre em contato com:

Escritório do UNICEF no Brasil
SEPN 510 – Bloco A – 2º andar
Brasília, DF – 70750-521

Escritório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Rua Mourato Coelho, 393 – Conj. 04
São Paulo, SP – 05417-010

